



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO



C
I
Ê
N
C
I
A
S

D
A

R
E
L
I
G
I
Ã
O

Belém – 2022

Página 1

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Reitor

Clay Anderson Nunes Chagas

Vice-Reitora

Ilma Pastana Ferreira

Pró-Reitora de Graduação

Ednalvo Apóstolo Campos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Jofre Jacob da Silva Freitas

Pró-Reitora de Extensão

Vera Regina da Cunha Menezes Palácios

Pró-Reitor de Gestão

Carlos José Capela Bispo

Diretor do CCSE

Anderson Oliveira Maia

Vice-diretor

Frederico Bicalho Dias da Silva

CAOP

Damasia Sulina do Nascimento
Tâmara do Carmo Rego Pereira
Maria de Nazaré Clarindo da Silva

Coordenador do Curso

José Antonio Mangoni

NDE

Francisco Willams Campos Lima
Iolanda Rodrigues da Costa
José Antonio Mangoni
Maria de Lourdes Silva Santos
Taissa Tavernard de Luca

Técnicos

Paula Soares Rodrigues
Rosa Maria Morais Proença

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Cursos de Graduação ofertados pelo CCBS | 24 |
| Quadro 2: Cursos de Graduação ofertados pelo CCSE | 25 |
| Quadro 3: Cursos de Graduação ofertados pelo CCNT | 26 |
| Quadro 4: Curso ofertado direcionado aos povos indígenas | 27 |
| Quadro 5: Campi da Uepa por Região de Integração | 27 |
| Quadro 6: Disciplinas por Grupo (de acordo com a Resolução 2) – Grupo 1 | 72 |
| Quadro 7: Disciplinas por Grupo (de acordo com a Resolução 2) – Grupo 2 | 72 |
| Quadro 8: Disciplinas por Grupo (de acordo com a Resolução 2) – Grupo 3 | 73 |
| Quadro 9: Disciplinas e carga horária do I Ano | 77 |
| Quadro 10: Disciplinas e carga horária do II Ano | 78 |
| Quadro 11: Disciplinas e carga horária do III Ano | 79 |
| Quadro 12: Disciplinas e carga horária do IV Ano | 80 |
| Quadro 13: Síntese de carga horária e créditos | 80 |
| Quadro 14: Corpo Docente 2022 | 81 |
| Quadro 15: Nucleo Docente Estruturante | 82 |
| Quadro 16: Técnicos que atuamna Coordenação do Curso | 82 |
| Quadro 17: Grupos de Estudos e Pesquisa | 94 |
| Quadro 18: Departamentalização das disciplinas | 107 |
| Quadro 19: Convalidação das Disciplinas | 157 |
| Quadro 20: Concessão de créditos das Atividades complementares do CCSE | 163 |

LISTA DE SIGLAS

CEE - Conselho Estadual de Educação
CLCR – Curso de Licenciatura em Ciências da Religião
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONSUN - Conselho Universitário
DAA - Departamento de Acesso e Avaliação
EAD - Educação à Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ES - Estágio Supervisionado
FAED - Faculdade Estadual de Educação
FEP - Fundação Educacional do Estado do Pará
FONAPER - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
ISEP - Instituto Superior de Educação Básica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE - Plano Nacional de Educação
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PPC - Projeto Pedagógico do Curso
PRISE - Programa de Ingresso Seriado
PROSEL - Processo Seletivo
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ | 14 |
| 1.1 HISTÓRICO | 14 |
| 1.2 VOCAÇÃO, MISSÃO E VISÃO DE FUTURO | 17 |
| 1.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS | 17 |
| 1.4 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL | 18 |
| 1.5 OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS | 19 |
| 1.5.1 Área de Planejamento e Gestão | 19 |
| 1.5.2 Área de Ensino de Graduação | 20 |
| 1.5.3 Área de Pesquisa e Pós-Graduação | 21 |
| 1.5.4 Área de Extensão Universitária | 22 |
| 1.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO | 23 |
| 1.7 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL | 27 |
| 1.7.1 Inserção Regional | 27 |
| 1.7.2 Princípios gerais que norteiam as práticas acadêmicas | 28 |
| 1.7.3 Organização didático-pedagógica de UEPA | 29 |
| 1.7.4 Diretrizes pedagógicas e critério gerais | 31 |
| 1.8 POLÍTICA DE ENSINO | 42 |
| 1.9 PERFIL DOS EGRESSOS DA UEPA | 46 |
| 1.9.1 Competências a serem desenvolvidas | 47 |
| 1.9.2 Princípios metodológicos | 47 |
| 1.9.3 Processo de avaliação | 48 |
| 1.10 POLÍTICA DE EXTENSÃO | 48 |

| | |
|--|-----------|
| 1.11 POLÍTICA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA | 49 |
| 1.12 POLÍTICA DE GESTÃO | 49 |
| 1.13 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ | 50 |
| 1.14 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO (CCSE) | 51 |
| 1.14.1 Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP) | 56 |
| 1.14.2 Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) | 57 |
| 1.14.3 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) | 57 |
| 1.14.4 Núcleo de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório (NENO) | 57 |
| 1.14.5 Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica (CAOP) | 58 |
| 2 CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO | 60 |
| 2.1 HISTÓRICO | 60 |
| 2.2 JUSTIFICATIVA | 64 |
| 2.3 MISSÃO | 71 |
| 2.4 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO CURSO | 71 |
| 2.4.1 Princípios | 72 |
| 2.4.2 Diretrizes | 75 |
| 2.5 OBJETIVOS DO CURSO | 76 |
| 2.5.1 Geral | 76 |
| 2.5.2 Específicos | 76 |
| 2.6 FUNCIONAMENTO DO CURSO | 77 |
| 2.6.1 Modalidades de Ingresso | 77 |
| 2.6.2 Número de vagas | 78 |
| 2.6.3 Regime de operacionalização curricular | 78 |
| 2.6.4 Integração curricular, carga horária e créditos | 78 |
| 2.6.5 Ano letivo | 81 |
| 2.6.6 Turnos de estudo | 82 |
| 2.7 CAMPO DE ATUAÇÃO E PERFIL DO EGRESSO | 82 |

| | |
|--|-----------|
| 2.7.1 Campos de atuação do egresso | 82 |
| 2.7.2 Perfil do egresso | 82 |
| 3 ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO CURSO | 85 |
| 3.1 DISCIPLINAS POR ANO | 85 |
| 3.2 DOCENTES DO CURSO | 89 |
| 3.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E COLEGIADO | 89 |
| 3.4 TÉCNICOS QUE ATUAM NA COORDENAÇÃO DO CURSO | 90 |
| 3.5 ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR | 90 |
| 3.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO | 92 |
| 3.6.1 Concepção de estágio | 92 |
| 3.6.2 Finalidade do estágio | 93 |
| 3.6.3 Objetivos do estágio | 93 |
| 3.6.4 Campo de estágio | 93 |
| 3.6.5 Modalidades de estágio | 94 |
| 3.6.6 Dinâmica de desenvolvimento do estágio obrigatório | 94 |
| 3.6.7 Processo avaliativo | 96 |
| 3.6.8 Das atribuições | 97 |
| 3.6.9 Da supervisão dos estágios | 99 |
| 3.6.10 Da coordenação do estágio do curso | 99 |
| 3.6.11 Do supervisor de estágio | 100 |
| 3.6.12 Documentação de estágio | 101 |
| 3.6.13 Roteiro de elaboração do relatório do estágio | 101 |
| 3.7 INICIAÇÃO CIENTÍFICA E GRUPOS DE PESQUISA | 102 |
| 3.8 ATIVIDADES DE EXTENSÃO | 103 |
| 3.9 ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO RELIGIOSO | 106 |
| 3.10 MONITORIA E PIBIC | 107 |
| 3.11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM | 108 |

| | |
|---|------------|
| 3.12 ELABORAÇÃO DO TCC | 110 |
| 3.12.1 Linhas de pesquisa | 111 |
| 3.12.2 Quanto à forma | 112 |
| 3.12.3 Formalização da orientação | 113 |
| 3.12.4 Bancas de qualificação e defesa | 114 |
| 3.12.5 Versão final do TCC | 115 |
| 3.12.6 Coordenador de TCC | 115 |
| 3.13 DEPARTAMENTALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS | 116 |
| 4 DISCIPLINAS, EMENTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 118 |
| 4.1 I ANO DO CURSO | 118 |
| 4.2 II ANO DO CURSO | 129 |
| 4.3 III ANO DO CURSO..... | 141 |
| 4.4 IV ANO DO CURSO | 152 |
| 5 TRANSIÇÃO CURRICULAR | 165 |
| 5.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO... | 165 |
| 5.2 PLANO DE ADAPTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO | 165 |
| 5.3 CONVALIDAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS | 166 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 168 |
| REFERÊNCIAS | 170 |
| ANEXO 1: Atividades complementares: quantificação de horas | 172 |

INTRODUÇÃO

Nenhuma instituição sobrevive muito tempo se não for capaz de reformar-se, adaptar-se a cada instante às exigências do momento, mantendo-se fiel ao seu papel permanentemente. A universidade tem demonstrado capacidade de adaptar-se, realizando reformas necessárias, considerando a fidelidade a seu papel histórico. (BUARQUE, *apud* CANDAU, 1997)

O século XXI demanda aos cidadãos uma formação integral, ampla, consistente, multicultural, reflexiva, criativa, que desenvolva habilidades intelectuais complexas e a sensibilidade humana, de modo a favorecer a construção de uma cultura de paz entre os povos. Tais exigências se constituem desafios para a educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, especialmente no âmbito da Educação Básica, onde se concentram as gerações mais jovens.

Nessa perspectiva, a formação de professores para atuar nesse nível de ensino apresenta-se ainda mais desafiadora, exigindo das Instituições Formadoras o repensar de seus currículos e de suas práticas educacionais para o atendimento de novas e constantes demandas suscitadas pelo contexto histórico em que nos encontramos inseridos. Isso implica buscar a contextualização e a reconfiguração dos Cursos de Licenciatura, pois, não basta apenas formar bons profissionais para atuar na Educação Básica. É mister que a formação de docentes para o exercício do magistério ofereça uma formação teórica e cultural, associada à formação para o trabalho pedagógico com crianças, adolescentes e jovens em processo de aprendizagem escolar, tendo em vista seu desenvolvimento como pessoas e cidadãos, papel fundante do mencionado nível educacional (GATTI, 2020). Assim, as práticas formativas precisam se desenvolver em torno de valores éticos, senso de profissionalismo, postura crítica e investigativa, a fim de despertar nos egressos

das licenciaturas, o compromisso em torno da construção de aprendizagens significativas.

Com efeito, a formação de professores para a Educação Básica, com perfil para atuar em contextos amazônicos, torna-se ainda mais imperiosa, uma vez que se trata de uma região com grande potencial socioeconômico, caracterizada por sua rica diversidade cultural, mas que ainda não conta com um número suficiente de profissionais para atender às demandas de diferentes áreas do conhecimento, que contribuam para o desenvolvimento sustentável dessa região, de modo a possibilitar sua integração com a complexidade do contexto regional e nacional.

Nesse sentido, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) busca favorecer uma ampla formação profissional aos seus alunos ao definir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que sua missão institucional consiste em: *produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável da Amazônia* (UEPA, Plano de Desenvolvimento Institucional da UEPA, 2017-2027).

Tal intento se efetiva mediante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como metas: ampliar o acesso ao ensino superior público estadual; consolidar os Projetos Pedagógicos que objetivam a formação de profissionais éticos e socialmente comprometidos; qualificar o corpo docente para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; fortalecer e ampliar a relação da universidade com os setores governamentais e não governamentais, no âmbito da União, do Estado e dos Municípios, com o objetivo de contribuir no planejamento e na execução de ações específicas; e oferecer condições para a formação continuada: estímulo à capacitação de alunos para estudo continuado e a atualização de egressos.

Para o desenvolvimento sociocultural da Amazônia, a UEPA se propõe ainda em seu PDI 2017/2027:

Incentivar projetos de investigação local e regional em diversas áreas; incentivar as articulações com secretarias municipais, estaduais, prefeituras, e órgãos públicos, para atendimento das demandas; incentivar projetos de ensino, pesquisa e extensão, referentes aos dilemas sociais mais imediatos; criação de novas formas de estágio, referentes às renovações do mercado; desenvolver na universidade um programa de atividades envolvendo direitos humanos e cidadania; prever nos cursos, pontos de reflexão sobre a realidade imediata; propor disciplinas ou atividades dedicadas à observação direta, na forma de pesquisa de campo ou levantamento de dados para compreender o

contexto social; promover a humanização nos campi, através de atividades culturais e seminários voltados para a integração social e lazer; aperfeiçoar mecanismos de comunicação, incluindo estratégias de divulgação das atividades desenvolvidas (...); propor o estudo curricular da ética (...), promover conferências e atividades complementares sobre ética, intensificar no ambiente acadêmico a intensificação da ética nas relações profissionais. (PARÁ, PDI da UEPA, 2017-2027, p. 06).

Dessa forma, a UEPA reafirma o seu papel Institucional evidenciando características peculiares no território paraense, tendo como função precípua, possibilitar aos seus alunos uma formação profissional sólida, abrangente e, acima de tudo, cidadã. Essa perspectiva de formação perpassa, necessariamente, todos os cursos de formação de professores, entre os quais se inclui o Curso de Licenciatura em Ciências da Religião (CLCR).

Portanto, em sintonia com o PDI 2017-2017, o presente PPC objetiva orientar o processo de formação professores-pesquisadores reflexivos e críticos na área de Ensino Religioso, com sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender para atuar de maneira contextualizada e interdisciplinar na Educação Básica, com competência de articular dialeticamente o binômio teoria-prática/prática-teoria.

Para que se pudesse chegar à construção desta proposta pedagógica com consistência, integrada à perspectiva de trabalho da UEPA, e que possibilite, por conseguinte, responder aos novos desafios no campo da formação de professor de Ensino Religioso, empreendeu-se um processo de construção coletiva, em atendimento ao princípio da gestão democrática, preconizado pela Constituição Federal de 1988 e Lei 9394/1996. Trata-se de um PPC que acolhe e articula uma multiplicidade de olhares, crenças, valores e concepções, que dialoga, portanto, com a diversidade e a pluralidade política de sujeitos que se reconhecem artífices desse processo de construção.

A partir dessa visão, o Curso de Licenciatura em Ciências da Religião estabelece uma relação acadêmica frente ao fenômeno religioso. Não compreendemos a sociedade sem analisar esse fenômeno, componente essencial, inclusive, da geopolítica mundial. O fenômeno religioso é dinâmico porque é cultural; por isso é de vital importância para compreendê-lo dentro de seu contexto. Para Oro e Steil (1997), na modernidade, a religião apresenta três traços básicos:

- 1- privatização, que significa a centralidade do indivíduo autônomo capaz de escolher entre as diversas alternativas religiosas, o que tem conduzido a uma espécie de cultura de mercado dos bens simbólicos;
- 2) o trânsito religioso entre os diferentes sistemas religiosos;
- 3) alargamento para além das fronteiras da religião, para outros setores da vida social, fazendo cruzar religião, economia, ciência, filosofia, ecologia, psicologia etc.

Pode-se acrescentar ainda a politização das comunidades de fé e das tradições religiosas, o que tem obrigado as ciências, nessas últimas décadas, a um olhar mais atento à religião.

Esses elementos, em seu conjunto, trazem significativas transformações ao que entendia-se por religião. Oliveira assim apresenta esse *novo* no campo religioso:

Daí a ambiguidade do fenômeno religioso hoje. De um lado, ele parece não suscitar interesse numa sociedade pós-metafísica e pós-religiosa: a religião é interpretada como uma consolação diante dos males e carências da vida humana, mas completamente sem sentido graças ao saber científico e ao progresso técnico, hegemônicos atualmente, o que significa uma ruptura com a tradição metafísica e teológica. A religião se vê, assim, situada na esfera das preferências subjetivas, na esfera íntima e privada da pessoa, fonte de sentido da vida individual, fruto de opções que não necessitam de qualquer justificação racional. Portanto, não importa a verdade, mas a busca de algo que possa dar sentido à vida individual, que corresponda aos sentimentos de cada um e possa satisfazer suas aspirações. (OLIVEIRA, 2013)

O CLCR prioriza a Amazônia como seu grande contexto. Um bioma que agrega diversas etnorreligiosidades, inclusive intercontinentais e outras localmente ancestrais, nas quais se manifestam diversas expressões sagradas com certos teores comuns - posto que um imaginário religioso as entrelaça, dando-lhes aspectos transitivos de significação e ação. Sendo assim, as multiformes expressões religiosas com evidente presença na Amazônia configuraram-se sob horizontes os quais pode-se denominar de imaginários religiosos amazônicos. A presença de expressões múlti-ameríndias, católicas, protestantes, afro-brasileiras, de beberagem, judaicas, islâmicas, neo-pagãs, etc., aconteceram sob intensa articulação intercultural, com profunda densidade semântica e entremeio às experiências vitais de sabedorias milenares. Esses encontros articulados fazem nascer novas imagens, narrações, relações sociais, produções e práticas alimentares, artes, curandeirismos, êxtases e símbolos. O imaginário religioso amazônico é uma dimensão proto-significativa, repositória e profusora de expressões sócio-culturais, num universo tecido por diversos matizes étnicos, mas

sempre circunscrito (conectado) ao seu ambiente. As evidentes expressões religiosas do complexo mundo amazônico não podem ser entendidas sem a compreensão das afinidades eletivas delas mesmas com o imaginário religioso no qual estão submersas.

Por tudo isso, o CLCR tem sua relevância, atualidade e responsabilidade ao dedicar-se a compreender o fenômeno religioso a partir das diferentes ciências, transformando o conteúdo das disciplinas em conteúdo a ser levado à Educação Básica, na rede pública e privada, bem como aos espaços educativos não escolares, de modo a promover a compreensão do fenômeno religioso, respeito à diversidade e o diálogo interreligioso na sociedade.

O desafio da construção de uma cultura de paz se entrelaça com a pesquisa sistemática do fenômeno religioso; a transposição didática para a sala de aula e para ambientes não escolares atinge seus objetivos ao possibilitar uma reflexão séria e não proselitista sobre este fenômeno humano, do qual sempre estaremos distantes de sua plena compreensão.

1 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ¹

1.1 HISTÓRICO

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) foi criada pelo Poder Público Estadual através da Lei nº 5.747 de 18 de maio de 1993 e autorizada a funcionar por Decreto Presidencial de 04 de abril de 1994. O seu surgimento se deu a partir da fusão e experiência das Escolas e Faculdades Estaduais, isoladas, até então existentes no Estado do Pará, tais como:

- Escola de Enfermagem “Magalhães Barata”, criada em 1944 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 26.929, de 21 de julho de 1949 a qual era subordinada ao Departamento Estadual de Saúde;
- Escola Superior de Educação Física, reconhecida pelo Decreto nº 78.610 de 21 de novembro de 1976;
- Faculdade de Medicina do Pará, reconhecida pelo Decreto nº 78.525, de 30 de setembro de 1976. E novos cursos na área de saúde foram implantados nesta Faculdade, no ano de 1991, como, Fisioterapia e Terapia ocupacional;
- Faculdade Estadual de Educação (FAED), criada no ano de 1983 e iniciando-se com o curso de Pedagogia para formação superior de professores do ensino médio sendo que esta Faculdade foi reconhecida pela Portaria Ministerial nº 148, de 04 de julho de 1991. Em 1986, esta Faculdade de Educação implantou os cursos de licenciatura em Matemática e Educação Artística, com Habilitação em Educação Musical;
- Instituto Superior de Educação (ISEP), implantado em 1989, com o curso de

¹ Este capítulo, com algumas supressões, é extraído integralmente dos capítulos iniciais do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017-2027 da UEPA.

Formação de Professores do Pré-Escolar e 1a a 4a séries do Ensino Fundamental, vinculado inicialmente à Secretaria Estadual de Educação e, em 1992, passou a fazer parte da estrutura da Fundação Educacional do Pará (FEP). A FEP foi implantada em 1961, com autonomia didática, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Pará sendo o órgão responsável pela gestão das políticas de ensino para o 2º e 3º graus no Estado;

- Interiorização do Ensino Superior sob a responsabilidade do Estado. Em 1990, foi criado o 1º núcleo de interiorização no município de Conceição do Araguaia

Assim, a Universidade do Estado do Pará, com fórum em Belém e sede nos municípios onde mantiver seus campi, passa a funcionar como Universidade em 1994 e surge para atender um anseio da sociedade por um ensino superior público e gratuito, sendo a única universidade pública do Estado do Pará. Em 1999, a estrutura administrativa do Estado do Pará passa por uma reestruturação organizacional com a criação de Secretarias de Estado com órgãos da administração direta e indireta vinculados, organizados por áreas de atuação afins. Dessa forma, a UEPA passa a ser vinculada à Secretaria de Promoção Social - SEPROS, atualmente, como órgão da administração indireta é vinculada à Secretaria de Estado de Educação.

Em 2006, com a edição da Lei nº 6.828, estabeleceu a reestruturação organizacional da Universidade adequando sua estrutura a nova realidade considerando sua expansão no decorrer dos seus 12 anos de funcionamento, a nova estrutura contribuiu para melhorar os serviços ofertados a comunidade interna e externa, assim como o desenvolvimento das atividades administrativas e a realização de suas ações finalísticas.

A Universidade do Estado do Pará é uma instituição organizada como autarquia de regime especial e estrutura multicampi, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, de gestão financeira e patrimonial, regendo-se por seu Estatuto, Regimento Geral e Legislação específica. É administrada por um órgão central, a Reitoria, e órgãos setoriais, Centros, Cursos e Departamentos, ou seja, uma estrutura organizacional da qual os colegiados são os órgãos máximos. Possui como Missão: “Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Sempre atenta na sua trajetória histórica, a UEPA firma seus compromissos na busca de

excelência, contribuindo, enquanto Universidade, para o desenvolvimento da sociedade, com responsabilidade em manter-se inserida na comunidade local e regional, atuando como fator de propulsão de seu desenvolvimento.

O Estatuto da UEPA define que a finalidade precípua da Universidade é a educação superior e a produção do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico visando, fundamentalmente, a “indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão”. Por tanto, na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, procura-se delimitar a direção em que a Instituição avança para realizar essas finalidades de universidade pública. E consciente de sua responsabilidade como agente de inclusão social, a UEPA exerce importante papel acadêmico no Estado do Pará estando intrinsecamente comprometida com o desenvolvimento regional, com toda a sociedade paraense, e por meio dela, com a sociedade brasileira. Com isso, reafirma seu compromisso com os direitos humanos, respeitando às diferenças de raça, etnia, crença, gênero e, também, compromete-se com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental que, por sua vez, visa contribuir - através de sua política pedagógica ambiental, particularmente, dos cursos de engenharia ambiental - para prevenir os impactos ambientais negativos na sociedade.

A Universidade oferece cursos de graduação presencial e a distância, de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu e de Extensão, assim como realiza ações e projetos de extensão nos seus diversos campi. A UEPA atende 14.925 alunos matriculados em cursos regulares, semi-presenciais, à distância e na Pós-Graduação.

São 29 cursos de graduação nas áreas da Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia; 29 cursos de especialização na modalidade lato-sensu incluindo-se os 21 cursos de residência médica; 7 cursos de pós-graduação stricto-sensu, sendo 6 Programas de mestrado e 1 programa de doutorado. Possui em seu quadro docentes qualificados, mestres e doutores, em contínuo avanço, que contribuem para direcionar o perfil do corpo docente que se deseja amadurecer e consolidar. Há registro crescente de candidatos ao seu Processo Seletivo, a cada ano. Com este cenário acadêmico, a Universidade se apresenta no contexto macro organizacional do Estado numa posição de crescente desenvolvimento, porém, sempre refletindo nos aspectos que precisa avançar, pois, ao mesmo tempo em que avança precisa, igualmente, de uma infraestrutura física adequada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas. [...]

1.2 VOCAÇÃO, MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

Vocação

Desenvolvimento do ser humano no contexto amazônico, considerando os aspectos econômicos, sociais e culturais.

Missão

Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Visão de futuro

Ser referência científico-cultural de ensino, pesquisa e extensão, em nível nacional.

1.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

São princípios fundamentais da Universidade do Estado do Pará de acordo com o que estabelece o artigo 9º do Estatuto:

- Autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
- Indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- Desenvolvimento da filosofia, da ciência, da tecnologia, das letras e das artes, comprometido com o processo de humanização da sociedade;
- Ampliação das suas ações para garantir a democratização e a equalização das oportunidades educacionais aos cidadãos do interior do Estado;
- Formação do ser humano para o exercício da cidadania;
- Qualificação de recursos humanos para atender ao mundo do trabalho regional e nacional;
- Articulação com programas estaduais e regionais de educação básica;
- Cooperação com outras instituições de ensino;
- Gratuidade do ensino de graduação e dos cursos de mestrado e doutorado, ficando garantido o percentual mínimo de 10% de gratuidade nos cursos de pós-graduação lato sensu;
- Gestão democrática, envolvendo a participação dos segmentos institucionais, locais

- e regionais;
- Compromisso com o processo democrático, legítimo e transparente de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta a natureza, os fins, os objetivos e os projetos da instituição.

1.4 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

A Universidade do Estado do Pará vem sendo, permanentemente, influenciada pelas constantes mudanças ocorridas no ambiente econômico, político, social e cultural. Questões como o aumento da necessidade social para o ensino superior; aparecimento de outras IES Públicas que concorrem pela mesma fonte de recursos externos; vulnerabilidade à recessão econômica; recursiva ampliação de ações e serviços demandados pelo governo do Estado; necessidade de modernização da infraestrutura, dentre outras questões, tem impulsionado a UEPA a refletir e redefinir suas prioridades institucionais.

Uma das ferramentas utilizadas no processo de tomada de decisões tem sido o Planejamento Estratégico, ao planificar as estratégias necessárias visando responder os anseios sociais e desafios educacionais, sanar as fragilidades, potencializar as fortalezas institucionais e capturar as oportunidades presentes no ambiente externo, além de contribuir para desenvolvimento da missão institucional que reside em: “Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia no contexto brasileiro”.

O processo de planejamento estratégico tem garantido à Instituição maior democratização e envolvimento dos gestores no processo de tomada de decisões resultando no enriquecimento das visões acerca dos problemas, desafios e objetivos essenciais para que a Universidade cumpra a sua missão e alcance a visão de futuro. Desde 2005, durante o V Encontro da Administração Superior, a UEPA passou a utilizar como ferramenta de gestão o Planejamento Estratégico, como forma de avançar na consolidação das políticas institucionais, redefinindo a sua Missão ao mesmo tempo em que definia a sua Visão de Futuro e seus Objetivos Estratégicos. Foi então que os diversos segmentos da comunidade acadêmica passaram a participar, em datas estabelecidas, das etapas de construção do

Planejamento Estratégico desta universidade, discutindo e desenhando os novos valores institucionais. Ainda no ano de 2005, a UEPA aderiu ao Programa de Qualidade no Serviço Público, implantado pelo Governo do Estado do Pará, cujo objetivo foi apoiar as organizações públicas estaduais e municipais do Estado, no processo de mudança gerencial, observando-se, acima de tudo, os resultados positivos para a sociedade. E, com isso, a UEPA passou a vislumbrar sua consolidação como universidade de referência científico-cultural de ensino, pesquisa e extensão, em nível nacional, procurando atingir a sua visão de futuro. Conhecedora da importância da gestão estratégica como bússola à integração de esforços visando deslanchar o processo de desenvolvimento organizacional, com maior eficiência e eficácia de maneira planejada, vem utilizando a ferramenta do Planejamento estratégico no processo de tomada de decisões.

Neste sentido, o planejamento institucional é uma ferramenta importante para definir prioridades e direcionar a expansão das ações da Universidade alinhada ao planejamento estadual previsto no Plano Plurianual do Governo do Estado. Assim, a Universidade do Estado do Pará definiu por área de atuação, seus objetivos, metas e estratégias para os próximos 10 anos a fim mensurar e melhorar seu desempenho organizacional.

1.5 OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

1.5.1 Área de planejamento e gestão

A Universidade do Estado do Pará, considerando sua significativa capilaridade no contexto do Estado, sendo uma das universidades mais interiorizada do norte do País, deve instrumentalizar-se de modo adequado e compatível com vistas a atender o volume das demandas públicas e privadas oriundas de todo o Estado do Pará e da região amazônica. O planejamento estratégico é uma ferramenta que possibilita à gestão mais agilidade e maior precisão na informação e na comunicação permitindo a operacionalização dos objetivos e das ações institucionais.

Esse desafio implica em constante qualificação de gestores e técnicos com capacidade de resolução eficiente e eficaz para o pronto atendimento das demandas sociais, para isso um programa de formação continuada direcionada à

qualificação de servidores de todos os níveis da instituição, habilitando-os de forma autônoma à gestão acadêmica e administrativa, de modo que essa atuação se faça com autonomia e competência gerencial, é imprescindível também a participação desses agentes no planejamento e na gestão institucional, do que resultará um ambiente funcional de responsabilização técnica coletiva, cujos produtos e resultados estarão marcados pela agilidade, pela eficiência e eficácia e, especialmente assinalados pela valorização e autoestima pessoal e profissional de cada servidor desta Instituição de Ensino Superior. Desta forma, é imprescindível estabelecer objetivos que venham a concretizar esses desafios no âmbito da gestão e planejamento institucional para os próximos dez anos. [São eles:]²

Objetivo 1: Promover a reestruturação organizacional da universidade

Objetivo 2: Melhorar a capacidade de desenvolvimento institucional e de gestão operacional

Objetivo 3: Fortalecer a gestão participativa em todos os campi

Objetivo 4: Fortalecer a política de gestão de pessoas

Objetivo 5: Contribuir para o desenvolvimento institucional por meio da autoavaliação

1.5.2 Área de ensino de graduação

A Universidade do Estado do Pará desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do Estado ao promover uma educação superior pública e de qualidade nas diversas áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, desenvolve o ensino articulado à pesquisa e extensão favorecendo a produção e a socialização do conhecimento no Estado. Nessa direção a proposta de ensino integrada à pesquisa e a extensão expressam a intencionalidade e o projeto de sociedade da IES, ampliando sua atuação estratégica nas regiões de integração ofertando cursos, constituídos por licenciaturas, bacharelados e tecnológicos.

O acesso com qualidade à educação superior é uma das preocupações constantes na Meta 12 do Plano Nacional de Educação – PNE/2014 e um compromisso institucional da UEPA, que tem fomentado o ingresso ao ensino superior, com perspectivas para ampliação de vagas em seus Processos Seletivos. Nessa direção, em 2017 registra-se a disponibilização de 3.856 vagas, além dos

² O PDI apresenta também as metas e estratégias

processos seletivos para preenchimento de vagas em cursos de graduação realizados por meio de programas especiais, como o Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica - PARFOR, Universidade Aberta do Brasil - UAB e finalmente os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena e Licenciatura em Letras-Libras, que são realizados conforme demandas específicas.

A Universidade do Estado do Pará almeja ampliar a sua atuação no tripé ensino, pesquisa e extensão nos próximos 10 anos de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional. Dessa forma, o planejamento institucional para o fortalecimento do Ensino de graduação na IES contempla a seguir, os objetivos [o documento apresenta também as metas e estratégias]

Objetivo 1: ampliar o acesso e a permanência à educação superior em áreas e/ou regiões estratégicas para o desenvolvimento do estado

Objetivo 2: preparar de forma sistemática os cursos de graduação para avaliação externa

Objetivo 3: fortalecer a política de assistência estudantil

Objetivo 4: fortalecer no âmbito da universidade a política de estágio

Objetivo 5: fortalecer a construção de projetos de ensino, pesquisa e extensão, em áreas estratégicas do desenvolvimento do estado

Objetivo 6: implantar no âmbito da universidade a política de acompanhamento dos egressos

1.5.3 Área de pesquisa e pós-graduação

A Universidade do Estado do Pará tem importância estratégica para o desenvolvimento do Estado, na medida em que sua missão objetiva a qualificação e a capacitação de profissionais que possam intervir positivamente na vida social e econômica da sociedade, bem como, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em geral. Essa intervenção positiva tem como pressuposto a apropriação do conhecimento científico em áreas específicas do saber universal e o domínio de técnicas e de mecanismos capazes de gerar novos saberes e novas descobertas para a formulação de matrizes produtoras de bens e serviços direcionados às especificidades socioambientais do Estado e da Região Amazônica, superando assim a sua condição histórica de provedores de insumos e de matérias-primas para a exportação.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Pará é responsável pela elaboração, acompanhamento, coordenação e a supervisão de estratégias que amparem o desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação no âmbito universidade e tem como missão desenvolver políticas institucionais para o fortalecimento da Pesquisa e da Pós-Graduação, incorporando-as ao escopo das atividades de docentes e discentes, bem como para a qualificação dos servidores da UEPA.

Objetivo 1: consolidar o desenvolvimento da ciência e tecnologia

1.5.4 Área da extensão universitária

A Universidade do Estado do Pará como instituição pública de produção do saber não pode negar-se ao exercício permanente e contínuo de sua integração à sociedade. Essa inserção social se externaliza como um compromisso público insubstituível, porque é próprio da sua natureza de constituir-se em patrimônio da sociedade paraense e em favor de quem deve destinar a sua atenção na realização de ações e trabalhos que garantam eficácia social.

A Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, junto com ensino e pesquisa visam a difusão e a produção de conhecimento. A universidade no Brasil deve realizar extensão, segundo o preconizado pela Carta Constitucional de 1988. Portanto, a natureza da universidade se revela e está fundada nesse tripé acadêmico – o ensino, a pesquisa e a extensão - indissociável. Enquanto as duas primeiras atividades têm como sujeitos únicos segmentos da própria instituição universitária, os seus docentes, os acadêmicos e os servidores técnico-administrativos, a extensão se realiza com a cooperação e a participação direta e externa de outros sujeitos, quais sejam, os integrantes de comunidades, de sindicatos, associações, enfim, de todos e quaisquer natureza e segmentos sociais em favor de quem pode estabelecer relações de cooperação na perspectiva da contribuição e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Contudo, é por meio da extensão que a universidade pública, como a UEPA, utiliza o seu conhecimento e potencialidade para responder as muitas indagações sociais, seja para orientar, capacitar e realizar as atividades laborais, seja

qualificando para a produção de bens, e geração de trabalho de pessoas e grupos organizados, visando possibilitar sua sustentabilidade social e econômica.

A universidade enfrenta grandes desafios, entre eles o desenvolvimento e sustentabilidade das suas ações de extensão, integrando a universidade e comunidade nas áreas da educação, arte, ambiente, saúde e tecnologia e, com isso, fortalecendo as ações de extensão desenvolvidas na universidade, através dos editais das chamadas, voltados para a seleção, aprovação e financiamento dos programas e projetos de extensão. Os seus objetivos estão, assim, relacionados com a garantia da eficiência e eficácia no fomento dos projetos e ações de médio e curto prazo na gestão institucional, contribuindo para a concentração da missão da universidade.

Vale ressaltar a grande relevância e contribuição das práticas extensionistas no contexto da estratégia organizacional. Uma das principais considerações é melhorar a qualidade e ampliar as práticas de avaliação institucional. Portanto, cabe identificar as políticas voltadas para a extensão universitária no contexto amazônico e efetuar a reestruturação acadêmica, administrativa e de gestão das universidades públicas. Contudo, é preciso destacar a potencialidade criadora das práticas extensionistas, nas quais o saber fazer está relacionado com a construção de uma ciência que forme, transforme e contribua para a função social da universidade.

Objetivo 1: desenvolver conhecimento com integração social

1.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Universidade do Estado do Pará caracteriza-se por sua atuação multicampi, na capital e no interior, constituída de três Centros Acadêmicos nas áreas da educação, saúde e tecnologia, e mais recentemente a Institucionalização do Núcleo de Formação Institucional – NUFI, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação-PROGRAD, os Centros Acadêmicos compõem a estrutural organizacional em nível de órgãos da administração setorial da Universidade, assim denominados:

- Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS;

- Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE;
- Centro de Ciências Naturais e Tecnologia - CCNT.

O Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS coordena todos os cursos da área da saúde no total de seis cursos de Graduação: Medicina, Enfermagem, Licenciatura Plena em Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Biomedicina. Os Cursos de Graduação estão distribuídos em três campi na capital e nos campi de Santarém, Altamira, Tucuruí, Marabá e Conceição do Araguaia. O quadro a seguir demonstra os cursos de graduação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Quadro 1

| Cursos de graduação ofertados pelo CCBS. FONTE: EPA/CCBS, 2016. | |
|---|---------------------|
| Modalidade | Curso |
| Bacharelado | Biomedicina |
| | Enfermagem |
| | Fisioterapia |
| | Medicina |
| | Terapia Ocupacional |
| Licenciatura | Educação Física |
| Total | 6 |

[...] O Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE coordena 14 Cursos de graduação na modalidade Licenciatura e Bacharelado. Sendo 13 Cursos de Licenciatura: Pedagogia, Pedagogia Bilíngue, Matemática, Geografia, História, Filosofia, Música, Letras – Língua Portuguesa, Letras - língua Inglesa, Letras Libras, Ciências da Religião, Ciências Naturais com habilitação em Física, Química e Biologia, Ciências Sociais; e um Curso de Bacharelado: Secretariado Executivo Trilíngue. As Licenciaturas são oferecidas na Capital e nos Campi da Interiorização, o Bacharelado somente na Capital.

Cabe destacar que o curso de Licenciatura em Letras – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) possui processo seletivo de ingresso específico e diferenciado. O quadro a seguir demonstra os cursos ofertados no Centro de Ciências Sociais e Educação.

Quadro 2

| Cursos de graduação ofertados pelo CCSE. FONTE: UEPA/CCSE, 2016 | |
|---|--|
| Modalidade | Curso |
| Bacharelado | Secretariado Executivo Trilingue |
| Licenciatura | Ciências da Religião Ciências Naturais com habilitação em Biologia, Física e Química Letras – Língua Portuguesa Letras – Libras Letras – Língua Inglesa Geografia História Filosofia Matemática Música Pedagogia Ciências Sociais Pedagogia Bilingue em Convênio com Instituto Nacional de Surdos - INES |
| Total | 14 |

O Centro de Ciências Naturais e Tecnologia – CCNT coordena 8 Cursos de Graduação, sendo 5 cursos na modalidade Bacharelado: Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção, Design, Relações Internacionais; e 3 cursos na modalidade Tecnólogo: Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS, Alimentos e Comércio Exterior. Os cursos são oferecidos tanto na Capital quanto nos Campi do Interior, com exceção dos Cursos: Design, Relações Internacionais e Comércio Exterior.

O Centro também coordena os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Engenharia de Produção e Gestão Pública e Governança. O quadro demonstra os cursos de graduação ofertados no Centro de Ciências Naturais e Tecnologia.

Quadro 3

| Cursos de graduação ofertados pelo CCNT. FONTE: UEPA/CCNT, 2016 | |
|---|---|
| Modalidade | Curso |
| Bacharelado | Engenharia Ambiental Engenharia de Produção Engenharia Florestal Design Relações Internacionais |
| Tecnólogo | Tecnologia e Análise e Desenvolvimento de Sistemas - TADS Alimentos Comércio Exterior |
| Total | 8 |

As Políticas Públicas desenvolvidas no Estado do Pará voltadas aos povos indígenas estabelecem o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental, jurídica e cultural dos Povos Indígenas do Pará, considerando, dentre outros aspectos, os recortes de gênero, idade, religiosidade, espiritualidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, bem como a relação desses em cada comunidade indígena.

A Política Indigenista no âmbito da UEPA está em consonância com a Política Indigenista no Estado do Pará desenvolvida com ações integradas dos diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, direcionadas aos povos indígenas situados no território paraense, integrando-as às ações de órgãos e entidades federais e municipais e organizações não governamentais ouvidas os respectivos povos e respeitada a legislação federal.

A Universidade institucionalizou o Núcleo de Formação Indígena - NUFI da UEPA, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, responsável pela coordenação da Política Indigenista na instituição. Dentre suas competências o NUFI tem atuação política, de articulação entre a Universidade e as comunidades e organizações indígenas, no campo da formação específica, diferenciada e intercultural, de modo a promover ações formativas no tripé indissociável ensino, pesquisa e extensão, nas áreas de educação, saúde e tecnológica, de acordo com o projeto societário de cada povo indígena.

Quadro 4

| Curso ofertado direcionado aos povos indígenas. FONTE: UEPA/CCNT, 2016 | |
|--|-------------------------------------|
| Modalidade | Curso |
| Licenciatura | Licenciatura Intercultural Indígena |
| Total | 1 |

1.7 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

1.7.1 Inserção Regional

O território do Estado do Pará está dividido espacialmente em 16 Regiões de Integração. A UEPA, com sua estrutura multicampi, possui base física com Campi, em 10 regiões de integração, com 5 campi na capital e 15 nos municípios do interior do Estado como demonstra o quadro a seguir³.

Quadro 5

| Campi da UEPA por Região de Integração. FONTE: PROGRAD/(SEPLAN) REGIÕES DE INTEGRAÇÃO, 2016 | | | | |
|---|----------------------|-----------------------|------------|---|
| Localização | Região de Integração | Município | Campi | Centro |
| Capital | Guajará | Belém | Campus I | Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE |
| | | | Campus II | Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS |
| | | | Campus III | |
| | | | Campus IV | |
| | | | Campus V | Centro de Ciências Naturais e Tecnologia - CCNT |
| Interior | Rio Capim | Paragominas | Campus VI | |
| | Araguaia | Conceição do Araguaia | Campus VII | |
| | | Redenção | Campus XVI | |

³ O Liceu da Música e o Teatro do Liceu, em Bragança, foram institucionalizados como Campus XXI em 2018, cujas informações encontram-se em <https://www.uepa.br/pt-br/pagina/centros-e-campi>

| | | | | |
|--|-----------------|---------------------|--------------|--|
| | Carajás | Marabá | Campus VIII | |
| | Xingu | Altamira | Campus IX | |
| | Guamá | Igarapé-Açu | Campus X | |
| | | São Miguel do Guamá | Campus XI | |
| | | Vigia | Campus XVII | |
| | | Castanhal | Campus XX | |
| | Baixo Amazonas | Santarém | Campus XII | |
| | Lago de Tucuruí | Tucuruí | Campus XIII | |
| | Tocantins | Barcarena | Campus XV | |
| | | Cametá | Campus XVIII | |
| | | Moju | Campus XIV | |
| | Marajó | Salvaterra | Campus XIX | |

1.7.2 Princípios gerais que norteiam as práticas acadêmicas

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) preocupada com a formação de profissionais éticos e em consonância com sua missão institucional desenvolve sua proposta educativa de acordo com o que preconiza o Artigo 3º da Lei nº 9.394/96.

Dessa forma, os princípios que norteiam as práticas acadêmicas da IES são apresentados a seguir:

- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Geração, transmissão e disseminação do conhecimento com elevado padrão de qualidade;
- Interação com a sociedade e o mundo do trabalho;
- Promoção da integração entre os diferentes níveis de ensino;
- Contribuição para formação de uma consciência ética e capacidade crítica do homem para atuar na sociedade e no Estado;
- Contribuição para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, cultural e espiritual do homem enquanto agente de construção social;
- Garantia da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber;
- Garantia da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;

- Promoção e facilitação de cooperação com os organismos nacionais e internacionais;
- Garantia da flexibilidade na aplicação de métodos, critérios e currículos, com o objetivo de atender às peculiaridades locais e a multidisciplinariedade;
- Formação de profissionais empreendedores nas diferentes áreas do conhecimento, aptos ao exercício profissional competente e a participação no desenvolvimento da sociedade em que interagem;
- Manutenção da unidade do patrimônio e administração, para o alcance de níveis superiores de eficiência e eficácia com vistas ao desenvolvimento harmônico da Universidade;
- Racionalização da infraestrutura física e dos recursos humanos e materiais disponíveis impedindo a duplicação de recursos para fins idênticos e ou equivalentes;
- Contribuição com a transformação da realidade regional com justiça social e desenvolvimento sustentável.

1.7.3 Organização Didático-Pedagógica da UEPA

A organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da Universidade do Estado do Pará está delineada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são elaborados em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais, emanadas do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Estadual de Educação, Estatuto e Regimento desta IES aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN).

O Estatuto e Regimento da UEPA estabelecem no artigo 44 que:

A universidade ministrará cursos de:

- graduação;
- pós-graduação;
- extensão;
- outros.

§ 1º. Os cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo próprio, visam à obtenção de qualificação universitária específica, ao desenvolvimento e à ampliação da cultura da formação cidadã e à habilitação para o exercício profissional.

§ 2º. Os cursos de pós-graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o curso de graduação, visam à obtenção dos graus de mestre e doutor, compreendendo ainda cursos de especialização e aperfeiçoamento.

§ 3º. Os cursos de extensão universitária destinam-se a completar, atualizar, aprofundar ou difundir conhecimentos. (UEPA, 2016, p. 24).

Os cursos de graduação são concebidos a partir de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aprovado pelo CONSUN que define suas identidades, seus currículos e as principais linhas de desenvolvimento. Tais cursos têm vinculação acadêmica com os Centros e possuem modalidades diversas quanto ao conteúdo e natureza dos estudos neles compreendidos, abrangendo as exigências sociais, as profissões regulamentadas em lei, as peculiaridades do desenvolvimento e do mercado de trabalho. Os cursos de graduação têm a duração de tempo para integralização do respectivo currículo estabelecido pelo PPC, obedecendo aos limites da legislação educacional brasileira.

Dessa forma, o Projeto Pedagógico dos Cursos é formado pelas diretrizes e políticas que expressam a intencionalidade da formação acadêmica, articulada ao compromisso profissional com um projeto de sociedade, de educação e de Universidade assumidos pela UEPA em uma perspectiva de transformação social.

A política de ensino composta no Projeto Pedagógico dos Cursos viabiliza-se e consolida-se à medida que os diferentes cursos de graduação planejam, dialogam, delineiam, elaboram e vivenciam os processos formativos, tendo como princípios norteadores do processo educacional ações que promovam:

- A igualdade de condições de acesso e permanência;
- A integração entre a pesquisa e a extensão ao ensino, através da participação em editais, programas e projetos de pesquisa e de extensão que possibilitem vivenciar experiências teóricas e práticas aos discentes, a partir de uma análise crítica da sociedade, da mediação dos conflitos e de demandas correlatas à área de formação, momento em que poderão debater criar e propor soluções e/ou propostas por meio de produções acadêmicas e divulgação em eventos e revistas científicas;
- A melhoria da qualidade da educação, atendendo a legislação educacional brasileira e as instruções normativas e resoluções desta IES;
- A construção de uma gestão democrática na UEPA com a participação coletiva de gestores, representantes docentes, técnico-administrativos e estudantes com assento em todas as instâncias colegiadas da Universidade.
- Todos esses elementos convergem para uma preocupação básica com o planejamento da UEPA e seus objetivos estratégicos, dos quais frisamos:
 - Intensificar, interiorizar e melhorar a qualidade do ensino. Este objetivo trabalha em observância a meta estratégica de

ampliação da oferta, quantitativa e qualitativamente, através da abertura de novas vagas, abertura de novos cursos em vários níveis e modalidades educacionais e, claro, sem perder de vista a necessidade de planejar o consequente aumento da infraestrutura física;

- Desenvolver a ciência e pesquisa com foco em sustentabilidade, que exige uma política de expansão institucional de cooperação bilateral e multilateral com instituições nacionais e internacionais com avanços de intercâmbios com instituições de ensino de outros países e continentes, etc.

1.7.4 Diretrizes Pedagógicas e critérios gerais

A Universidade do Estado do Pará, fundamentada no Plano Nacional de Graduação, assim, define as Diretrizes Pedagógicas que norteiam suas ações:

- Construção dos Projetos Pedagógicos obedecendo aos preceitos legais;
- Avaliação permanente para o redimensionamento dos Projetos Pedagógicos;
- Acompanhamento psicopedagógico da comunidade acadêmica;
- Definição do papel do professor como facilitador da aprendizagem;
- Incentivos às inovações tecnológicas como instrumento facilitador na propagação do conhecimento;
- Inserção dos alunos nas atividades práticas e no exercício pré-profissional a partir das séries iniciais;
- Articulação dos cursos na composição de currículos integrados e interdisciplinares;
- Propiciar ao ensino, adequada conexão com a produção e a extensão do conhecimento, resultando na qualidade da aprendizagem;
- Processos avaliativos estabelecidos a partir do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes;
- Metodologias que possibilitem ao aluno a aquisição, utilização e ampliação de conhecimento da realidade e reflexão dos problemas sociais e suas soluções;
- Estabelecimento de programas de orientação tutorial, a capacidade de compreensão e de expressão escrita e oral, conceitos de ciências, práticas

esportivas, artísticas e culturais;

- Introdução nos currículos de assuntos relacionados ao pensamento crítico, à cultura e à identidade brasileira, à filosofia, à ética, à literatura, ao direito, à história das ciências naturais, arte, sociedade e temas de formação geral.

A - Inovações e flexibilidades dos componentes curriculares

Na era da sociedade do conhecimento, a ciência impõe repensar a dinâmica do conhecimento em seu sentido mais amplo, sinalizando a necessidade de se investir em práticas educacionais que tenham a participação crítica reflexiva um pilar fundamental. Nesse panorama, situam-se desafios e perspectivas na formação dos profissionais. Portanto, os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento garantindo um currículo flexível, interdisciplinar e inovador tendo o estudante como sujeito do processo ensino aprendizagem.

Assim, a UEPA atenta às mudanças na sociedade e fundamentada no Plano Nacional de Graduação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e demais legislações pertinentes à área educacional, define as suas diretrizes que norteiam o seu processo de ensino aprendizagem:

- Otimização do uso da tecnologia na educação, aprimorando e integrando novas ferramentas ao currículo a fim de proporcionar maior compreensão e domínio das novas tecnologias da comunicação para acesso a base remota de dados;
- Abordagem de temas transversais no currículo que envolva conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas acerca dos direitos humanos e de pessoas com deficiência, educação ambiental, ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais), diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, história da cultura afro-brasileira e indígena;
- Projeto pedagógico do Curso de Graduação construído coletivamente, contemplando conteúdos com aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional com garantia, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à atuação na área de formação;
- Criação de mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo

estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais ou a distância, como monitorias, estágios, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares e cursos realizados em áreas afins;

- Adoção de metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e na integração entre os conteúdos, assegurando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- Currículo do Curso de Graduação contemplando aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos as demandas e expectativas quanto ao desenvolvimento regional;
- Projeto Pedagógico como instrumento orientador do Curso de Graduação contribuindo para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas e práticas nacionais e regionais, inseridas nos contextos internacionais e históricos, respeitando o pluralismo de concepções e a diversidade cultural;
- Inclusão de dimensões ética e humanística, objetivando desenvolver no estudante atitudes e valores orientados para a cidadania ativa multicultural e para os direitos humanos;
- Inserção do aluno nas redes de serviços, consideradas como espaço de aprendizagem, desde as séries iniciais e ao longo do curso de Graduação, a partir do conceito ampliado da área de formação, considerando que todos os cenários de atividades práticas são ambientes relevantes de aprendizagem;
- Utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno conhecer e vivenciar as políticas da área de formação em situações variadas de vida, de organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- Utilização de métodos e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, bem como desenvolvimento de instrumentos que verifiquem a estrutura, os processos e os resultados, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), contribuindo para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação;
- Projeto Pedagógico do Curso elaborado segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, na definição dos

currículos uma proposta pedagógica contextualizada, que se ajuste às emergentes mudanças sociais, tecnológicas e científicas.

B - Metodologias inovadoras

O Ensino Superior tem adotado modelos de ensino baseados em situações-problema que possam aproximar cada vez mais a teoria da prática, sobretudo na área da saúde. Essa necessidade nasceu a partir da observação de mudanças sociais relacionadas ainda a produção do conhecimento científico ao longo de décadas.

O processo de ensino-aprendizagem tradicional, no qual os estudantes recebem as informações e se comportam como meros repetidores dos conhecimentos acumulados, sem um espaço adequado para discussões, têm levado muitas instituições de ensino superior a repensar suas práticas pedagógicas, em atendimento a legislação em vigor (Diretrizes Curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dentre outras) bem como para formar trabalhadores que vão atuar no Sistema Único de Saúde (SUS).

As universidades têm incentivado a adoção de metodologias inovadoras como forma de uma melhor preparação do futuro profissional da saúde, com ensino em cenários reais de prática o que estimula a autonomia na construção de seu próprio conhecimento, colabora para aquisição de uma visão mais crítica e reflexiva, leva a compreensão de uma dimensão do doente em um contexto mais abrangente de forma a contemplar o indivíduo, a família e a instituição, na tentativa de desenvolver ações estratégicas coordenadas e soluções eficientes que venham a atender as demandas da população.

Com base nessa lógica, a Universidade do Estado do Pará, como uma instituição formadora de egressos na área da saúde em nosso Estado, vem trabalhando para a implementação de metodologias ativas por parte dos cursos, em particular os oferecidos pelo Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), no sentido de aproximar a prática pedagógica da realidade social e cultural, levando em consideração inclusive as características regionais, com várias ações desenvolvidas na graduação.

A partir da experiência exitosa com as metodologias ativas na área da saúde no CCBS, a Universidade fomentou o debate com os demais Centros, que estão em

processo de discussão com a comunidade acadêmica tendo em vista a viabilidade e/ou implementação dessa proposta pedagógica nos demais cursos de graduação da IES.

Atualmente, todos os cursos ofertados pelo CCBS – Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Terapia Ocupacional estão em processo de implantação ou consolidação de seus novos projetos pedagógicos, utilizando dentre as metodologias ativas, a Aprendizagem Baseada em Problemas-ABP e a Metodologia da Problematização, que embora apresentem diferenças com relação às suas bases teóricas, ambas trabalham com situações observadas no cotidiano, proporcionando o desenvolvimento das habilidades e competências para a solução de problemas.

A ABP tem como eixo norteador a Teoria da Indagação de John Dewey, filósofo, psicólogo e educador norte-americano, e que tem como fundamento a aprendizagem a partir de problemas ou situações retiradas do dia a dia, e que sejam capazes de gerar dúvidas e questionamentos e proporcionar a descoberta, a reflexão, a experimentação, a partir de conteúdos apresentados pelos docentes.

Já a Metodologia da Problematização tem como base a ação-reflexão-ação proposta pelo francês Charles Maguerez. A teoria promove a construção do conhecimento a partir de recortes da realidade, e é aplicada utilizando-se o chamado Arco de Marguerez em cinco etapas distintas: Observação da realidade (problemas) – Levantamento dos postos-chave - Teorização – Hipóteses de soluções – Aplicação à realidade (prática).

Estas metodologias permitem trabalhar em pequenos grupos, o que proporciona uma aprendizagem mais significativa do ponto de vista pedagógico, corroborado pelo fato de que podem ser utilizados diversos cenários, onde o estudante possa desenvolver habilidades e aprender a identificar as reais necessidades de saúde da comunidade frente às experiências vividas.

C - Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

A Universidade consciente do seu papel estratégico para o desenvolvimento do Estado promove uma ação educativa articulada com as demandas da sociedade, analisando e problematizando criticamente as determinações sociais por meio da

produção e socialização do conhecimento nas áreas de atuação do ensino, da pesquisa e da extensão no contexto amazônico.

A integralização está relacionada com a flexibilidade curricular por ser compreendida como essencial na problematização e transformação das práticas educativas na IES. Nessa direção, os currículos dos cursos de graduação da UEPA adequam-se também às necessidades da sociedade contemporânea, considerando os seus aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos. Assim, a IES, proporciona oportunidades diferenciadas aos discentes para conclusão do curso instituída por meio da Resolução nº 2635/13-CONSUN, 18 de dezembro de 2013.

A Resolução estabelece as normas que regulamentam os procedimentos a serem adotados aos discentes que ultrapassaram o prazo máximo de integralização estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso. Essa é uma possibilidade direcionada aos discentes que por algum motivo enfrentaram dificuldades no decorrer da sua vida acadêmica na Universidade.

O procedimento a ser adotado segundo os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução nº 2635/13 do Conselho Universitário da UEPA, estão descritos a seguir:

Art. 3º - A Coordenação do Curso, por meio de edital, convocará, conforme calendário acadêmico de graduação, os alunos que se encontrem na situação descrita no artigo anterior, fixando prazo para seu comparecimento à Coordenação do Curso, a fim de dar início ao Processo Administrativo de Perda de Vínculo Institucional.

§1º - A convocação identificará os alunos por nome e por número de matrícula no Curso.

§2º - O Edital deverá ser encaminhado à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD no prazo estabelecido no calendário acadêmico, para divulgação na página da UEPA.

§3º - Caberá à PROGRAD fazer publicar, na imprensa local, o aviso do edital.

Art. 4º - Ao comparecer à Coordenação do Curso, o aluno deverá assinar o REGISTRO DE CIÊNCIA de sua situação acadêmica, bem como dos procedimentos a serem adotados.

Art. 5º - O aluno que desejar concluir o seu curso terá direito de manifestar a sua pretensão e apresentar à Coordenação do Curso, no prazo de 10 (dez) dias corridos da data de ciência, as razões do não cumprimento do tempo legal máximo de permanência.

Art. 6º - A Coordenação do Curso designará uma Comissão Especial para apreciar e emitir parecer sobre o pedido do aluno, que deverá ser composta pelos seguintes membros:

I – Coordenador do Curso – Presidente.

II – Representante da Assessoria Pedagógica – Membro.

III – Representante da Coordenadoria de Controle Acadêmico – CRCA – Membro.

§1º - Na análise e julgamento do pedido a Comissão deverá levar em consideração a situação acadêmica e as condições pessoais do aluno, assim como as condições de oferta de disciplinas.

Art. 7º - O parecer da Comissão deve ser submetido à apreciação do Colegiado do Curso, que decidirá observando os critérios estabelecidos no (ATO).

§1º - O parecer favorável deverá indicar o número de períodos letivos a serem concedidos ao aluno para a integralização do curso, que não poderá ultrapassar 02 (dois) anos consecutivos, bem como apresentar o Plano Individual de Estudos por período letivo concedido, que deverá ser elaborado pelo colegiado e a Assessoria Pedagógica do curso.

§2º - O Plano Individual de estudos deverá conter o total de componentes curriculares que o discente ainda terá que cumprir para integralizar o curso, o período de oferta e o tempo fixado pelo Colegiado do Curso e especificado no Tempo de Compromisso, salvo os casos em que não houver possibilidade de oferta pela UEPA.

D - Políticas de Estágio Curricular, Prática Profissional e Atividade Complementar

A política de estágio da UEPA tem regulamentação própria através da Resolução nº 2761/14 CONSUN, de 29 de outubro de 2014, que aprova as normas gerais orientadoras referentes aos estágios curriculares na Universidade do Estado do Pará – UEPA. Tem como objetivo nortear os cursos nas relações com as unidades concedentes de estágio e agentes de integração. Estão assim delineadas:

- Oportunizar ao discente da graduação participação em atividades de aprendizagens sociais, profissionais e culturais em situações reais de vida e trabalho de seu meio, devendo ser realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da Universidade;
- Constar no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação o estágio obrigatório para efeito de formação do discente de acordo com as diretrizes curriculares pertinentes, e indispensável para a conclusão do curso;
- Delinear no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação o Estágio não obrigatório para a formação do discente, em área compatível com o curso;
- Supervisionar os locais onde os discentes de graduação estejam estagiando;
- Inserir desde o início do curso o discente em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional, com o intuito de facilitar e estimular aprendizado;
- Estimular os discentes a realizarem atividades complementares, independente das previstas no desenho curricular do Curso de Graduação, reconhecendo-as para efeito de registro acadêmico; e
- Aproveitar conhecimentos adquiridos pelos discentes através de estudos e práticas complementares, que amplie sua formação e enriqueça seu currículo.
- A Política de Atividades Complementares na Universidade prevê as oportunidades de complementação à formação acadêmica, e é regulamentada pela Resolução nº

2781/14 – CONSUN, de 26 de novembro de 2014, estabelece os Critérios e os Procedimentos Acadêmicos e Administrativos nos Cursos de Graduação, no Âmbito da Universidade do Estado do Pará. E estão assim explicitados:

- Como atividades complementares entende-se o conjunto de atividades de atualização, diversificação, flexibilização e complementação de formação profissional.
- Serão consideradas, para computo acadêmico, atividades promovidas pela própria Universidade ou por órgãos e entidades públicas e privadas da Comunidade Externa, integrantes ou não de qualquer sistema de ensino.
- A carga horária das Atividades complementares deve ser a estabelecida na estrutura curricular do curso, observando o cumprimento das horas previstas no curso;
- Deverão ser desenvolvidas no período de integralização em pleno exercício das atividades acadêmicas.

E - Desenvolvimento de materiais pedagógicos

Para que o processo de ensino aprendizagem seja efetivado nos cursos regulares a distância, existem alguns elementos mediadores de extrema importância, o material didático. É um elemento que traz em seu bojo a concepção pedagógica que norteia todo o processo de ensino e aprendizagem. Partindo deste prisma, a UEPA concebe como essencial o planejamento para produção desse material a ser utilizado de acordo com os princípios determinantes da proposta pedagógica e a definição do tipo de mídia a ser utilizada, privilegiando, assim, a interação, a interatividade e a aprendizagem colaborativa. Em EAD o material deve ser especificamente organizado com orientações dialógicas a fim de integrar o aluno, com suas vivências, nas leituras e atividades planejadas. Esses materiais devem estar atualizados tecnologicamente para que se tornem instrumentos de interação de todos os que atuam no curso, principalmente alunos e professores.

Desta forma, a organização de materiais pedagógicos nos cursos de graduação da IES para a EAD engloba os aspectos da afetividade e da motivação, fazendo uso das várias estratégias educativas potencializadas pelas novas tecnologias e por profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento e que façam parte de uma equipe de trabalho, onde a produção seja, efetivamente, coletiva, dialógica, problematizadora e reflexiva, proporcionando o desenvolvimento da interatividade,

interação, construção e colaboração, garantindo a qualidade na aprendizagem dos alunos.

F - Avanços tecnológicos

Na UEPA, a modalidade de Educação à Distância, na perspectiva de acompanhar o avanço exponencial da tecnologia, configura novas possibilidades no acesso à educação, ampliando o processo de ensino aprendizagem, pela utilização dos recursos tecnológicos disponibilizados para os docentes e discentes, pelo uso de metodologias e práticas pedagógicas com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); das lousas digitais interativas (LDI); da conferência via web, entre outros fazendo uso de recursos tecnológicos de informação e comunicação estreitando uma separação física e temporal entre professores e alunos.

Tais transformações ocorrem ao passo em que as tecnologias de comunicação evoluem, alterando também o próprio conceito de aula, onde a sala de aula passa a não ser mais o único ambiente para se ensinar e aprender, o que exige da Universidade desenvolver projetos de formação para uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino e utilização de novas metodologias de ensino, considerando que a organização pedagógica dos cursos a distância combina material impresso, áudios, vídeos, multimídia, internet, web conferências, fóruns e o uso de ambiente virtual de ensino e aprendizagem, por meio da Plataforma Moodle.

Tendo em vista os desafios encontrados na EAD atualmente, a inclusão digital, aprendizagem coletiva, ambientes digitais mais acessíveis, entre outros aspectos, são pontos fundamentais a ser considerada pela Universidade para o sucesso e qualidade do ensino nos cursos regulares e a distância.

G - Sistema de Bibliotecas da UEPA

O Sistema de Bibliotecas da UEPA – SIBIUEPA, por meio da Biblioteca Central atua como suporte técnico informacional às Bibliotecas Setoriais que compõem o SIBIUEPA e tem a atribuição de gerir o conhecimento produzido na Instituição, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Acervo do SIBIUEPA correspondente a Livros, Periódicos, Folhetos, Mapas, CD-ROM, DVDs e outros materiais. Neste contexto, o papel das bibliotecas universitárias está mudando para fornecer as

vantagens competitivas para as universidades. O sucesso das Bibliotecas Universitárias depende de sua habilidade de utilizar informação e o conhecimento de sua equipe de seus colaboradores para melhorar as necessidades de uma comunidade acadêmica.

O Sistema de Bibliotecas da UEPA tem como Missão: “Promover e garantir à comunidade acadêmica o acesso à informação através da aquisição, atualização, compartilhamento e distribuição do acervo informacional, contemplando o ensino, pesquisa e extensão da Universidade” e sua Visão de Futuro é “Ser referência em gestão da informação e disseminação do conhecimento científico-cultural na Amazônia”.

Atualmente a Biblioteca Central coordena tecnicamente 21 Bibliotecas que compõem o SIBIUEPA: 06 em Belém-Capital e 15 nos Campi da Interiorização. A coordenação se caracteriza por um sistema descentralizado e as Bibliotecas Setoriais são responsáveis pelos acervos bibliográficos e pelo atendimento aos usuários, as quais ficam instaladas nos diversos Campi da Universidade.

O Sistema de Bibliotecas da UEPA – SIBIUEPA está estruturado da seguinte forma:

- Biblioteca Central – instalada no Campus II/CCBS, é o órgão responsável pelo gerenciamento do SIBIUEPA;
- Bibliotecas Setoriais – instaladas em todos os campi da UEPA, são unidades que concentram acervos bibliográficos de apoio aos cursos de graduação, pós-graduação e pesquisa e que também disponibilizam produtos e serviços inerentes das bibliotecas à comunidade acadêmica.

Adota o software PERGAMUM para a informatização e gerenciamento dos serviços técnicos e da rede de Bibliotecas da UEPA. Disponibiliza acesso ao catálogo on-line digital do acervo bibliográfico do SIBIUEPA através do portal da UEPA na URL <http://177.74.2.55/pergamum/biblioteca> ou no Pergamum Mobile, além dos principais produtos e serviços, tais como: Consulta ao Acervo, Pergamum Web e Portais de Informações.

Considerando o impacto das novas tecnologias no processo de disseminação da informação, o SIBIUEPA mantém alguns convênios, entre os quais: COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica, SCAD – Serviço de Cooperação de Acesso ao Documento, BIREME – Centro Latino-Americano de Informações em Ciências da

Saúde, SciELO – Scientific Electronic Library Online, BVS – Biblioteca Virtual em Saúde, Portal da Saúde baseada em evidências e Portal de Periódicos CAPES.

Futuramente, o SIBIUEPA aliado à Tecnologia da Informação estará implantando o Repositório Institucional, o qual constitui um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidade ou instituto de pesquisa) contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na IES.

A Política de aquisição, expansão e atualização do acervo é norteadas prioritariamente pela demanda de Graduação e Pós-Graduação baseada nas bibliografias dos Projetos Pedagógicos de Curso. As aquisições de materiais informacionais são feitas de forma planejada, através de diretrizes estabelecidas na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleção do Sistema de Bibliotecas da UEPA. Uma Política de Desenvolvimento de Coleções deve se adequar às demandas dos usuários à medida que as necessidades vão se atualizando. É preciso estar atento a essas necessidades, processo fundamental para nortear o planejamento e tomada de decisões.

O acervo bibliográfico do SIBIUEPA é constituído de livros, obras de referências, periódicos, folhetos, multimeios, recursos eletrônicos, produções científicas (TCCs, Teses e Dissertações), coleções audiovisuais entre outros. Atualmente o acervo geral totaliza em torno de **95.554 títulos** e **224.864 exemplares**. [...]

Os espaços físicos foram organizados de acordo com a população real e potencial de usuários desta Instituição, que atendem recomendações como: estrutura, instalações adequadas, segurança contra furto, acessibilidade e conforto ambiental (iluminação, acústica e climatização) e consistem em ambientes para atividades acadêmicas: salão de leitura, área para acervos, cabines individuais, salas para estudo em grupo, sala de multimídia, sala de informática, setor de reprodução de documentos, área técnico-administrativa, Seção de Referência, Seção de Processamento Técnico, área de Circulação (empréstimo/devolução) e Seção de Restauração.

Ressaltando a acessibilidade, reflète a preocupação do SIBIUEPA com a inclusão de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mais especificamente em

atender os usuários que apresentam e que venham a apresentar algum tipo de deficiência com impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e ativa nas atividades acadêmicas, conseqüentemente, na sociedade.

O SIBIUEPA disponibiliza em suas bibliotecas setoriais horários de atendimento ininterrupto, das 8h às 21h, visando oferecer atendimento eficiente e eficaz à comunidade acadêmica. Nos campi do interior os horários atendem conforme as demandas dos cursos e da comunidade.

Objetivando a preservação de danos ao patrimônio público, o acesso ao material informacional segue critérios estabelecidos, com atendimento realizado pelos funcionários da Biblioteca devidamente treinados e orientados para essa atividade. Disponibiliza aos usuários o serviço de reprodução de material bibliográfico, obedecendo a normas previstas na Lei n. 9.610/98. [...]

1.8 POLÍTICA DE ENSINO

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) em sua missão institucional almeja: “produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Partindo desse pressuposto entendemos que as concepções de ensino e de aprendizagem de uma instituição demonstram o seu projeto de sociedade em determinado momento histórico. Dessa forma, a UEPA promove um processo educativo que compreende o conhecimento como produção histórica dos sujeitos, reconhecendo sua condição de provisoriedade, bem como a condição de inacabamento do sujeito que o constrói, a partir da interação do seu conhecimento de mundo e da reflexão crítica da realidade.

O Estatuto e Regimento da UEPA dispõem sobre a concepção de ensino desta IES, nos Artigos 47 e 48, conforme trechos a seguir:

Art. 47. O ensino ministrado pela Universidade far-se-á através da união indissociável de teoria-prática, de ensino-pesquisa, visando desenvolver a capacidade de elaboração do conhecimento e a intervenção transformadora na realidade regional e nacional.

Art. 48. O ensino, em seus diferentes cursos e programas, deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, visar a criação de direitos, de novos conhecimentos e de práticas humanizadoras do ser humano, das instituições e da sociedade, bem como articular-se com os sistemas de educação, saúde, ciência, tecnologia e outros pertinentes. (UEPA, 2016, p. 24-25).

Em consonância com o Estatuto e Regimento da UEPA, o ensino compreendido como atividade educativa dinâmica envolve a mediação entre os conhecimentos construídos pelos discentes e pela ação docente. Partindo da problematização da realidade, da interdisciplinaridade dos conhecimentos e da dialogicidade necessárias à construção de uma prática educativa, que contribua com o desenvolvimento da autonomia e humanização dos sujeitos.

Nessa direção Luckesi (2005, p. 121) pontua que “o objetivo da ação educativa, seja ela qual for, é ter interesse em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e coletivamente”. Assim, acreditamos que há uma relação intrínseca entre a docência, a aprendizagem, a produção e a disseminação do conhecimento articuladas ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Entendemos que a construção do conhecimento é um processo contínuo de diálogo entre áreas do saber e entre diferentes saberes que alicerçam a prática educativa interdisciplinar.

A perspectiva interdisciplinar é um ato dialógico que deve integrar o currículo dos cursos de graduação, tendo em vista a possibilidade de desenvolver o ensino, a pesquisa, a mobilidade acadêmica e a extensão por meio da vivência de situações de aprendizagem significativas e diversificadas. Desse modo, com vistas ao alcance da meta 12 prevista no Plano Nacional de Educação (2014-2024), que prevê:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público. (Brasil, 2014).

Em observância ao cumprimento da Meta 12 pontuamos algumas das estratégias definidas pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024):

12.3. Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para noventa por cento, ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor

(a) para dezoito, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4. Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas; (...)

12.7. Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;(...)

12.12. Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior. (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a Política de ensino da Universidade do Estado do Pará é debatida no Conselho Universitário – CONSUN, órgão consultivo e deliberativo. Ao mesmo tempo, a política de ensino desta IES está em consonância com as políticas educacionais preconizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação. Dessa forma, manifestam organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A política de ensino integra o processo de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, que é produto da participação e do debate coletivo com a comunidade acadêmica da UEPA. O PPC é entendido como um instrumento dinâmico que trata sobre os movimentos educativos desenvolvidos pela Universidade, ao mesmo tempo engloba suas intencionalidades formativas que deverão ser contempladas nos currículos dos diversos cursos. O desenvolvimento da proposta de currículo dos cursos é elaborado a partir do PPC e atende aos princípios delineados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação.

Em relação ao currículo devemos problematizar alguns pontos deste conceito, a partir das contribuições de Silva (2010). Para o autor, a concepção de currículo é ampla, dinâmica e está imersa por relações de poder, pois compreende que “o currículo é uma questão de saber, identidade e poder” (op. cit., p. 147). Por isso, não podemos limitá-lo a conceitos técnicos de eficiência ou estáticos como de grade curricular.

Para as teorias críticas o currículo, o conhecimento e as relações sociais são atravessados por espaços de poder. Ainda de acordo com Silva (op. cit., p. 147) as teorias críticas consideram que o “currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais”, ou seja, o currículo desempenha um papel fundamental na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, o currículo é uma construção social produto de um processo histórico de disputa e de conflito social.

Outro ponto relevante destacado por Silva (2010) é a concepção de currículo das teorias pós-críticas que o compreendem imerso por relações de poder, este é entendido como descentrado. Para o autor, o conhecimento é parte inerente do poder e o currículo desempenha um papel formativo, conforme explicita:

O Currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, p. 150).

O currículo numa concepção ampliada envolve diversas práticas e experiências formativas por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão que são vivenciadas em diferentes campos de saber pelos diferentes sujeitos que formam o coletivo da UEPA.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão está colocada como princípio no Artigo 207 da Constituição Federal (1988) e foi reafirmada e desdobrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/96. As finalidades da educação superior estão elencadas no Artigo 43, da LDB:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Nesse sentido, a prática pedagógica é compreendida como uma dimensão da prática social mais ampla e materializa-se ao se tornar reflexiva, e tem na pesquisa

a concretização da relação entre teoria e prática, que deve integrar e promover mudanças qualitativas no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, essa relação pode ser exemplificada pela ação dialógica construída entre docente e discente.

A extensão constitui uma forma de interação e socialização de conhecimentos entre a universidade e a comunidade em geral, promovendo a interlocução entre a instituição e a sociedade. Conforme demonstram o planejamento e execução de ações e atividades direcionadas à extensão, que objetivam problematizar, dialogar e construir saberes com a comunidade a partir da realização de projetos e atividades nas áreas da educação, saúde e tecnologia. Essas ações reforçam e qualificam o desenvolvimento do ensino, articulados à pesquisa e à extensão no cumprimento da missão/vocação da UEPA.

1.9 PERFIL DOS EGRESSOS DA UEPA

As diretrizes pedagógicas dos cursos de Graduação da UEPA apontam para uma formação geral humanística, crítica, reflexiva, com base no rigor científico, cultural e intelectual, respeitando os princípios éticos, democráticos e culturais, visando promover no discente a competência para formação profissional autônoma e permanente, não terminando com a concessão do diploma, constituindo-se num processo que permita a continuidade da formação acadêmica e/ou profissional.

A UEPA forma cidadãos e profissionais capacitados para analisar criticamente a sociedade, considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e tecnológicos. O egresso deve apresentar autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, atuação crítica e ética, sintonizada com as necessidades do Estado, com uma sólida base científica, humanística e cultural. Também, deve mostrar capacidade para lidar, entender e intervir de forma propositiva na perspectiva de construir uma sociedade humana e igualitária.

Os cursos de licenciatura e bacharelado almejam contribuir para o desenvolvimento tecnológico, a produção do conhecimento, incentivo ao aperfeiçoamento profissional por meio da formação continuada e à aprendizagem autônoma. Desse modo, o perfil delineado está em consonância com as diretrizes nacionais dos cursos de graduação estabelecidas pelo MEC.

1.9.1 Competências a serem desenvolvidas

- Formação integral do aluno, formando-o para o exercício consciente da cidadania;
- Formação profissional empreendedora nas diferentes áreas do conhecimento, aptos ao exercício profissional e à participação no desenvolvimento da sociedade;
- Desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva na busca e aplicação do conhecimento atualizado na sua área profissional, frente aos desafios impostos pela sociedade contemporânea;
- Conduta pautada pela ética e preocupação com as questões sociais e ambientais;
- Capacidade de comunicação e expressão na língua nacional e em língua estrangeira;
- Busca de constante aprimoramento científico e técnico.

1.9.2 Princípios Metodológicos

Os princípios metodológicos demonstram o imbricamento entre os objetivos, princípios e a intencionalidade educativa para a formação acadêmica. Dessa forma, compreendemos que o método adotado tem por objetivo proporcionar aos discentes: a construção e a produção do conhecimento, ressignificando os conteúdos e desenvolvendo a criticidade, a problematização e a análise da sociedade à luz das teorias. Esse exercício pretende aproximar os estudantes dos processos de investigação científica, através de projetos de ensino, pesquisa e de extensão.

Nesse contexto, a escolha da metodologia engloba alguns elementos, tais como:

- Possibilitar ao discente a construção e o aprofundamento do conhecimento da realidade e reflexão dos problemas sociais e suas possíveis soluções;
- Utilizar metodologias que problematizem a realidade biossocial, com vistas ao alcance da essência do ato educativo, visando provocar, desafiar, estimular, refletir, criticar e mediar o processo de ensino e aprendizagem dos discentes;
- Ter as atividades de pesquisa e extensão como elementos transformadores na produção e socialização de conhecimentos interdisciplinares e transdisciplinares.

1.9.3 Processo de Avaliação

A avaliação da aprendizagem expressa os resultados da intencionalidade educativa e formativa desta Universidade. Logo, deve ser concebida para melhoria do processo educativo, por isso deve ser contínua e cumulativa, compreendendo um conjunto de atividades como aulas teóricas, seminários, planejamento, execução e avaliação de pesquisas, trabalhos de campo, visitas aos estágios supervisionados ou equivalentes; leituras programadas; trabalhos especiais; provas orais ou escritas, prova prática, estudo de caso, pesquisa bibliográfica, trabalho individual e/ou em equipe, de acordo com a natureza das disciplinas/eixo temático/tema e outras que devem ser previstas nos planos de ensino e de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A avaliação de aprendizagem nos cursos de graduação abrange aspectos de Frequência e Aproveitamento, ambos de caráter eliminatório. Para efeitos de registro e controle acadêmico serão atribuídas notas parciais e nota do exame final, se for o caso, ao longo do período letivo.

Os cursos podem ser organizados em:

- Regime seriado anual e/ou seriado por bloco de disciplinas/eixo temático/tema anual;
- Regime seriado por blocos de disciplinas/eixo temático/tema semestral ou regime semestral.

1.10 POLÍTICA DE EXTENSÃO

- Ampliar a participação da Comunidade Acadêmica (professores, acadêmicos e técnicos) nos programas e projetos extensionistas, em trabalhos integrados, e interdisciplinares;
- Realizar atividades que evidenciem compromisso social da universidade com a sociedade;
- Socializar o saber acadêmico através de uma maior articulação entre ensino e pesquisa;
- Promover ações para a realização de Programas e Projetos de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento da região amazônica, aproximando a

universidade da realidade das regiões de integração;

- Trabalhar sob a forma de programas institucionais, permanentes que possibilitem o estabelecimento de ações duradouras e eficazes.
- Realizar ações integradas com administração pública e em consonância com as entidades da sociedade civil.

1.11 POLÍTICA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

- Ter a pesquisa integrada ao ensino de graduação, permeando todo o processo educativo, constituindo-se como alternativa metodológica que auxilia na construção e socialização do conhecimento;
- Subsidiar os discentes da graduação com orientações metodológicas na construção de trabalhos científicos, oriundos de pesquisas;
- Introduzir em todos os Cursos de Graduação a metodologia científica e a elaboração de projetos de pesquisa, desenvolvendo no discente a capacidade de realizar trabalhos científicos;
- Recomendar a realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), subsidiada por pesquisas, devendo ser valorizado os assuntos e problemas regionais.

1.12 POLÍTICA DE GESTÃO

- Garantir a gestão democrática e participativa na Universidade;
- Consolidar a Política de Valorização do servidor;
- Garantir o suporte logístico para o pleno desenvolvimento das ações acadêmicas e administrativas;
- Promover a modernização da infraestrutura física, de equipamentos e de informação e tecnologia visando a qualidade do ensino superior público;
- Administrar a Universidade com ética, transparência e responsabilidade na execução dos recursos públicos.

1.13 REPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

A Universidade desempenha função social e estratégica para o desenvolvimento do Estado, na medida em que é a Universidade pública mais interiorizada do estado. A ação da Universidade ao longo de sua existência está se consolidando de maneira abrangente e sistemática, consciente de seu papel e empenhada na integração com a comunidade. A credibilidade perante a sociedade é fruto de esforço coletivo de toda a comunidade acadêmica que, com responsabilidade e transparência, trabalha no sentido de racionalizar esforços de modo a atender da melhor maneira possível as demandas da sociedade.

Para aperfeiçoar a colaboração entre Universidade e Sociedade, é imprescindível:

- Incentivar projetos de investigação local e regional, em diversas áreas;
- Incentivar articulações com secretarias municipais, estaduais, prefeituras, órgãos públicos, para atendimento de demandas;
- Incentivar projetos de ensino, pesquisa e extensão referentes aos dilemas sociais mais imediatos. Incentivo à promoção de eventos voltados também para as necessidades e dilemas sociais;
- Criação de novas formas de estágio, referentes às renovações do mercado, que contêm carga horária (ou créditos), de acordo com especificidades da área, reconhecidos pelo Colegiado de Curso;
- Desenvolver na Universidade um programa de atividades envolvendo direitos humanos e cidadania. Dentro desse programa, propiciar: (1) o conhecimento e a reflexão a respeito da fome, miséria, desemprego, violência, exclusão, relações entre o mundo do trabalho e os problemas sociais; (2) a compreensão da situação específica das localidades onde existem Campi e regiões de abrangência, no contexto nacional, no que se refere a esses problemas; (3) reflexões sobre as relações entre o mundo do trabalho e os problemas sociais; (4) a formulação de estratégias de ação social para intervir nesse processo;
- Prever nos cursos pontos de reflexão sobre a realidade imediata. Propor disciplinas ou atividades dedicadas à observação direta, na forma de pesquisa de campo ou levantamento de dados, para compreender o contexto social;

- Promover a humanização nos Campi da Capital e Interior, através de atividades culturais e seminários voltados para a integração social e o lazer;
- Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação, incluindo estratégias de divulgação das atividades desenvolvidas, dos serviços prestados à comunidade e das ligações estabelecidas com diversos segmentos da sociedade;
- Propor o estudo curricular da ética em pelo menos uma das formas abaixo: oferta de disciplina ÉTICA; oferta de disciplina ÉTICA PROFISSIONAL, ministrada por docentes da área específica; ou absorção de reflexão sobre ética no interior das disciplinas;
- Promover conferências e atividades complementares sobre ética.

1.14 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO (CCSE)

O Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) abriga atualmente 17 cursos. Deste total, 16 são voltados para licenciaturas, exceto o Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue. A vocação para a formação de professores tem origem antes mesmo de a instituição UEPA existir.

Em sua fase embrionária, o CCSE já era um pilar do que veio a se tornar a Universidade do Estado do Pará.

A história do CCSE começa em 1961, quando a Fundação Educacional do Estado do Pará (FEP) foi criada, por meio da Lei 2395/61, pelo Governo do Estado do Pará, como uma instituição sem fins lucrativos dotada de autonomia administrativa, didática e financeira vinculada à Seduc.

Diante das diversas faculdades que compunham o Ensino Superior do Pará, como as Escolas de Enfermagem, Medicina e Educação Física, surgiu a Faculdade Estadual de Educação (FAED), criada pela Resolução nº 02 de 12 de janeiro de 1984, que obteve sua licença para funcionamento apenas em 1987, através da Fundação Educacional do Pará (FEP).

No mesmo ano, iniciou o curso de Pedagogia em três habilitações – Magistério para as disciplinas Pedagógicas do ensino de 2º. grau, Educação Especial – Deficiência Mental e Administração Escolar para o exercício nas Escolas

de 1º e 2º. graus. A FAED ocupou então o prédio da atual Reitoria, na edificação denominada de Castelinho.

Nos anos seguintes, a FAED recebeu os cursos de Licenciatura Plena em Educação Artística e Matemática. Em meados de 1990, a FEP/FAED foi alçada pela primeira vez ao status de Universidade. O Instituto Superior de Educação do Pará (ISEP), também vinculado à Seduc, foi incorporado à instituição, trazendo o curso de Formação de Professores de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

Nesse período é que foram construídos os quatro blocos aos fundos da Reitoria, onde foi instalado o Instituto de Ciências Sociais. No ano de 1992, foi extinta a primeira Universidade do Estado do Pará, retornando à condição de Fundação Educacional do Estado do Pará (FEED). Finalmente em 1993, nasce oficialmente a UEPA. O Instituto de Ciências Sociais passa a ser o Campus I da nova Instituição, ofertando os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Educação Artística com Habilitação em Música, Licenciatura Plena em Matemática e Formação de Professores para Pré-Escolar e 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

No ano seguinte, o Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) surgiu oficialmente, junto com o Centro de Ciências Biológicas e Saúde (CCBS) e o Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT), que são hoje órgãos de administração setorial, subordinados à administração superior, que congregam os Departamentos, os Colegiados de Curso e os Conselhos de Centro, coordenando-lhes as atividades culturais, de ensino, de pesquisa, de extensão e administrativas, envolvendo trabalhos de professores, alunos, servidores técnico-administrativos e demais segmentos da sociedade.

Desde seu advento, o CCSE é o maior dos Centros da instituição. Composto por cerca de 6 mil alunos em 2021, distribuídos em sete departamentos que atendem 17 cursos de graduação, cinco pós-graduações em nível de mestrado e um doutorado, além de diversas turmas de especialização, ofertadas no Campus I ou nos demais campi, dependendo da necessidade, além de outros cursos via convênios (UAB, PARFOR e Pedagogia Bilíngue EAD). É ainda o único presente nos dezesseis campi do interior, com seus cursos de graduação, docentes e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por sua vocação nas Ciências Sociais e Humanas, sempre foi um celeiro para o desenvolvimento de ideias e soluções pedagógicas na educação inclusiva no Pará, o CCSE implantou o primeiro curso de Letras – Libras em nível de graduação no Estado. Anos depois, foi o primeiro a trazer para a região Norte o curso de Pedagogia Bilíngue, que visa integrar o ensino regular e o ensino especial para que, em breve, todos possam atender à escola em idade apropriada, tendo suas necessidades acolhidas. O CCSE teve aprovada em 2019 a implantação de uma especialização voltada para o atendimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, que se encontra em andamento, atendendo a capital e a interiorização.

O CCSE apresenta um total de 13.631 m² de área construída. É composto, em sua estrutura física por seis blocos de três pavimentos, entretanto, uma expansão para a construção de mais dois blocos foi viabilizada através dos esforços conjuntos da atual Gestão do Centro, da Seduc e da Sectet, com licitação prevista para 2022. O prédio histórico conhecido como Castelinho está integrado ao Campus I, que possui ainda uma ala dedicada aos Centros Acadêmicos e um Restaurante Universitário. O Centro possui mais de 100 salas, todas refrigeradas, sendo 49 destas dedicadas às aulas.

O Bloco I, também chamado Bloco Administrativo do Campus I, comporta o Gabinete da Direção e Vice- Direção do CCSE, a sala de reuniões do Conselho de Centro (Concen), 8 Departamentos Acadêmicos, 11 Coordenações de Cursos, Brinquedoteca, Setor Financeiro, Coordenação Administrativa (CAD), Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica (CAOP), Serviço de Processamento de Dados (SPD), Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA), Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP), Comitê de Ética em Pesquisa e a Coordenação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-graduação lato sensu (COAD).

O Bloco II é composto pelo Protocolo, Laboratório de Informática 2 (Labinf), lanchonete e espaço de reprografia e salas de aula distribuídas em seus três pisos. No Bloco III estão localizados o Laboratório de Prática Musical, o Laboratório de Linguagem, o qual atende o Secretariado Executivo Trilíngue e as Licenciaturas em Letras. A coordenação e a sala Revoluti, um laboratório especialmente construído para o curso de Pedagogia Bilingue, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), a sala dos motoristas, sala do Sindicato dos Docentes (Sinduepa), Sala dos

Professores, setor de Material didático também estão neste bloco. As salas de mais quatro coordenações de curso.

O Laboratório de Informática 1 (Labinf), Laboratório de Matemática (Labem), a Coleção Zoológica Dr. Joaquim Adis, além dos laboratórios de Biologia, Física e Química e seu almoxarifado e outras salas de grupos de pesquisa e uma serie de salas para orientação de discentes estão também situados no Bloco III.

No Bloco IV estão localizados a Sala de Recitais, o Grupo de Pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA), o Grupo de Estudo e Pesquisa em História e Filosofia da Ciência na Amazônia – Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia (GMSECA), o Núcleo de Estudos em Educação Científica, Ambiental e Práticas Sociais (NECAPS), sala do Sindicato dos Técnicos (Sintauepa) e outras salas de grupos de pesquisa e salas de aula. Ainda que nem todos tenham uma sala fixa para suas atividades, o CCSE conta com dezenas de grupos de pesquisa ativos, que se dedicam a estudar sobre o meio ambiente, práticas sociais, psicopedagogia, educação, matemática e tecnologias aplicadas à educação, saúde, inclusão social, interdisciplinaridade e outros. Neste bloco está situado ainda o Restaurante Universitário.

O Bloco V é reconhecido pela Biblioteca e o Auditório Paulo Freire, mas retém ainda uma Sala de Informática, diversas salas de estudo, a Biblioteca Setorial do Mestrado e uma Sala de Aula Multimídia. O Núcleo de Apoio à Saúde do Servidor (NASS) também realiza seus atendimentos ali. O auditório possui camarins e banheiros dedicados, além de acesso por elevador, que permite às pessoas com dificuldades de locomoção um acesso facilitado às passarelas de acessibilidade que conectam os blocos. A extensão do prédio traz a Central Acadêmica, que comporta o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos.

O Bloco VI, também conhecido como “Bloco do Mestrado”, contém em si as salas de aula, coordenações e secretarias das pós-graduações Stricto Sensu ofertadas pelo CCSE. Inaugurado em 2013, o prédio abriga ainda o Setor de Recursos Humanos, o Ambulatório Médico, o Almoxarifado, a sala dos artífices e uma copa. O amplo hall localizado no térreo do bloco costuma abrigar exposições, manifestações e as celebrações promovidas pelo Centro.

Finalmente, o Castelinho foi quase todo convertido para a Pesquisa. Ali estão o Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (Geovcrim), o

Laboratório de Cartografia, o Laboratório de Linguagens, o Herbário, o Núcleo de Educação Paulo Freire (Nepp); e os grupos de pesquisa Geocampo, Geopurb, Geppem, Germaa, entre outros. O Núcleo de Estudos e Extensão Trilhas Investigativas e Práticas Sociais (Netrilhas) é outro que está localizado no prédio histórico, que também conta com uma sala equipada para videoconferências.

Cursos oferecidos no CCSE:

GRADUAÇÃO

- Ciências Biológicas
- Ciências da Religião
- Ciências Sociais
- Filosofia
- Física
- Geografia
- História
- Letras: Libras
- Letras: Língua Inglesa
- Letras: Língua Portuguesa
- Matemática
- Música
- Pedagogia
- Pedagogia Bilíngue (Convênio com o INES)
- Química
- Secretariado Executivo Trilíngue

PÓS-GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÕES

- Defesa Social e Cidadania
- Docência da Educação Superior
- Educação a Distância
- Educação Inclusiva e o Ensino da Matemática
- Educação Infantil

- Educação Matemática
- Especialização em Transtorno do Espectro Autista
- Estudos Linguísticos e Análise Literária
- Fundamentos da Matemática Elementar
- Gestão Escolar
- Letramento e Formação de Professores
- Psicologia Educacional com Ênfase em Psicopedagogia Preventiva
- Sociologia e Educação Ambiental

MESTRADOS ACADÊMICOS

- Ciências da Religião
- Educação
- Geografia

MESTRADOS PROFISSIONAIS

- Ensino de Matemática
- Ensino em Ciências na Amazônia
- Letras e Literatura

DOUTORADO

- Educação

O CCSE ainda oferece:

1.14.1 Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP)

O Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP) surgiu em 2009 a partir da necessidade de promoção da escuta psicológica e de uma orientação pedagógica mais sistemática junto aos(as) acadêmicos(as) do CCSE/UEPA. O objetivo do SAPP é prestar Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP) aos(as) discentes da UEPA, em especial, aos(as) do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), que estão com dificuldades emocionais e pedagógicas. Esse espaço visa também possibilitar o aperfeiçoamento dos hábitos, atitudes e condutas dos(as) discentes em direção ao aprimoramento pessoal e intelectual.

Os interessados em marcar atendimento devem agendar previamente o horário via e-mail, telefone ou presencialmente.

1.14.2 Núcleo de Assistência Estudantil (NAE)

O Núcleo de Assistência Estudantis (NAE), da Universidade do Estado do Pará, vinculado à reitoria, é órgão de gestão, articulação, elaboração, acompanhamento, execução e avaliação de Políticas de Assistência Estudantil aos(as) alunos(as) da UEPA. Anualmente o NAE disponibiliza, por meio de Edital, bolsas de Incentivo Acadêmico aos(as) estudantes de todos os campi, visando proporcionar, através de programas, oportunidades de enriquecimento da formação acadêmica dos(as) alunos(as), em especial daqueles(as) oriundos(as) de escola pública e carentes socioeconomicamente.

O programa contribui para a diminuição da evasão dos(as) alunos(as) por falta de condições de se manterem estudando e ainda favorece o desenvolvimento pessoal e acadêmico com a sua permanência e inserção na dinâmica universitária de produção e socialização do conhecimento.

1.14.3 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) foi instituído para garantir o acesso, a permanência e a terminalidade acadêmica de pessoas com necessidades educacionais especiais na Educação Superior, no âmbito da CCSE/UEPA.

O NAI objetiva atender e orientar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto aos (as) estudantes universitários dos cursos de graduação e pós-graduação que apresentam necessidades educacionais especiais, como deficiência visual, baixa visão, cegueira e surdez a partir de ações que ampliem as condições de acessibilidade em todos os espaços, práticas educacionais, avaliações e processos seletivos.

É importante ressaltar que o NAI conta com intérpretes na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), voltados para o atendimento da comunidade surda, interna ou externa.

1.14.4 Núcleo de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório (NENO)

O Núcleo de Estágio (NENO-CCSE) visa em sua missão propiciar acesso e a integração dos acadêmicos junto às instituições e à comunidade por meio de estágios,

oportunizando aos acadêmicos vivenciar situações reais do mercado de trabalho, dinamizando ainda mais o processo de ensino aprendizagem, com uma formação profissional de melhor qualidade.

É um dos responsáveis pelo gerenciamento das informações relativas ao Estágio obrigatório e Não Obrigatório dos discentes regulamente matriculados no Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE).

Cabe ao referido Núcleo assessorar o processo de inclusão dos acadêmicos na realização de seu estágio de formação, além de encaminhar e orientar sobre o mercado de trabalho, fornecendo informações sobre as legislações vigentes sobre os estágios e demais assuntos, temáticas relacionadas com sua formação e atuação profissional. Considera-se o estágio como componente curricular, integrando o projeto pedagógico dos cursos de graduação do CCSE/UEPA.

Ressalta-se que o aprendizado de competências possibilite aos acadêmicos a relação teoria e prática, aperfeiçoando suas habilidades pessoais, interpessoais e a um perfil profissional que atenda as exigências do mercado de trabalho e uma vida cidadã.

1.14.5 Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica (CAOP)

A Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica (CAOP) do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, aprovada e regulamentada através da Resolução nº 2409/11 – CONSUN- UEPA, de 21 de dezembro de 2011, está vinculada, diretamente, à pró-reitoria de graduação – PROGRAD, e tem por finalidade desenvolver atividades de assessoramento nas ações técnicas e didático-pedagógicas, aos eixos de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento dos cursos ofertados pelos centros, envolvendo todos os segmentos da universidade. As referidas ações visam o desenvolvimento das relações entre aluno, professor, universidade, ensino e aprendizagem.

As atribuições da Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica estão asseguradas no art. 6º da Resolução. Dentre as quais destacam-se:

- Estimular e apoiar os cursos nas atividades pedagógicas de melhoria do ensino e aprendizagem;
- Propor e realizar estudos e pesquisas pedagógicas;
- Elaborar e desenvolver projetos na área de qualificação pedagógica dos docentes e técnicos;

- Fornecer orientação acadêmica aos docentes e discentes;
- Assessorar a avaliação, elaboração e execução dos projetos pedagógicos através dos técnicos pedagogos que atuam nos cursos;
- Fornecer assessoramento pedagógico a todos os envolvidos direta e indiretamente nas ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como: chefias de departamento, coordenação de curso, coordenação de estágio, pós-graduação, entre outros;
- Contribuir pedagogicamente nas ações desenvolvidas pelo PROGRAD e direção de centro e Coordenação de Interiorização.

A CAOP está aberta para atender aos discentes e docentes que estejam necessitando de apoio e orientação pedagógica em qualquer situação na universidade. Contatos pelo e-mail: caopccse@uepa.br

2 CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

A verdadeira função da religião não é a de nos fazer pensar, de enriquecer nosso conhecimento, de acrescentar às representações que devemos à ciência, representações de outra origem e de outro caráter, mas de nos fazer agir, de nos ajudar a viver. O fiel em comunhão com seu deus não é apenas um homem que vê verdades novas que o incrêdo ignora; é um homem que pode mais. Ele sente mais força, seja para suportar as dificuldades da existência ou para vencê-las. (DURKHEIM)

2.1 HISTÓRICO

Historicamente, até a década de 1990, a formação de professores para a área de Ensino Religioso no Brasil nunca foi contemplada pelas políticas públicas educacionais, mesmo considerando que esta disciplina está garantida no currículo escolar desde o período colonial. As poucas iniciativas de formação de professores para essa área de conhecimentos durante muito tempo ficaram restritas às denominações religiosas cristãs, sendo algumas poucas experiências realizadas em parceria com as Secretarias de Educação.

No Estado do Pará, houve uma experiência na década de 1980 por meio de convênio entre a Arquidiocese de Belém e a Universidade Federal do Pará, quando foi ofertado um curso Livre de Educação Religiosa, voltado para a formação de professores de Ensino Religioso Escolar. O referido curso apresentava uma estrutura curricular abrangente, contemplando disciplinas pedagógicas, teológicas, sociológicas, filosóficas, psicológicas e científicas, totalizando 2.700 horas. A abordagem curricular estava centrada numa proposta de formação ecumênica para

o Ensino Religioso escolar, norteadas pelas orientações curriculares advindas das discussões do Fórum Nacional Permanente dos Educadores de Ensino Religioso - FONAPER. Este curso foi extinto ainda na década de 1980.

O tratamento dispensado ao mencionado Curso era distinto em relação aos demais, uma vez que não garantia aos professores a graduação reconhecida pelos Órgãos Oficiais, entre os quais o MEC, como afirma Oliveira (2007, p. 121-122):

É preciso mencionar que esse tipo de formação, apesar de envolver empenho e qualidade, não graduava os professores, diferentemente do que ocorria com os profissionais da educação de outras disciplinas, o que gerava impasses e dificuldades em sua vida funcional. [...] Os professores das outras disciplinas tinham as graduações reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), fator que lhes dava direito de prestar concurso público e, conseqüentemente, seguir plano de carreira funcional. Os professores de Ensino Religioso, embora muitas vezes formados por cursos de caráter teológico, não eram reconhecidos pelo MEC. Por imperativos da legislação, eram-lhes negados os acessos funcionais na área do magistério, sendo permitida a contratação de seus serviços apenas em caráter temporário.

Todavia, desde a década de 1980, já havia um movimento crescente dos professores dessa área de conhecimentos por meio do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), no sentido de que houvesse políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada dos professores para o Ensino Religioso, de modo a lhes assegurar patamares igualitários em termos de graduação.

Essa luta histórica ganhou espaço na Universidade do Estado do Pará, através de alguns professores efetivos desta Instituição⁴, que foram formadores no antigo “curso da Arquidiocese” (como ficou conhecido), em convênio com a Universidade Federal do Pará - UFPA.

Por terem passado pela experiência de formadores, esses professores reconheciam a necessidade de oportunizar a formação inicial nessa área de conhecimentos, uma vez que era expressivo o número de professores atuando no Ensino Religioso nas escolas sem a devida habilitação na área, contrariando as exigências da LDB 9394/96, que estabelece em seu Art. 62 que

4 Os professores que fizeram parte dessa luta foram os seguintes: Prof^a. Maria de Lourdes Silva Santos, Prof. Antonio Paraense da Paixão, Prof^a. Maria do Perpétuo Socorro Cardoso, Prof. José Sousa.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

Por outro lado, havia uma pressão por parte dos educadores para que as universidades públicas oferecessem cursos de formação inicial nessa área, na perspectiva da valorização dos profissionais e, conseqüentemente, a qualificação do trabalho pedagógico no Ensino Religioso.

Dessa forma, em 1999 a Universidade do Estado do Pará criou o Curso de Licenciatura Plena em Ciências da Religião, por meio da Resolução Nº 361/99, de 20 de outubro de 1999, aprovada pelo CONSUN-UEPA. Seu funcionamento foi autorizado pelo Parecer Nº 372/01 e Resolução Nº 403/01, do CEE (Conselho Estadual de Educação – CEE/PA), de 04 de outubro de 2001. A sua implantação ocorreu em setembro de 2000, ou seja, um ano antes de sua autorização. Com isso, a UEPA tornou-se a primeira IES pública brasileira a ofertar um curso de formação de professores para o Ensino Religioso, com a denominação de “Licenciatura Plena em Ciências da Religião”.

Com a criação e implementação do PPC do Curso, a UEPA preenche uma grande lacuna no campo da formação de professor para a área de Ensino Religioso, contribuindo significativamente para a qualidade de ensino, na Educação Básica, possibilitando que essa área do conhecimento seja contemplada no currículo escolar, para atendimento, inclusive, do princípio da diversidade étnico-cultural religiosa, a qual deverá perpassar toda a formação básica do cidadão brasileiro.

A primeira turma apresentou algumas peculiaridades, que precisam ser registradas. Com efeito, as vagas oferecidas pelo PROSEL (processo seletivo) não foram devidamente preenchidas devido à falta de divulgação adequada junto às unidades de Ensino Médio e cursos pré-vestibulares. Assim, das 40 vagas ofertadas, somente 5 foram preenchidas.

Após o trabalho de divulgação, houve procura pelas vagas não preenchidas, de forma que o Departamento de Acesso e Avaliação (DAA) promoveu um processo seletivo simplificado, ocorrido no dia 29 de agosto de 2000, tendo sido aprovados 18 candidatos, todos já graduados em nível superior em outras áreas de conhecimento.

Dessa forma, no dia 15 de setembro de 2000, iniciou o funcionamento da primeira turma, com um total de 23 alunos, sendo que, excepcionalmente, naquele semestre, as 4 disciplinas ofertadas foram trabalhadas de forma condensada, no período de setembro a janeiro de 2001, no turno noturno, compreendendo as seguintes disciplinas: Introdução à Filosofia; Língua Portuguesa; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica e Metodologia Científica.

No ano de 2001, a partir da ampliação do processo de divulgação do Curso, houve uma maior demanda de alunos, sendo que 50% oriundos do PRISE e 50% do PROSEL. Das 50 vagas ofertadas para o turno da noite, todas foram preenchidas. Em 2002, foram oferecidas 50 vagas, porém, para atender as demandas de alunos em situação de dependências no curso, foi ofertada uma turma no horário da manhã. No ano de 2003, ofertou-se uma turma para o turno noturno, com 40 vagas.

Em 2001, o Curso submeteu-se à primeira etapa de avaliação desde sua implantação, por uma Comissão constituída de doutores na área de Ciências da Religião⁵. A Comissão, após análise de vários aspectos, relacionados ao Projeto Pedagógico do Curso encaminhou ao Conselho Estadual de Educação - CEE, parecer favorável à autorização do curso, com algumas recomendações que deveriam ser atendidas até a etapa final de reconhecimento.

A Coordenação do Curso ainda apresentou seu parecer à comunidade acadêmica, constituída de professores, alunos e técnicos, recomendando o engajamento no processo de discussões para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso, de modo a envolvê-los no processo de qualificação e ressignificação do currículo. Assim, desenvolveu-se a consciência acerca da importância da construção coletivo do referido PPC. As reuniões ocorriam mensalmente durante todo o ano de 2002 e o primeiro semestre de 2003. Desde então, a participação da comunidade acadêmica passou a constituir-se em uma marca na gestão democrática do curso.

Em 2020, ao completar 20 anos de existência, o Curso continuou buscando a qualificação de seu currículo e de suas práticas pedagógicas, de modo a contribuir para a formação de professores dotados de competência teórico-prática, que atendam às demandas exigidas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC para

⁵ Professores Antônio Gouvêa Mendonça e Lauri Emílio Wirt, provenientes da Universidade Metodista de São Paulo, com a participação da professora Lúcia de Fátima Cordeiro de Souza Müller Chaves, profissional na área do currículo, da Universidade Federal do Pará,

a Educação Básica, bem como compromissados com a construção de uma sociedade multicultural, pluralista, democrática e inclusiva, onde as diferenças sejam consideradas e respeitadas tanto dentro como fora da escola.

2.2 JUSTIFICATIVA

A sociedade contemporânea vivencia um processo de mudanças paradigmáticas em diferentes segmentos (sociopolítico, cultural, econômico, epistemológico), o qual vem se intensificando a partir da década de 1990, com os avanços científicos e tecnológicos que marcaram esse período. Com isso, expandiram-se as telecomunicações e os sistemas de informação, favorecendo o intercâmbio entre os povos do mundo inteiro, onde as distâncias geográficas não são mais empecilho para o contato humano e o aprendizado mútuo.

É necessário compreender a atual conjuntura a partir do fenômeno da globalização, que pode ser definida, em linhas gerais, como um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Porém, ao mesmo tempo em que esse processo rompe as fronteiras, traz consigo a intensificação de problemas como a exclusão social, acirrada pela competitividade internacional, como alerta Moreira (2001, p. 66):

Há que se atentar para as desigualdades econômicas e se distribuir os frutos da globalização com mais justiça. Há também que se reconhecer a pluralidade cultural que cada vez mais se expressa no mundo de riscos globais em que vivemos, tanto nos setores beneficiados pela globalização como nos que ela tem ajudado a marginalizar.

Considera-se que esse processo de profundas desigualdades sociais, precisa ser compreendido, não apenas no viés socioeconômico e político, mas também sob a ótica educacional, uma vez que esta reflete e, ao mesmo tempo aprofunda, os novos padrões de comportamentos advindos da globalização em sua versão neoliberal, defendida e disseminada especialmente pelas organizações bilaterais, multilaterais e internacionais, que apregoam, mormente, uma agenda educacional que privilegia ou induz a implementação de políticas de avaliação, de financiamento, de padrões de desempenho, de formação de professores, de currículo, entre outros aspectos. Assim, constata-se que a globalização, no nível econômico, por exemplo, afeta o emprego, alterando, por conseguinte, objetivos

tradicionais básicos da educação, que até então consistia na preparação para o trabalho. O cenário que se vislumbra, hoje, é de mercados, que tem como idiossincrasia a instabilidade do trabalho, compreendido dentro de um ambiente pós-fordista, que vem exigindo do trabalhador o domínio de novas habilidades, tendo como marca predominante a flexibilidade como capacidade de adaptar-se a novas demandas do modelo de produção capitalista vigente.

Por conseguinte, há de se considerar também as mudanças oriundas de todo esse processo de globalização, que traz implícito novos paradigmas culturais, que atingem profundamente as políticas educacionais e, conseqüentemente, as práticas e instituições educacionais, em seus múltiplos aspectos.

Nesse contexto global, as sociedades contemporâneas, avançadas industrialmente, precisam considerar a questão do multiculturalismo, que impõe às instituições educativas a necessidade permanente de se questionarem acerca do discurso do pluralismo liberal, que tem sido o modelo dominante para a educação multicultural em sociedades desenvolvidas que estão aprendendo a conviver com outras, dentro de um modelo de tolerância e respeito mútuos.

Nessa perspectiva, destaca-se o papel a ser assumido pela educação quanto à preservação das culturas locais frente aos modelos hegemônicos, oriundos dessa implacável onda de globalização, que padroniza comportamentos e ameaça a preservação das identidades locais. Portanto, ao conceber a proposta de formação de professores, especialmente, para o Ensino Religioso, faz-se necessário considerar o multiculturalismo, como movimento social, entendido, por conseguinte, como educação para a cidadania e como filosofia antirracista, que permeia o currículo, podendo, assim, intervir na dinâmica do conflito social que emerge entre as transformações globais e as respostas locais.

Depreende-se, assim, que é desse contexto que emergem inúmeros desafios para a educação, no sentido de repensar o currículo escolar e a formação de professores, na perspectiva do multiculturalismo, de modo a responder às novas exigências da sociedade globalizada.

Buscando sintonia com as políticas atuais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que preconiza uma educação integral e que considera os diversos aspectos de vivência do educando: sociais, políticos, meio ambiente, incluindo aspectos subjetivos, como a religiosidade e a sexualidade,

entre outros. Em seu art. 2º, estabelece ainda como finalidade da educação o “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Este objetivo também está presente nos diversos níveis e modalidades da educação e do ensino.

Assim, a partir da LDB, constata-se que a legislação educacional brasileira - da Educação Básica à Educação Superior - recomenda a necessidade de ser desenvolvida uma proposta educacional voltada para a construção da cidadania, que possibilite a preparação dos sujeitos para a convivência em uma sociedade complexa, pluralista, dinâmica e secularizada.

Nesse contexto, a educação multicultural emerge como um importante desafio, uma vez que esta é a marca fundamental das sociedades contemporâneas, cujas diferenças se expressam em várias dimensões da vida social: gênero, etnia, orientação sexual, cultura e religião. Com efeito, o multiculturalismo representa “uma condição inescapável do mundo ocidental, à qual se pode responder de diferentes formas, mas não se pode ignorar”. (MOREIRA, 2001, p. 66).

A educação multicultural representa uma resposta a ser dada pela escola às diferenças existentes na sociedade, como um desafio que envolve a garantia dos direitos humanos, uma vez que as pessoas têm direito a ser iguais sempre que a diferença as tornar inferiores; contudo, têm também direito a ser diferentes sempre que a igualdade colocar em risco suas identidades. (SANTOS *apud* MOREIRA, 2001, p. 67).

Dentre as diferenças a serem trabalhadas pela educação multicultural, situa-se a diversidade religiosa, pois compreende-se o ser humano como possuidor de uma religiosidade intrínseca, haja vista que este sente a necessidade de transcender a realidade imanente ou encontrar a realidade mais profunda de si mesmo, sempre em busca de respostas para o sentido da vida. A religiosidade se expressa de diversas formas em diferentes culturas humanas, por meio de símbolos, gestos, ritos, mitos, festividades, textos sagrados, monumentos, edificações, *ethos*, religiões e outras formas de expressão.

Por se constituírem em saberes e práticas sociais, as expressões religiosas fazem parte da cultura humana em sua diversidade, sendo, portanto, conhecimentos a serem incorporados pelo currículo escolar, no contexto de uma

educação multicultural, aspecto esse considerado de fundamental importância para o CLCR.

Portanto, ao perceber a religião como uma forma de expressão do fenômeno religioso que ocorre em uma cultura ou culturas, compreende-se também o ambiente social como um agente que contribui e interfere na avaliação do mundo e das pessoas na dimensão da expressão religiosa.

Nesse sentido, os novos paradigmas da área do Ensino Religioso, no contexto escolar, apontam para o respeito à diversidade cultural religiosa, especialmente com o advento da Lei nº 9.475/97 (que altera o art. 33 da Lei 9394/96), estabelece:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de educação básica, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Como se pode observar, a referida Lei integra essa disciplina no conjunto da formação básica do cidadão e garante o tratamento igualitário de sua oferta no horário escolar, bem como, assegura o desenvolvimento de práticas pedagógicas antiproselitistas, afirmando, dessa forma, como área de conhecimento, tal como as demais disciplinas que compõem o currículo da educação básica. Com essa nova abordagem, o Ensino Religioso assume - como objeto de estudos - o fenômeno religioso em suas diversas formas de expressão entre os diferentes povos do planeta, de acordo com a dimensão da história e da culturalidade.

De acordo com a BNCC 2017, os objetivos do Ensino Religioso no currículo escolar são os seguintes:

- Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais, estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias de acordo com a Constituição Federal;
- Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

Esta abordagem representa um avanço significativo em relação ao caráter e à abordagem dessa disciplina no currículo escolar, uma vez que rompe com o modelo tradicional pautado numa perspectiva catequética, que se confundia com o papel desempenhado pela Igreja, que exercia hegemonia nesse processo.

Ressalta-se, assim, que o rompimento com práticas catequizadoras, em relação ao Ensino Religioso, o conhecer é apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica como o significado de captação e expressão das dimensões da comunidade de forma ampla e integral. Por isso, a escola tem a função de integrar, numa visão de totalidade, os vários níveis de conhecimento: o sensorial, o intuitivo, o racional e o religioso. Assim, o conhecimento religioso, como sistematização de uma das dimensões de relação do ser humano com a realidade do sagrado, está ao lado de outros conhecimentos que, articulados, visam compreender o significado da experiência humana.

Por conseguinte, a formação de professores para o Ensino Religioso Escolar se constitui num desafio importante para a Licenciatura, exigindo a definição de referenciais teórico-metodológicos fundamentados numa práxis inovadora, aberta, portanto, à pluralidade de concepções de mundo e de crenças, apoiadas no espírito crítico e investigativo, bem como no senso de alteridade e respeito às diferenças.

Há de se considerar ainda, nesse contexto, a ênfase à formação inicial e continuada, conferida pelo Plano Estadual de Educação - PEE/PA (Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015), que apresenta sintonia com o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014), ao prover a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior em todas as áreas do currículo escolar, com maior incidência no segmento público, consoante Meta 12 dos respectivos Planos de Educação.

Em decorrência dessa prioridade estabelecida para a formação de professores, o CNE publicou um conjunto de atos normativos relacionados à matéria em foco, tendo, inicialmente, como documento norteador para as políticas de formação inicial e continuada, a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que passou a estabelecer, a partir de então, Diretrizes Curriculares Nacionais nesse sentido. Essa perspectiva de formação orientava-se no princípio de que seria necessário formar docentes que pudessem dispor de uma cultura geral e

especializada “que lhes propiciasse a construção de uma filosofia educacional associada a uma praxiologia que possibilitasse responder aos dilemas enfrentados nas práticas formativas” (GATTI, 2020, p. 17).

A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, revogou a política de formação inicial e continuada que vinha sendo consolidada no País, passando a redefinir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituindo-se, assim, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Trata-se de uma lógica formativa, que representa certa ruptura em relação à proposta formativa que havia sido construída democraticamente, fruto de amplas discussões.

Não obstante, a perspectiva de formação sustentada neste PPC, orienta-se pela compreensão da docência como ação educativa e, por conseguinte, como processo pedagógico intencional e metódico, por meio do qual são articulados conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, para a construção de uma sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Portanto, o presente Projeto Pedagógico do CLCR volta-se, fundamentalmente, para o atendimento ao que preconiza a legislação educacional em vigor sem abrir mão de princípios pedagógicos e metodológicos construídos, historicamente, no âmbito do trabalho da UEPA, de modo a considerar a concepção pedagógica definida em seu PDI 2017-2027.

Nesse sentido, compreende-se a docência como ação do profissional do magistério da educação básica, que contempla, necessariamente, *dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas* (grifos nossos), que se consolidam em todo o processo de formação, de forma organicamente indissociável. Dessa forma, considera-se a importância de serem envolvidos nas práticas formativas do CLCR, de acordo com o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais: o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, a fim de contribuir para a qualificação dos egressos, que poderão ampliar sua visão e a atuação profissional no mercado de trabalho, frente aos novos desafios impostos pela pós-modernidade, no contexto da globalização.

Dessa forma, a proposta de formação inicial, tal qual vem sendo delineada no PPC, poderá possibilitar aos egressos um conjunto de informações necessárias

para a prática profissional, assim como habilidades que lhes permitam atuar em contextos sócio-educacionais diversificados, mediante a utilização dos múltiplos conhecimentos teóricos e práticos, assegurados em todo o seu percurso formativo. Para tanto, seu exercício profissional será orientado, fundamentalmente, no estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais em vigor, quais sejam: *interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.*

Consoante o que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação dos Profissionais para a Educação Básica, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso - FONAPER, ao propor Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso Escolar, sugere uma perspectiva de formação docente, que atenda às novas exigências educacionais do século XXI, ao preconizar:

À escola compete prover os educandos de oportunidades de se tornarem capazes de entender os momentos específicos das diversas culturas, cujo substrato religioso colabora no aprofundamento para autêntica cidadania. E, como nenhum conhecimento teórico sozinho não explica completamente o processo humano, é o diálogo entre eles que possibilita construir explicações referenciais, que escapam do uso ideológico, doutrinal ou catequético. Portanto, na escola o Ensino Religioso tem a função de garantir a todos os educandos a possibilidade deles estabelecerem diálogo. E, como o conhecimento religioso está no substrato cultural, o Ensino Religioso contribui para a vida coletiva dos educandos, na perspectiva unificadora que a expressão religiosa tem, de modo próprio e diverso, diante dos desafios e conflitos (FONAPER, PCNER, 2009)

Nesse sentido, a proposição do FONAPER não apenas vai ao encontro das exigências da legislação vigente e das Diretrizes Curriculares Nacionais, mas contribui para a construção de políticas públicas na área de formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, que se articulem com tais prerrogativas de qualidade de ensino. Dessa forma, o PPC assume esse novo paradigma no processo de formação desenvolvido pelo Curso, por considerar essas referências articuladoras de uma perspectiva de ensino em sua dimensão laica, tendo como centralidade o fenômeno religioso.

Pelo exposto, percebe-se a necessidade de ampliar investimentos públicos na formação inicial de professores para atuar nessa área de conhecimentos, em atendimento aos preceitos estabelecidos na Lei 9394/96, em seu art. 62, que exige

professores devidamente habilitados na área de conhecimentos que lecionam, em nível de licenciatura.

Com a criação e implementação da Proposta Pedagógica do CLCR, a UEPA preenche uma grande lacuna no campo da formação de professor para a área de Ensino Religioso, contribuindo, significativamente, para a qualidade do ensino, na Educação Básica, possibilitando que essa área do conhecimento seja contemplada no currículo escolar, para atendimento, inclusive, do princípio da diversidade étnico-cultural e religiosa, o qual deverá perpassar toda a formação básica do cidadão brasileiro.

2.3 MISSÃO

Formar professores e professoras de Ensino Religioso para atuar na educação básica, na gestão educacional em espaços não escolares e no desenvolvimento de projetos educativos na área das Ciências da Religião, de forma ética, responsável, crítica e comprometida com a valorização e o respeito à diversidade cultural das Amazônias.

2.4 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO CURSO

A partir da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, o PPC do CLCR, apoia-se nos seguintes fundamentos:

I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências⁶ de trabalho; II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação. (art. 5)

Na elaboração dos princípios do Curso, tem como base os princípios norteadores da Resolução:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC; II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser

⁶ Quanto às competências, conferir anexo da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 2019

ministrado; III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro; IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência; V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação; VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional; VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado; VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino; X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório; XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando; XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros; XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e 5 XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira. (art. 7)

2.4.1 Princípios

Diante da diversidade e complexidade das Amazônias e do País, o CLCR deve ir além de uma formação cultural sobre as religiões.

Portanto, o Curso prioriza oferecer sólida fundamentação teórico-prática, de modo que possa possibilitar ao egresso condições de compreender a religiosidade amazônica e sua relação com o contexto brasileiro, contemplando na gestão do trabalho docente especificidades e exigências da educação básica, na atual conjuntura, com seus novos desafios para a prática pedagógica.

Assim, são estabelecidos os seguintes princípios:

a) Pensar religião e culturalidade nas Amazônias, a partir dos processos de elaboração e construção do Outro e, também, das estratégias históricas de invisibilização histórico-cultural dos povos desta região.

As Amazônias são tomadas como periferia pelos centros nacional e internacional da civilização capitalista. Os habitantes destas regiões são vistos como estranhos por esses centros da cultura ocidental. As Amazônias constituem uma espécie de “almoxarifado” de riquezas a serem exploradas. Os bens da nossa grande região são considerados propriedades do sistema capitalista. Entre esses bens, estão as expressões religiosas, que são tratadas como “exóticas”.

Como os bens materiais estão em processo avançado de expropriação, restam os bens simbólicos, ou seja, as religiões que se desenvolvem nos espaços socioculturais da região. A dificuldade de expropriá-los, porque seria o mesmo que se apropriar e destruir a alma de um povo, leva os agentes da civilização capitalista a invisibilizar, historicamente, o que se faz aqui, em termos de mitos, crenças, ritos e organizações religiosas.

Cabe, portanto, ao CLCR, estudar e dar visibilidade a essa exuberante religiosidade que impregna todas as atividades socioculturais das Amazônias, que ganha importância no cenário brasileiro.

b) Enfatizar a questão identitária regional com atenção para os processos de cabocização e descabocização, diálogos interculturais, hibridismos e questões de etnicidade

As Amazônias são construídas por populações híbridas, com marcada presença indígena e cabocla. Não é admissível desenvolver estudos de religião que ignorem esses caldeamentos de etnias com suas respectivas culturas. Os processos de apropriação das Amazônias por meio, principalmente, de projetos de mineração e produção de energia, agridem essas populações e impõem expressões religiosas de fora da região e da ótica dos promotores desses projetos.

Faz-se necessário que o corpo docente do Curso busque promover o discernimento desses processos, estimule pesquisas, estreitando os laços de relações com os programas de pós-graduação da UEPA e da Região, a fim de se

apropriar e disseminar, entre docentes e discentes, os saberes que são produzidos com o propósito de interpretar as expressões de fé, principalmente os sinais de resistência que se manifestam nos sincretismos, hibridismos e antropofagia das religiões trazidas para as populações amazônicas.

c) Diversidade e singularidades físicas da região para além das determinações materiais e modos de vida, mas como fundamental para a compreensão da cultura e religiosidade cabocla e popular.

Um grande desafio para o desenvolvimento de estudos de religiões das Amazônias é a identificação dos “mundos da vida” das comunidades rurais e conglomerados urbanos que a compõem e que desafiam os sistemas e os espaços públicos.

As mentalidades coletivas produtoras de mitos, crenças e formas de adoração, celebração e organizações religiosas da região devem ser identificadas e pesquisadas pelos que se propõem investigar o fenômeno religioso em suas multivariadas manifestações e que têm a responsabilidade ímpar de socializar esses conhecimentos como parte da formação de educadores do Ensino Religioso nesta Região.

Com estas diretrizes, busca-se contribuir para inculturar o CLCR, considerando a necessidade de assumir os desafios de interpretar as manifestações do fenômeno religioso nesta Região, em razão de sua imensurável diversidade.

d) Gestão democrática como forma de concepção, implementação e avaliação das práticas educativas e pedagógicas do CLCR.

A gestão democrática norteia e permeia todas as práticas administrativas e pedagógicas, por compreender que esse é um princípio basilar para a formação cidadã, na perspectiva da multiculturalidade. Dessa forma, a instituição formadora assume como compromisso ético o respeito à pluralidade de ideias e de concepções políticas e ideológicas dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade acadêmica, tendo o diálogo e o respeito mútuo premissas básicas das relações interpessoais.

Nesse sentido, buscando consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do profissional da educação básica, o princípio da

gestão democrática vem se efetivando preponderantemente por meio da construção coletiva de ações pedagógicas, em especial o presente projeto, que resultou do envolvimento direto do corpo docente, discente, assessoria pedagógica e demais segmentos envolvidos direta e indiretamente nesse processo.

Além disso, a perspectiva de gestão, assim concebida, atende ao que preconiza a legislação em vigor, na medida em que o colegiado do Curso vem funcionando com a devida regularidade, tendo sua coordenação sido eleita democraticamente.

2.4.2 Diretrizes

O CLCR apresenta como ***diretrizes filosóficas e pedagógicas***:

a) a compreensão do *ser humano* como reflexivo, crítico, dialógico, investigador, problematizador, aberto à realidade mais profunda de si mesmo e sujeito do conhecimento e da história;

b) a compreensão da *práxis educativa* como formadora integral do ser humano, uma produção cultural humana, ética e política;

c) a compreensão do *fenômeno religioso* como processo de formação existencial do ser humano, sendo considerada, nesse processo, as especificidades e peculiaridades do aluno da educação básica, em seu desenvolvimento biopsicossocial;

d) o compromisso com projeto social, político e ético que contribua para o desenvolvimento da Região Amazônica, na perspectiva da interculturalidade, de modo que haja reconhecimento e valorização dos aspectos que constituem a identidade regional, sem que se perca de vista a articulação com as questões mais globais e de interesse da nação brasileira;

e) articulação entre a teoria e a prática, promovendo-se contínua e sistematicamente sua indissociabilidade, tendo na interdisciplinaridade a estratégia fundamental para a construção de uma sólida formação docente.

f) a formação como um processo dinâmico, que sintoniza com as mudanças e sociais e educacionais, em âmbito local e global, de modo que as transformações gnosiológicas e epistemológicas, acerca do fenômeno religioso, sejam observadas em sua complexidade e diversidade, no contexto multicultural.

g) a garantia da educação inclusiva, que se efetiva fundamentalmente por meio do reconhecimento e da valorização das diferenças, que se expressam no contexto institucional, e que se caracterizam pela diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

2.5 OBJETIVOS DO CURSO

2.5.1 Geral

Formar licenciados em Ensino Religioso para atuar na educação básica, na gestão educacional, em espaços não escolares e no desenvolvimento de projetos educativos na área das Ciências da Religião, com ética, responsabilidade social, competência teórico-prática e prático-teórica, a partir de uma visão ampla e contextualizada de educação e educação escolar nas Amazônias.

2.5.2 Específicos

a) favorecer a compreensão e a interpretação do fenômeno religioso em suas diversas expressões, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar;

b) promover a articulação entre a graduação e a pós-graduação, considerando suas múltiplas dimensões complementares, como processo que articula, fundamentalmente, a formação docente e a pesquisa;

c) contribuir para a formação continuada dos profissionais da educação básica, por meio da extensão universitária;

d) desenvolver uma perspectiva de educação contextualizada, de modo sistemático e sustentável, que articule os processos pedagógicos específicos ou interdisciplinares, em diferentes espaços educativos.

e) desenvolver uma postura crítica e fundamentada epistemologicamente para favorecer o diálogo e o respeito à diversidade religiosa que constituem os espaços educativos;

f) favorecer o desenvolvimento de um profissionalismo ético, político, responsável, crítico e criativo, norteado pela indissociabilidade entre teoria-prática;

g) implementar metodologias diversificadas e contextualizadas para a compreensão do fenômeno religioso nas Amazônias;

h) efetivar processos pedagógicos que favoreçam o reconhecimento do potencial cultural e identitário dos povos amazônidas.

2.6 FUNCIONAMENTO DO CURSO

2.6.1 Modalidades de ingresso

As vagas ofertadas no Processo Seletivo ao CLCR são destinadas aos candidatos:

a) que já concluíram o ensino médio ou estão concluindo a última série do Ensino Médio ou equivalente referente ao período letivo;

b) participantes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Para concorrer às vagas do Processo Seletivo, o candidato deverá efetuar sua inscrição conforme estabelecido no e ter comprovado os dados de sua avaliação no ENEM. A comprovação será feita por meio do envio de seus dados do INEP para a UEPA. A classificação dos candidatos para as vagas ofertadas será feita exclusivamente com base nas notas obtidas no ENEM. A UEPA reservará 50% (cinquenta por cento) das vagas a candidatos que cursaram e concluíram todas as séries do Ensino Médio, ou curso equivalente, em curso equivalente, em Escolas da Rede Pública Brasileira.

c) A UEPA oferece aos estudantes de graduação a possibilidade de realização de estudos em outras instituições de ensino. Da mesma forma, possibilita que estudantes de outras universidades desenvolvam atividades de ensino na UEPA. O Programa de Mobilidade Acadêmica é disciplinado pela Resolução nº 2763/14-CONSUN, de 29 de outubro de 2014 que aprova as normas para o desenvolvimento do Programa em nível de graduação entre a Universidade do Estado do Pará e Instituições de Ensino Estrangeiras conveniadas ou não conveniadas.

2.6.2 Número de vagas

Anualmente são ofertadas 44 vagas para a capital do Estado. Entretanto, a partir da avaliação de demandas, o Curso poderá ampliar sua capacidade de oferta e/ou estender suas atividades para outros municípios do Estado do Pará, seja por meio da Educação à Distância - EAD, com 20% da carga horária à distância, ou por meio da adesão a Programas Federais de Formação Docente, considerada a possibilidade do regime de colaboração.

2.6.3 Regime de operacionalização curricular

O Currículo é operacionalizado em regime anual, devendo os discentes efetivar sua matrícula apenas no início do ano letivo, de acordo com a organização acadêmica do Curso.

2.6.4 Integração curricular, carga horária e créditos

O prazo mínimo para integração curricular do CLCR é de 4 e o máximo de 7 anos.

De acordo com a Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, art. 10, todos os cursos em nível superior de licenciatura terão carga horária mínima de 3.200 horas, que são distribuídas da seguinte maneira:

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição: I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009). (Resolução CNE/CP, n. 2, art. 11)

Em 2021 foi criado o Grupo de Trabalho denominado “PPC Licenciaturas da Uepa”, que tinha como objetivo a reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos com base na Resolução 2, de 2019. Nasceu deste grupo a necessidade de ter um Núcleo Comum a todas as licenciaturas, onde as disciplinas teriam a mesma ementa, a mesma carga horária e as mesmas referências, possibilitando dessa forma a construção de uma unidade básica nos Cursos de Licenciatura.

Foram definidas as seguintes disciplinas para o Núcleo Comum, que deverão ser cursadas, preferencialmente, no Curso de Licenciatura em Ciências da Religião:

- **Didática Geral e Especial**
- **Filosofia da Educação**
- **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos⁷**
- **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial⁸**
- **Gestão Educacional**
- **Libras**
- **Metodologia Científica**
- **Políticas Públicas e Educação**
- **Produção de Gêneros Acadêmicos**
- **Psicologia da Educação**
- **Sociologia da educação⁹**
- **Tecnologia Educacional**

A carga horária total do Curso é de 3.412h, com total de 100 créditos, distribuídas da seguinte forma (de acordo com a Resolução 2, de 2019):

⁷ A disciplina está contemplada nos conteúdos desenvolvidos nas aulas presenciais do Estágio Supervisionado II (que contempla os anos finais do Ensino Fundamental, a modalidade EJA e o Ensino Médio), bem como na reflexão sobre livros didáticos das referidas etapas de ensino, e na disciplina Didática Aplicada ao Ensino Religioso.

⁸ A disciplina está contemplada na disciplina “Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas”.

⁹ Os conteúdos da disciplina estão contemplados na disciplina Introdução à Sociologia, Sociologia da Religião e Educação infantil, Religiosidade e Práticas Educativas.

Quadro 6: Disciplinas por Grupo – Grupo 1

| GRUPO 1 | |
|---|----------------------|
| Disciplina | Carga Horária |
| Antropologia Cultural | 67 |
| Didática Geral e Especial | 67 |
| Ética, Multiculturalismo e Interculturalidade | 67 |
| Filosofia da Educação | 67 |
| Fundamentos da Educação e Ensino Religioso | 67 |
| Gestão Educacional | 67 |
| História da Educação | 67 |
| Introdução à Filosofia | 67 |
| Introdução à Sociologia | 67 |
| Libras | 67 |
| Metodologia Científica | 67 |
| Políticas Públicas e Educação | 67 |
| Produção de Gêneros Acadêmicos | 67 |
| Projeto de Pesquisa | 67 |
| Psicologia da Educação | 67 |
| Seminário de Pesquisa | 67 |
| TCC | 67 |
| Tecnologia educacional | 67 |
| Total Horas Grupo I | 1.206 |

Quadro 7: Disciplinas por Grupo – Grupo 2

| GRUPO 2 | |
|--|----------------------|
| Disciplina | Carga Horária |
| Antropologia da Religião | 67 |
| Atividades de Integração Curricular I | 67 |
| Atividades de Integração Curricular II | 100 |
| Didática Aplicada ao Ensino Religioso | 100 |
| Diversidade Religiosa e Práticas Educativas em Espaços Não Escolares | 67 |
| Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas | 67 |
| Educação Infantil, Religiosidade e Práticas Educativas | 67 |

| | |
|---|--------------|
| Epistemologia das Ciências da Religião | 67 |
| Filosofia da Religião | 67 |
| Hermenêutica e Textos Sagrados I | 100 |
| Hermenêutica e Textos Sagrados II | 100 |
| História das religiões monoteístas I – Antiguidade e Medievo | 67 |
| História das religiões monoteístas II – Era Moderna e Era Contemporânea | 67 |
| História das Religiões Orientais | 67 |
| História, Cultura e Religiosidade Amazônica | 67 |
| Introdução à História das Religiões e Religiões da Antiguidade | 100 |
| Introdução às Ciências da Religião | 67 |
| Pluriversidade Religiosa e Decolonialidade na Amazônia | 67 |
| Psicologia e Religiosidade | 67 |
| Religião e Linguagem | 67 |
| Religiões Contemporâneas | 67 |
| Religiões de Matriz Africana e Afro-Brasileiras | 100 |
| Religiosidades Ameríndias | 67 |
| Sociologia da Religião | 67 |
| Total Horas Grupo II | 1.806 |

Quadro 8: Disciplinas por Grupo – Grupo 3

| GRUPO 3 | |
|---|----------------------|
| Disciplina | Carga Horária |
| Estágio supervisionado I | 200 |
| Estágio supervisionado II | 200 |
| Componentes curriculares dos Grupos I e II – 400h | |
| Total Horas Grupo III | 400 |
| TOTAL DE HORAS | 3.412 |

2.6.5 Ano letivo

O ano letivo é de, no mínimo, 800 (oitocentas horas anuais), distribuídas no mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho acadêmico, não sendo considerado, neste quantitativo, a realização de exames finais.

2.6.6 Turnos de estudo

Atualmente o curso é oferecido nos turnos matutino e vespertino, de modo a favorecer aos alunos a realização do Estágio Supervisionado durante o dia, uma vez que a oferta da disciplina Ensino Religioso é, majoritariamente, ofertada no período diurno. Na medida em que essa disciplina for expandida aos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA, poderão ser formadas turmas no período noturno.

2.7 CAMPO DE ATUAÇÃO E PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do Curso de Licenciatura em Ciências da Religião está em consonância com o artigo 6 da Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que diz:

A política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a BNCC, tem como princípios relevantes: I – a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes.

2.7.1 Campo de atuação do egresso

O Licenciado em Ciências da Religião está apto a exercer a docência e assessoria técnica na área do Ensino Religioso, na Educação Básica, em suas etapas e modalidades, na rede pública e particular de ensino; atuar na gestão de projetos educativos em espaços não escolares, na área de Ciências da Religião, em instituições públicas e privadas tais como museus, patrimônio histórico, entre outras, exercendo a função de monitor, guia, curador, etc. e exercer atividades de pesquisa inerentes à temática religiosa.

2.7.2 Perfil do egresso

O perfil do Licenciado em Ciências da Religião tem como base o previsto na RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, que define as três dimensões fundamentais que se

integram e se complementam na ação docente, ou seja: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional:

§ 1º As competências específicas da dimensão do **conhecimento profissional** são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da **prática profissional** compõem-se pelas seguintes ações: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do **engajamento profissional** podem ser assim discriminadas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar. (art. 4º)

Destas se depreendem os demais elementos específicos do perfil do Licenciado em Ciências da Religião. A saber:

- Comprometimento com os princípios constituídos pela convivência social e cidadania, vivenciando a ética própria aos profissionais da educação;
- Conhecimento teórico-prático para exercer a função docente na área de Ensino Religioso e realizar assessorias na realidade educacional brasileira, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e EJA;
- Formação para orientar o educando nas diversas áreas do conhecimento relacionadas às Ciências da Religião;
- Domínio de uma linguagem isenta de proselitismo, que permita a compreensão do fenômeno religioso em diversas culturas;
- Elaboração de planos de ensino e projetos didáticos na perspectiva do entendimento do fenômeno religioso no contexto da diversidade cultural religiosa;
- Formação do educando para a participação de forma ativa e propositiva no processo de gestão da escola, contribuindo na elaboração do seu Projeto Pedagógico do Curso.

- Produção de material didático acessível ao estudo do fenômeno religioso presente na diversidade religiosa da sociedade,
- Promoção da aprendizagem significativa dos educandos, por meio da contextualização dos conteúdos, bem como, utilização de metodologia dinâmica, dialógica, investigativa, crítica e criativa.
- Orientação de grupos e comunidades para o desenvolvimento de posturas e práticas de respeito à diversidade cultural religiosa existente na sociedade;
- Capacidade técnico-científica para a elaboração de diagnósticos acerca de comunidades religiosas;
- Elaboração de projetos educativos que promovam a convivência pacífica entre os membros de diferentes grupos religiosos, no contexto da diversidade.
- Promoção de cursos de formação continuada para professores na área de Ensino Religioso;
- Proposição, acompanhamento e avaliação de propostas curriculares voltadas para a diversidade religiosa.
- Desenvolvimento de projetos educativos e de pesquisas focados no estudo do fenômeno religioso manifesto em diferentes culturas e tradições religiosas.
- Construção de parcerias com Secretarias de Cultura Estadual e Municipais, com ONGs, Centros de Capacitação,... para o desenvolvimento de projetos de assessoria, monitoria, curadoria,... em espaços como museus, locais tombados pelo patrimônio histórico, templos de referência, entre outros.
- Elaboração e execução de projetos de fomento ao turismo religioso em nível local, regional, nacional e internacional.
- Capacidade de análise de programas e projetos relacionados com o ensino, a pesquisa e atividades turísticas relacionadas com à questão religiosa.¹⁰

¹⁰ Quanto às competências específicas e as habilidades do conhecimento profissional, conferir o Anexo da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 2019.

3 ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO CURSO

3.1 DISCIPLINAS POR ANO

O Curso tem o seguinte quadro de disciplinas, distribuídas ao longo dos 4 anos:

I ANO

Quadro 9: Disciplinas e carga horária do 1º Ano

| CÓDIGO | DISCIPLINAS | CRÉDITO | CARGA HORÁRIA | | |
|----------------------|--|-----------|---------------|--------------------------|-------------------------|
| | | | Semanal | Anual Hora Relógio | Anual Hora módulo |
| DFCS 0705 | Antropologia Cultural | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEDG 0806 | Atividades de Integração Curricular I | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEDG 0719 | Fundamentos da Educação e Ensino Religioso | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1331 | História da Educação | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 0201 | Introdução à Filosofia | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1321 | Introdução à História das Religiões e Religiões da Antiguidade | 03 | 03 | 100 | 120 |
| DFCS 0318 | Introdução à Sociologia | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1330 | Introdução às Ciências da Religião | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 01 | Metodologia Científica | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEES 05 | Políticas Públicas e Educação | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DLIT 01 | Produção de Gêneros Acadêmicos | 02 | 02 | 67 | 80 |
| TOTAL | | 23 | 23 | 770 | 920 |

II ANO

Quadro 10: Disciplinas e carga horária do 2º Ano

| CÓDIGO | DISCIPLINAS | CRÉDITO | CARGA HORÁRIA | | |
|--------------------------|--|-----------|---------------|--------------------------|-------------------------|
| | | | Semanal | Anual Hora Relógio | Anual Hora Módulo |
| DEDG 01 | Didática Geral e Especial | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEDG 0814 | Diversidade Religiosa e Práticas Educativas em Espaços Não Escolares | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1333 ??? | Epistemologia das Ciências da Religião | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 05 | Filosofia da Educação | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEES 01 | Gestão Educacional | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1323 | Hermenêutica e Textos Sagrados I | 03 | 03 | 100 | 120 |
| DFCS 0704 | História das Religiões Orientais | 02 | 02 | 67 | 80 |
| Cód. ? | Pluriversidade Religiosa e Decolonialidade na Amazônia | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DPSI 01 | Psicologia da Educação | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1332 | Religiões de Matriz Africana e Afro-Brasileira | 03 | 03 | 100 | 120 |
| DFCS 0322 | Sociologia da Religião | 02 | 02 | 67 | 80 |
| TOTAL | | 24 | 24 | 803 | 1080 |

III ANO

Quadro 11 Disciplinas e carga horária do 3º Ano

| CÓDIGO | DISCIPLINAS | CRÉDITO | CARGA HORÁRIA | | |
|----------------------|--|-----------|---------------|--------------------------|-------------------------|
| | | | Semanal | Anual Hora Relógio | Anual Hora Módulo |
| DFCS 0802 | Antropologia da Religião | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEDG 0809 | Educação Infantil, Religiosidade e Práticas Educativas | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEDG 0808 | Estágio Supervisionado I | 05 | 05 | 200 | 200 |
| DFCS 1326 | Hermenêutica e textos sagrados II | 03 | 03 | 100 | 120 |
| Cód. ? | História das religiões monoteístas I – Antiguidade e Medievo | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1324 | História, Cultura e Religiosidade Amazônica | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEES 03 | Libras | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1336 | Projeto de Pesquisa | 02 | 02 | 67 | 80 |
| Cód. ? | Religião e Linguagem | 02 | 02 | 67 | 80 |
| Cód. ? | Religiosidades Ameríndias | 02 | 02 | 67 | 80 |
| TOTAL | | 24 | 24 | 836 | 960 |

IV ANO

Quadro 12: Disciplinas e carga horária do 4º Ano

| CÓDIGO | DISCIPLINAS | CRÉDITO | CARGA HORÁRIA | | |
|----------------------|---|-----------|---------------|--------------------------|-------------------------|
| | | | Semanal | Anual Hora Relógio | Anual Hora Módulo |
| DEDG 0812 | Atividades de Integração Curricular II | 03 | 03 | 100 | 120 |
| DEDG 0815 | Didática aplicada ao Ensino Religioso | 03 | 03 | 100 | 120 |
| DEES 1230 | Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEDG 0810 | Estágio Supervisionado II | 05 | 05 | 200 | 200 |
| DFCS 1329 | Ética, Multiculturalismo e Interculturalidade | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 0217 | Filosofia da Religião | 02 | 02 | 67 | 80 |
| Cód. ? | História das religiões monoteístas II – Era Moderna e Era Contemporânea | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DPSI 0310 | Psicologia e Religiosidade | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 0320 | Religiões Contemporâneas | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DFCS 1325 | Seminário de Pesquisa | 02 | 02 | 67 | 80 |
| Cód. ? | TCC | 02 | 02 | 67 | 80 |
| DEDG 03 | Tecnologia educacional | 02 | 02 | 67 | 80 |
| TOTAL | | 29 | 29 | 1003 | 1160 |

Quadro 13: Síntese da carga horária e créditos

| | |
|----------------------------|--------------|
| TOTAL DE CREDITOS | 100 |
| CARGA HORARIA TOTAL | 3.412 |

3.2 DOCENTES DO CURSO

Quadro 14: Corpo Docente 2022

| NOME | DEPART. | TITULAÇÃO | SITUAÇÃO FUNCIONAL |
|-----------------------------------|---------|-----------|--------------------|
| Antonio J. Paraense da Paixão | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Daniela Cordovil | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Douglas Rodrigues da Conceição | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Francisco Willams C. Lima | DEDG | Doutorado | Efetivo |
| Gustavo Soldati Reis | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Henry Willians Silva da Silva | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Iolanda Rodrigues da Costa | DEDG | Mestrado | Efetivo |
| Iracildo Pereira Castro | DPSI | Mestrado | Efetivo |
| José Antonio Mangoni | DEDG | Mestrado | Efetivo |
| Josias da Costa Júnior | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Manoel Delmo de Oliveira | DEES | Mestrando | Efetivo |
| Manoel Moraes | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Maria Betânia Albuquerque | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Maria de Lourdes Silva Santos | DEDG | Doutorado | Efetivo |
| Maria Roseli Sousa Santos | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Rosilene Pachêco Quaresma | DEDG | Mestrado | Efetivo |
| Saulo de Tarso Cerqueira Baptista | DFCS | Doutorado | Efetivo |
| Taissa Tavernard de Luca | DFCS | Doutorado | Efetivo |

3.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE E COLEGIADO

O Curso conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução n. 2629/13-CONSUN), sendo este um Órgão consultivo de assessoramento e acompanhamento aos cursos, com finalidade de elaborar, atualizar e acompanhar seus Projetos Pedagógicos (Art. 2).

O NDE do CLCR é composto por docentes do quadro efetivo da Universidade, lotados no Curso. De acordo com Portaria n. 72 – GD/CCSE, de 16 de agosto de 2021, compõem o NDE os seguintes professores:

Quadro 15: Núcleo Docente Estruturante

| DOCENTE | TITULAÇÃO | REGIME DE TRABALHO |
|-------------------------------|-----------|--------------------|
| Francisco Willams Campos Lima | Doutorado | 40 horas |
| Iolanda Rodrigues da Costa | Mestrado | 40 horas |
| José Antonio Mangoni | Mestrado | 40 horas |
| Maria de Lourdes Silva Santos | Doutorado | 40 horas |
| Taissa Tavernard de Luca | Doutorado | Tempo integral |

O Colegiado de Curso é um órgão da administração setorial com funções deliberativas, responsável pela coordenação didático-pedagógica do Curso, e tem a seguinte composição:

- I. Coordenador, como presidente;
- II. Seis docentes, em exercício;
- III. Três representantes discentes do Curso

O Colegiado tem mandato de 2 anos, e os membros são eleitos entre seus pares.

Cabe ao Colegiado tomar as principais decisões no que se refere ao Curso.

3.4 TÉCNICOS QUE ATUAM NA COORDENAÇÃO DO CURSO

O Curso dispõe de uma assessora Pedagógica e uma Secretária

Quadro 16: Técnicos que atuam na Coordenação do Curso

| DOCENTE | TITULAÇÃO | REGIME DE TRABALHO |
|---|--------------|--------------------|
| Paula Soares Rodrigues (Assessora Pedagógica) | Mestrado | PSS |
| Rosa Maria Morais Proença (Secretária) | Licenciatura | Efetiva |

3.5 ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Entende-se como atividades complementares (no curso denominadas Atividades de Integração Curricular) “o conjunto de atividades de atualização,

diversificação, flexibilização e complementação de formação profissional.” (art. 1º, parágrafo único, RESOLUÇÃO Nº 2781/14-CONSUN, 26 de novembro de 2014)

As Atividades de Integração Curricular I e II são uma possibilidade de enriquecimento e ampliação do processo formativo do estudante, para além das atividades vinculadas às disciplinas do Curso. São também um estímulo para se apropriar de novos conhecimentos que propiciem reflexões que contribuam para a ampliação da articulação teoria e prática.

Essa integração teórico-prática é desenvolvida a partir de Atividades de Integração Curricular I e II, no 1º e 4º anos respectivamente, e constarão do histórico escolar do estudante, que deverá cumprir 200 horas de atividades complementares definidas.

Só serão consideradas as Atividades de Integração Curricular que contarem com documentação comprobatória, contendo nome da organização, responsável, data e a carga horária. O estudante deverá encaminhar à secretaria do Curso o conjunto de documentos comprobatórios com antecedência mínima de 30 dias do término do semestre e de 60 dias no último semestre do curso.

De acordo com a mesma Resolução, são modalidades de atividades complementares de atividades:¹¹

- Participação, organização e/ou apresentação de trabalhos em eventos científicos (Congressos, Simpósios, Seminários ou similares)
- Participação em monitorias ou/em programas institucionais de natureza formativa geral, técnico-instrumental ou para cidadania.
- Participação em publicações em autoria ou co-autoria.
- Participação na condição de bolsista ou voluntário em programas de iniciação científica e/ou projetos de pesquisa.
- Participação em programas de extensão. Participação como aluno ou instrutor/professor em cursos de extensão, atualização ou aperfeiçoamento.
- Participação em disciplinas de graduação em outros cursos da UEPA e/ou em outras Instituições de Ensino Superior.
- Participação em estágios extracurriculares não obrigatórios.

¹¹ Conferir quadro 20 do Anexo 1, p. 163, que trata da Concessão de créditos das Atividades complementares do CCSE

- Participação em Outras Atividades promovidas pela própria Universidade ou por órgãos e entidades públicas e privadas da Comunidade externa, integrantes ou não de qualquer sistema de ensino.

3.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo discente, estando amparado pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 e pela Resolução 2761/14-CONSUN, 29 de outubro de 2014. De acordo com a legislação vigente, a prática de estágio apresenta instrumentação própria, conforme estabelecido pela Instituição. Nela destacam-se: o Manual de Estágio dos Cursos da UEPA, onde há relação dos convênios que a IES estabelece visando parcerias no campo de estágio. Com base nesses documentos, o estágio no curso de Licenciatura em Ciências da Religião se organiza da seguinte maneira:

3.6.1 Concepção de estágio

A concepção que norteia as ações no CLCR é a de que o estágio é uma *práxis* humana, que não se reduz à aplicação dos conhecimentos adquiridos nas aulas, nos livros, na observação do comportamento de outros professores, sobre como dar aulas (PIMENTA, 2004). Caracteriza-se, por conseguinte, como um processo de investigação e de produção de saberes docentes, envolvendo um movimento dinâmico de ação – reflexão-ação, de forma inseparável, pois é por meio da *práxis* que a consciência se desenvolve e o sujeito. Nesse sentido, a dinâmica do estágio se desenvolve de modo que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão sejam elementos indissociáveis no processo de formação do futuro professor. Compreende-se, assim, que o estágio tem, como finalidade precípua, o aprendizado de competências próprias da atividade docente e à contextualização curricular, em vista do desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o mundo do trabalho. Portanto, essa perspectiva favorece a construção da identidade profissional, mediante a articulação entre teoria e prática por se tratar de uma atividade instrumentalizadora da *práxis* docente.

3.6.2 Finalidade do estágio

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade docente e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O mesmo favorece a articulação entre teoria e prática na formação do professor entendida como uma atividade instrumentalizadora da práxis docente, que busca a transformação da realidade.

Desta forma, o estágio contribui para a construção da identidade profissional, uma vez que o contato inicial com a escola favorece a identificação ou não com a futura profissão, cujos desafios impõem o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa do futuro educador, assim como, da sensibilidade, do senso ético e do compromisso com o desenvolvimento humano.

3.6.3 Objetivos do estágio

- Instrumentalizar o discente para o trabalho produtivo na docência do Ensino Religioso no âmbito da Educação Básica, familiarizando-o com o ambiente escolar na rede pública e privada de ensino.
- Favorecer o desenvolvimento de saberes teóricos e práticos no campo da docência, articulando os conhecimentos pedagógicos e científicos adquiridos ao longo do curso, bem como, os saberes de experiência adquiridos ao longo da vida.
- Estimular no discente o desenvolvimento de postura ética, responsável, solidária, crítica, criativa e investigativa no campo do estágio.
- Contribuir para a produção científica na área da educação, por meio da identificação e o desenvolvimento de pesquisas a partir das observações feitas no campo de estágio.

3.6.4 Campo de estágio

- Escolas públicas e privadas de Educação Básica.

3.6.5 Modalidades de estágio

a - Estágio não obrigatório

O Estágio não obrigatório é opcional para formação do discente, realizado em qualquer período do curso, em área compatível com a sua formação acadêmica.

O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada com a organização concedente, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte e seguro de vida, cuja concessão ficará a cargo da instituição concedente. A carga horária do estágio não obrigatório poderá ser contabilizada no estágio obrigatório em até 30% do total, desde que as atividades sejam compatíveis com as atividades docentes e devidamente comprovadas.

b - Estágio curricular obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório é realizado no 3º Ano o e no 4º Ano do CLCR, com um total de 400 horas, sendo 200h no 3º Ano e 200h no 4º Ano.

No 3º Ano o estágio é realizado nas turmas de Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), com uma carga horária anual de 200 h e Modalidade EJA (1ª e 2ª Etapas).

No 4º Ano é realizado nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), na Modalidade EJA (3ª e 4ª Etapas) e no Ensino Médio, com carga horária anual de 200 h.

Terá direito à concessão de dispensa de 50% da carga horária de estágio o aluno já inserido como docente na área de Ensino Religioso na rede pública ou particular de ensino, mediante comprovação e acompanhamento da IES, por intermédio da Coordenação de Estágio do Curso.

3.6.6 Dinâmica de desenvolvimento do estágio obrigatório

a - Atividades de campo

As atividades de campo contabilizam 100h da carga horária total do estágio, sendo desenvolvidas em três etapas, quais sejam: Observação, Participação e Regência.

Etapa de observação

Trata-se de uma observação participante, em que o estagiário reflete e elabora um diagnóstico da escola, envolvendo seus aspectos físicos, administrativos e pedagógicos, fazendo uma leitura crítica das condições de ensino, do clima organizacional e da dinâmica do trabalho docente

Nesse sentido, possui uma dinâmica interativa, participativa, onde o estagiário colabora com o professor da turma no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem junto aos alunos, faz análise da proposta pedagógica da escola para o Ensino Religioso, bem como, do livro didático utilizado, além de outros materiais didáticos; acompanha as reuniões pedagógicas; colabora na realização dos eventos educativos da escola.

Etapa de participação

Nesta etapa o estagiário contribui com a proposta pedagógica da escola, elaborando um Projeto Didático (no terceiro ano do curso) ou um Plano de Ensino Religioso (no quarto ano), a partir da análise da realidade escolar, considerando as orientações estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Religioso.

Etapa de regência

Nesta etapa, o estagiário executa atividades de ensino junto aos alunos, com base no plano da escola ou elaborado pelo próprio estagiário, devidamente autorizado e avaliado pelo professor.

Os alunos que iniciarem o estágio em campo fora do período indicado pelos professores orientadores do estágio deverão cumprir jornada extra na escola, até completarem a carga horária anterior à data que iniciaram as atividades de campo.

b - Encontros presenciais

Os encontros presenciais contabilizam 100h da carga horária total do estágio, sendo encontros intercalados com as atividades em campo, sob a coordenação dos professores supervisores, constituem-se em momentos oportunos para reflexões e trocas de experiências, a partir de vivências concretas no cotidiano das unidades escolares.

Ressalta-se, também, que os momentos presenciais favorecem a análise crítica acerca do trabalho docente, compreendendo, fundamentalmente, a prática pedagógica do professor de Ensino Religioso, com seus desafios e possibilidades no contexto do das escolas de educação básica da rede pública e privada.

Os alunos que não completarem a carga horária total do estágio (200 horas) nas atividades de campo ou nas atividades presenciais, poderão complementá-la com atividades realizadas em estágio não-obrigatório, bem como em atividades de extensão ou complementares, desde que estejam relacionadas à docência e devidamente comprovadas.

c - Relatos de experiências no Ensino Religioso

A culminância do estágio supervisionado é realizada por meio de um evento anual denominado “Painel de Relatos de Experiências no Ensino Religioso”, promovido pela coordenação de estágio do curso, em articulação com os supervisores de estágio e a coordenação do curso, onde os estagiários do curso e professores de Ensino Religioso têm a oportunidade de socializar suas experiências pedagógicas em sala de aula.

O público-alvo desse evento são os alunos e professores do Curso de Licenciatura em Ciências da Religião, pesquisadores da área, professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, que atuam na Educação Básica das redes públicas e privadas de ensino; autoridades educacionais e equipes técnicas das Secretarias e Conselhos de Educação e demais órgãos congêneres.

Os participantes dos relatos de experiências recebem declaração ou certificado. Neste caso, os alunos ainda podem computar essa carga horária como atividade complementar do Curso.

3.6.7 Processo avaliativo

A avaliação do Estágio Supervisionado é feita por meio de 4 (quatro) avaliações bimestrais, de forma processual e contínua, considerando a participação nas atividades em campo e presenciais, tendo como instrumentos: *ficha de avaliação do desempenho do estagiário, ficha de acompanhamento do estágio, bem como, Relatório de Estágio ou Artigo sobre as experiências no estágio.*

3.6.8 Das atribuições

a - Da instituição formadora

- Avaliar as instalações da Unidade Concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do Estagiário;
- Indicar professor-orientador da Instituição de Ensino como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do Estagiário;
- Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;
- Exigir do Estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 meses, do relatório das atividades;
- Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o Estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos Estagiários;
- Comunicar à Unidade Concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização das avaliações acadêmicas.
- Aprovar o Plano Individual de Estágio, que descreve as atividades do Estagiário na Unidade Concedente.

b - Da instituição concedente

- Oferecer instalações que tenham condições de proporcionar ao Estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do Estagiário;
- Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- Assegurar ao Estagiário recesso proporcional ao período de estágio nos termos da Lei no 11.788/08;

- Reduzir a jornada de estágio nos períodos de avaliação;
- Informar a UEPA a rescisão antecipada deste instrumento, para as devidas providências administrativas que se fizerem necessárias;
- Permitir o início das atividades do estágio, somente após a assinatura do presente instrumento pelas 3 partes signatárias.

c - Do estagiário

- Apresentar-se no campo de estágio adequadamente vestido, observando a pontualidade, a frequência, a postura ética e responsável, de modo a conquistar o respeito e a confiança da comunidade escolar.
- Cumprir fielmente toda programação estabelecida para seu estágio;
- Cumprir a carga horária total do estágio (atividades de campo e presencial);
- Cumprir as normas relativas ao estágio bem como as normativas internas da CONCEDENTE, que o estudante declara expressamente conhecer;
- Guardar sigilo quanto às informações que, direta ou indiretamente, venha a tomar conhecimento no exercício de suas atividades na Unidade Concedente;
- Manter rigorosamente atualizados seus dados cadastrais junto à UEPA e Unidade Concedente;
- Comunicar formalmente, de modo imediato, qualquer alteração na sua situação acadêmica, tais como: trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência;
- Comunicar ao professor responsável pelo estágio qualquer necessidade de alteração de campo de estágio.
- Entregar, obrigatoriamente, à Instituição de Ensino e a Concedente uma via do Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório, devidamente assinado pelas partes;
- Elaborar os relatórios de atividades conforme o Plano Individual de Estágio.

d - Da coordenação de núcleo de estágios dos centros

- Prestar serviço de cadastramento dos discentes para realização de estágios curriculares.
- Identificar e cadastrar oportunidades de estágio junto às pessoas jurídicas de direito público e privado;
- Formalizar os Termos de Compromisso e demais documentações necessárias para a realização do estágio

- Providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, junto ao órgão competente na Universidade.
- Manter-se informado quanto ao Seguro contra acidentes pessoais em favor do Estagiário;
- Desenvolver um trabalho integrado com os Departamentos, Coordenador do Curso e Coordenador Geral do Núcleo de Estágios dos Centros.

3.6.9 Da supervisão dos estágios

O Estágio obrigatório e o Estágio não obrigatório serão supervisionados e acompanhados por docentes supervisores de estágio lotados pela Chefia de Departamento e Coordenação de Curso e por supervisores da parte concedente.

A supervisão aos locais nos quais os discentes estejam estagiando será feita em visitas periódicas de acompanhamento e avaliação das atividades efetivamente desempenhadas pelo estagiário.

O acompanhamento do estágio será realizado de acordo com o cadastro atualizado de todos os alunos que estejam realizando Estágios;

O Estágio Supervisionado é de, no mínimo 09 meses. Os discentes estagiários deverão apresentar relatórios semestrais de suas atividades, até o término do estágio, avaliados e assinados pelo responsável técnico do órgão concedente, ao qual o discente esteja vinculado e pelo docente supervisor.

3.6.10 Da coordenação do estágio do curso

A coordenação de estágio faz parte do colegiado de estágio da UEPA, estando vinculada diretamente à Diretoria de Desenvolvimento do Ensino – DDE e à Coordenação do Curso, tendo como atribuições:

- Elaborar e atualizar, sempre que necessário, o “Manual de Orientação de Estágio Obrigatório e Estágio Não-Obrigatório do Curso” e entregar aos alunos no início das atividades;
- Articular junto às Instituições Concedentes de Estágios as providências necessárias a sua operacionalização;
- Orientar os docentes e os discentes na realização dos Estágios do Curso;

- Opinar acerca das solicitações de docentes ligados aos Estágios;
- Realizar reuniões para planejamento, avaliação e reorganização das atividades do Estágio;
- Manter arquivado na Coordenação de Estágio: Termos de Compromisso e cópia de Convênios celebrados entre o estagiário, a entidade concedente do Estágio e a Universidade, bem como o relatório ou artigo final referente ao estágio.
- Propor projetos de pesquisa e de extensão articulados ao estágio, em conjunto com os supervisores de estágio e a coordenação do curso.
- Buscar parceria com as Secretarias de Educação e Conselhos de Educação para a realização de eventos de formação continuada dos educadores na área de Ensino Religioso.
- Articular e coordenar a realização do Encontro de Socialização das Experiências Pedagógicas no Ensino Religioso, em conjunto com os professores responsáveis pela supervisão do estágio.

3.6.11 Do supervisor de estágio

- Planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades planejadas para o Estágio;
- Registrar a frequência dos discentes estagiários;
- Avaliar o desempenho do discente estagiário;
- Cumprir a carga horária diária estabelecida para Estágio Curricular Obrigatório e Estágio Curricular não obrigatório;
- Apresentar sugestões de melhoria do desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório;
- Propor projetos de pesquisa e extensão que possam dinamizar as atividades de estágio.
- Contribuir para a formação continuada dos educadores que atuam na Educação Básica no que se refere ao Ensino Religioso.

3.6.12 Documentação de estágio

Os documentos referentes ao estágio que devem ser anexados ao relatório final do estágio são: Termo de Compromisso do Está, ficha de frequência e registro

das atividades, ofício de encaminhamento ao estágio, ficha de avaliação do Desempenho do Estagiário.

3.6.13 Roteiro de elaboração do relatório de estágio

CAPA

FOLHA DE ROSTO

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

RESUMO (Dizer do que trata o documento e qual o objetivo do mesmo, o local de realização do estágio, o período, as etapas, as principais lições do estágio. Ao final do texto, escrever no máximo 4 palavras-chave que sintetizam as principais questões abordadas no documento.

SUMÁRIO

I Introdução (apresentar uma breve abordagem acerca da importância da relação teoria e prática na formação do educador e a importância do estágio nesse processo. Explicitar as etapas do estágio, detalhando as atividades desenvolvidas em cada uma. Apresentar a estrutura do relatório).

II Estágio de Observação: A realidade escolar e a prática de ensino.

2.1. Aspectos físicos da escola;

2.2. Aspectos Administrativos;

2.3. Aspectos pedagógicos

2.4. Análise do livro didático de Ensino Religioso ou do plano de Ensino Religioso da escola (onde houver).

III- Estágio de Participação (explicitar as atividades que constituíram essa etapa e apresentar uma proposta de projeto didático ou Plano de Ensino).

IV- Estágio de Regência: da Teoria à Prática de Ensino.

4.1- A Docência como desafio.

4.2- Relato das atividades desenvolvidas em cada série.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

3.7 INICIAÇÃO CIENTÍFICA E GRUPOS DE PESQUISA

O CLCR proporcionará aos discentes bolsas de Iniciação Científica de acordo com o estabelecido no Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Pará.

A iniciação científica se insere no Núcleo de Estudos Integradores - NI, favorecendo, assim, o enriquecimento curricular, possibilitando ao discente creditar a carga horária quando comprovar efetiva participação nas atividades promovidas, e de acordo com a avaliação dos professores-orientadores. Assim, aos discentes facultar-se participação em Grupos de Estudos e Pesquisas, vinculados ao Curso, a seguir relacionados:

Quadro 17: Grupos de Estudos e Pesquisas – 2021

| LÍDER | QUALIF. | GRANDE ÁREA | NOME DO GRUPO |
|---|-----------|------------------|--|
| Daniela Cordovil Corrêa dos Santos | Doutorado | Ciências Humanas | Neoesoterismo e Religiões Alternativas |
| Douglas Rodrigues da Conceição | Doutorado | Ciências Humanas | Religião e Cultura |
| Francisco Willams Campos Lima | Doutorado | Ciências Humanas | Estudos e Pesquisas em Ensino Religioso na Amazônia – GEPERA |
| Josias da Costa Júnior | Doutorado | Ciências Humanas | Religião e Mística |
| Manoel Ribeiro de Moraes Júnior | Doutorado | Ciências Humanas | Religiões, Culturas, Ambientes e Etnias na Amazônia |
| Maria Betânia Barbosa Albuquerque | Doutorado | Ciências Humanas | História da Educação na Amazônia |
| Maria Roseli Sousa Santos | Doutorado | Ciências Humanas | Arte, Religião e Memória - ARTEMI |
| Saulo de Tarso Cerqueira Baptista | Doutorado | Ciências Humanas | Movimento, Instituições e Culturas Evangélicas na Amazônia – MICEA |
| Taissa Tavernard de Luca | Doutorado | Ciências Humanas | Grupo de Estudos Religiões de Matriz Africana na Amazônia – GERMAA |

3.8 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

O CLCR realiza várias atividades diversificadas de extensão, mediante a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, voltadas para a vivência de experiências práticas junto à comunidade, contribuindo para o fortalecimento do diálogo e o respeito à diversidade religiosa da sociedade, bem como, a formação continuada dos educadores na Educação Básica. A extensão é o processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula, de forma indissociável, o ensino e a pesquisa para a produção e a disseminação do saber universal, que contribui para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países parceiros e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade., por meios dos seguintes projetos, acerca da interculturalidade religiosa, em parceria entre UEPA, Sistemas de Ensino e escolas de educação básica.

As atividades que compõem a extensão são as seguintes:

a) Painel - Desafios e Perspectivas para o Ensino Religioso: Relatos de Experiências de Professores e Estagiários.

A atividade tem como objetivos específicos promover a reflexão acerca dos desafios postos para o Ensino Religioso no Currículo Escolar, bem como, favorecer a troca de experiências e a valorização de práticas pedagógicas significativas realizadas por professores de Ensino Religioso e estagiários de Ciências da Religião.

A atividade consiste na realização de palestra sobre a identidade do Ensino Religioso na Escola, proferida por um dos professores de estágio do curso, seguida de um painel de relatos de experiências significativas na prática de Ensino Religioso, proferido por professores da disciplina e estagiários de Ciências da Religião. O evento conta com uma carga horária de 8 horas. A Infraestrutura do evento (auditório, equipamentos, lanche, divulgação, etc.) fica a cargo da Secretaria de Educação (Estadual ou Municipal); por sua vez, o CLCR fornece as declarações de participação no evento e o folder, elaborado pelos professores de estágio.

Este projeto vem sendo realizado anualmente, desde 2009, por meio da coordenação de Estágio do Curso, tendo como objetivo contribuir para a formação continuada dos educadores que atuam na educação básica (professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escolas, técnicos das Secretarias de

Educação e dos Conselhos de Educação), contemplando-se os novos paradigmas que norteiam o currículo do Ensino Religioso. As atividades são organizadas e executadas pelos professores do estágio supervisionado, juntamente com os discentes estagiários, em articulação com as Secretarias de Educação/equipe diretiva das escolas dos sistemas de ensino.

Até o ano de 2015 esta atividade de extensão já foi executada em 14 municípios, quais sejam: Belém, Ananindeua, Marituba, Santo Antônio do Tauá, Barcarena, Abaetetuba, Mojú, Acará, Bujarú, Santa Cruz do Arari, Santarém, Mãe do Rio, Ourém e Garrafão do Norte.

b) Palestras nas escolas

Com início em 2015, a atividade tem como objetivo contribuir para a formação continuada dos educadores das escolas onde se realizam o estágio supervisionado, bem como, favorecer uma boa acolhida aos estagiários do CLCR, meio da realização de uma palestra intitulada “A Identidade do Ensino Religioso na Escola” Geralmente ocorre no início do ano letivo, com a participação de professores, coordenadores pedagógicos e direção da escola. Até o ano de 2016 esta atividade já foi realizada em 4 escolas de Belém.

c) Cine vai à escola

O projeto consiste em levar para as escolas filmes relacionados com a temática religiosa, tendo como objetivo promover a reflexão dos alunos da educação básica acerca da diversidade religiosa e suas expressões nas diferentes culturas, incentivando o respeito às diferenças religiosas.

d) Feira Vocacional

Este projeto consiste na divulgação do CLCR aos alunos do ensino médio, durante a feira vocacional da UEPA. Isso se dá por meio de amostras de trabalhos relacionados à diversidade religiosa, realizados pelos alunos do curso, distribuição de folder, esclarecimento de dúvidas sobre o curso, etc. Durante a realização da feira, alguns alunos usam vestimentas características de algumas religiões, como forma de chamar a atenção do público para o curso.

e) Caminhos do Círio

O Projeto proporciona aos alunos do curso a oportunidade de conhecer mais de perto o Círio de Nazaré, que se realiza todos os anos em Belém. Os alunos visitam o Museu do Círio, a Igreja de N. Sra. de Nazaré, colaboram na ajuda humanitária aos romeiros, enfim, fazem uma leitura desse movimento religioso católico com respeito e solidariedade.

f) Interrelação Academia e Instituições Religiosas

Constituído em visitas dos alunos a diferentes espaços religiosos, o projeto tem como objetivos dialogar com as lideranças religiosas e conhecer suas expressões de fé, bem como, conhecer os diferentes espaços sagrados, desenvolvendo uma postura de respeito. O projeto ainda organiza palestras com líderes religiosos na UEPA, onde são esclarecidas as dúvidas quanto às visitas realizadas e ampliados o conhecimento a respeito da Instituição. Essas palestras são abertas e direcionadas a todos os interessados do meio acadêmico.

g) Revista Interfaces Religiosas

Em 2015, por ocasião da celebração dos 15 anos do Curso, foi aprovada no Colegiado e no DEDG a Revista Eletrônica INTERFACES RELIGIOSAS. O nome da revista foi escolhido no decorrer da preparação do evento dos 15 anos, por meio de votação.

A Revista Eletrônica INTERFACES RELIGIOSAS tem como princípio promover a democracia, a justiça, a ética, a paz, a solidariedade, o respeito à diversidade religiosa e, como fins, o desenvolvimento da educação brasileira e a conquista da cidadania. (cf. art. 1º do Regimento Interno).

Seus objetivos são:

- a) Incentivar a produção dos discentes e docentes do CLCR;
- b) Divulgar os projetos e ações acerca das Ciências da Religião, do Ensino Religioso e das pesquisas no campo do fenômeno religioso;
- c) Divulgar eventos relacionados ao CLCR, ao Ensino Religioso e áreas afins;
- e) Divulgar materiais didáticos acerca do Ensino Religioso;

f) Estimular a troca de experiências pedagógicas relacionadas à prática do Ensino Religioso na educação básica, bem como na formação de professores de Ensino Religioso;

g) Possibilitar a reflexão em torno das novas discussões acadêmicas relacionadas às Ciências da Religião, ao Ensino Religioso e áreas afins. (art. 4º, Regimento Interno)

As seções da Revista INTERFACES RELIGIOSAS são: Artigo, Resenha, Resumo, Entrevista, Carta do Leitor, Experiências Didáticas, Mitologia Amazônica, eventos.

g) Rádio Uepa

O projeto da Rádio Uepa está ligado à Pro-Reitoria de Extensão e tem como objetivo ser mais um canal de comunicação e informação das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas na UEPA.

Os acadêmicos são envolvidos na produção de podcast, na construção de script e gravação oral. Os programas versam sobre conteúdos desenvolvidos em sala de aula, bem como, na prestação de serviços através da divulgação de eventos referentes ao Curso ou ao que diz respeito ao fenômeno religioso.

3.9 ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO RELIGIOSO

O CLCR há tempos vinha refletindo sobre a necessidade de dar continuidade à formação dos egressos. Assim, em 2015, aprovou o Projeto de Especialização *latu sensu* em Ensino Religioso, que tem por objetivo qualificar os professores egressos do Curso, professores de Ensino Religioso Escolar, coordenadores pedagógicos, gestores escolares na educação básica, membros de equipe técnica de currículo das Secretarias de Educação e demais profissionais que atuam no âmbito da Educação Básica, desenvolvendo competências necessárias ao ensino e à construção de propostas curriculares na disciplina de Ensino Religioso Escolar.

Tem como objetivos específicos:

- possibilitar subsídios teóricos sobre os fundamentos epistemológicos e pedagógicos do Ensino Religioso, bem como sobre a legislação que orienta o currículo nessa área de conhecimento;

- aprofundar reflexões em torno dos desafios para o Ensino Religioso no contexto das práticas sociais relacionadas ao fenômeno religioso;
- favorecer o aprimoramento da prática pedagógica dos professores de Ensino Religioso Escolar no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. (Projeto Especialização em Ensino Religioso, 2015, p. 6).

Será ofertado nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância, segundo o edital de cada turma. Conforme a modalidade, as aulas poderão ser ministradas aos finais de semana, de acordo com a respectiva carga horária. Caso o público-alvo opte pela oferta do curso no período das férias escolares, a carga horária será intensiva (manhã e tarde). Terá uma carga horária de 420h/a.

3.10 MONITORIA E PIBIC

O Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Pará destina-se a ampliar espaços de aprendizagem e a estimular o interesse pelo magistério superior, aprimorando a qualidade do ensino. O Programa de Monitoria da UEPA é regulamentado pela Resolução N. 2808/15 – CONSUN.

Este dispositivo legal, portanto, reforça a importância do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão como pilar fundamental na formação do futuro profissional e a orientação do professor com sua experiência acadêmica como o elemento primordial no processo de construção e desenvolvimento da formação dos discentes monitores.

A Monitoria da UEPA é desenvolvida sob duas modalidades, sendo uma bolsista e outra voluntária, devendo as duas receber o mesmo tratamento quanto à seleção, acompanhamento, avaliação, deveres e direitos, exceto percepção de bolsas. Haverá uma única seleção contemplando as duas modalidades, onde os monitores aprovados poderão ser admitidos na monitoria voluntária por ordem de classificação, mediante assinatura de termo de compromisso.

O CLCR proporcionará aos discentes bolsas de Monitoria de acordo com o estabelecido no Programa de Monitoria da Pró-Reitoria de Ensino da Universidade do Estado do Pará.

A exemplo da iniciação científica, mencionada anteriormente, a Monitoria também se insere no Núcleo de Estudos Integradores, na perspectiva do

enriquecimento curricular, o que possibilita, igualmente, ao discente fazer uso da carga horária para creditar no núcleo ora mencionado.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, por sua vez, é um programa do CNPq que visa à qualificação de estudantes de graduação para a pesquisa científica. Nesse sentido, enseja a participação de alunos em projetos de pesquisa que apresentem qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada. O programa concede cotas de bolsas de Iniciação Científica a Instituições de Ensino e Pesquisa brasileiras. Cada instituição fica encarregada de administrar sua cota sob a supervisão do CNPq.

Os alunos selecionados devem apresentar bom desempenho acadêmico, com potencial para dar continuidade a seus estudos em nível de pós-graduação. Os bolsistas do PIBIC da UEPA são orientados por pesquisadores do próprio Curso ou da Instituição.

3.11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Partindo da concepção de que todo aluno é capaz de produzir conhecimentos e não apenas tornar-se receptor de saberes já sistematizados, o processo de ensino-aprendizagem será desenvolvido por meio das seguintes *estratégias*: seminários, aulas expositivas dialógicas e de demonstração, palestras, estudo orientado, visitas técnicas, pesquisas.

Ao envolver o discente em atividades dialógicas e de produção do conhecimento, oportuniza-se ao graduando sua inserção no ambiente profissional, como sujeito de sua própria formação. Assim, o alcance dos objetivos propostos para o curso não dependerá somente da instituição e de seu corpo docente, mas, também, da participação efetiva do discente, o que poderá contribuir para a formação integral, profissional, crítica, criativa, participativa, atuante, entre outras qualidades, superando suas limitações de ordem pessoal para enfrentar situações pertinentes à sua profissão.

A *avaliação* do processo ensino-aprendizagem tem por base a Resolução CNE/CP N^o 2, segundo a qual

[...] a avaliação dos licenciandos deve ser organizada como um reforço em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento das competências. § 1^o As avaliações da aprendizagem e das competências devem ser contínuas e previstas como parte indissociável das atividades acadêmicas. § 2^o O

processo avaliativo deve ser diversificado e adequado às etapas e às atividades do curso, distinguindo o desempenho em atividades teóricas, práticas, laboratoriais, de pesquisa e de extensão. § 3º O processo avaliativo pode-se dar sob a forma de monografias, exercícios ou provas dissertativas, apresentação de seminários e trabalhos orais, relatórios, projetos e atividades práticas, entre outros, que demonstrem o aprendizado e estimulem a produção intelectual dos licenciandos, de forma individual ou em equipe. (Art. 23)

Assim, o processo avaliativo deverá, pois, ser realizado individualmente, cada um fazendo sua própria reflexão e, em conjunto, pelo professor e acadêmicos, objetivando identificar os progressos e as dificuldades no ensino-aprendizagem, assim como reorientar as ações educativas. A avaliação deve cumprir sua função de auxiliar o aluno a se autoconhecer, a se autoanalisar e a buscar novos caminhos para o prosseguimento do processo de construção do conhecimento.

Neste sentido, o CLCR poderá utilizar os seguintes instrumentos de avaliação, atendendo às especificidades das disciplinas: provas discursivas e analíticas escritas/orais; trabalho em grupo e/ou individuais; relatórios de visitas técnicas; elaboração de projetos de ensino e de pesquisa; produção própria de conhecimento: artigos, resenhas, etc.; participação em debates e seminários. Serão ainda consideradas, na avaliação, a frequência e pontualidade às aulas.

Outros instrumentos poderão ser incluídos no processo de avaliação decorrentes do entendimento entre professor e aluno, desde que permitam a reflexão sobre o processo de ensino e dos conteúdos previstos no programa das disciplinas do Curso. Acrescentam-se ainda as avaliações decorrentes do Estágio Supervisionado e dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Serão utilizados ainda mecanismos de autoavaliação, onde os alunos poderão avaliar o seu desempenho acadêmico, assumindo a corresponsabilidade em seu processo avaliativo.

De acordo com o Estatuto e Regimento Geral da UEPA (2008), a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória aos alunos regularmente matriculados, e independentemente dos resultados obtidos na avaliação de aprendizagem, será considerado reprovado o aluno com frequência inferior a 75% da carga horária em cada disciplina e/ou atividade ministrada. A pontuação mínima para a aprovação do aluno nas quatro avaliações bimestrais é a média 8,0. O aluno que não alcançar essa média terá direito à quinta avaliação. Esta deverá ser realizada obrigatoriamente por meio de uma prova escrita, que deverá ficar

arquivada na secretaria acadêmica do curso. Será aprovado o aluno que obtiver, na 5ª avaliação, a média aritmética igual ou superior a 6, calculada entre a nota do exame final e a média das notas parciais. Será considerado reprovado o aluno cuja média aritmética das notas parciais seja inferior a 4.

3.12 ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho Conclusão de Curso (TCC) é uma produção escrita, com características técnico-científicas, produzido individualmente pelo discente, que expressa seu aprendizado teórico-prático, dentro de um determinado eixo temático, o qual é orientado por um professor vinculado ao Curso.

O TCC deve refletir o aprendizado sobre uma determinada área de conhecimento, não apenas quanto ao domínio de conceitos teóricos, mas também, e principalmente, expresse a habilidade intelectual do graduando, quando da utilização de referenciais, métodos, técnicas e instrumentos de coleta de dados que sirvam de suporte, de entendimento, de análise e de interpretação dos dados relacionados com o problema previsto no projeto de pesquisa, que antecede ao TCC. A utilização de um suporte teórico conceitual prévio e de uma metodologia adequada à busca de respostas ou soluções para o problema da pesquisa decorrem das três características inerentes ao conhecimento científico: visão sistemática, metódica e crítica ante a realidade.

Na disciplina Projeto de Pesquisa, entre os critérios de avaliação, está a participação do Acadêmico em grupos de pesquisa. A finalidade de sua participação é aproximar-se das diferentes áreas de conhecimento proporcionadas pelo Curso e aprofundar-se nos elementos essenciais para a produção do projeto de pesquisa. No decorrer da construção do Projeto de Pesquisa será definido o orientador.

Na disciplina Seminário de Pesquisa, além das diferentes temáticas trabalhadas nos seminários, o Professor da disciplina dedicará períodos da disciplina para acompanhar os discentes no desenvolvimento do TCC.

Em todo o processo de elaboração do TCC, o professor orientador sensibilizará o discente a respeito da necessidade de produzir textos com originalidade, observando as normas técnicas de produção do trabalho científico,

evitando a apropriação indevida de ideias, sem que os autores constituídos de fonte original sejam citados. A incorrência nesse tipo de prática configura plágio, podendo ainda ser considerada crime, de acordo com os Códigos Civil (art. 1.228) e Penal (art. 184).

3.12.1 Linhas de pesquisa

O tema deverá ser relevante, da preferência do discente, estando relacionado às áreas de conhecimento e às linhas de Pesquisa do Curso.

As Linhas de Pesquisa são as seguintes:

a - Cultura, Religião e Sociedade – Vivemos num mundo globalizado, que manifesta aproximações entre sociedades e culturas diferentes; em contraponto, revela-se criador e mantenedor de barreiras, estigmas, preconceitos e discriminações de toda ordem, com destaque para diversas formas de intolerância religiosa. Neste contexto, a espiritualidade, suas crenças, ritos e instituições, expressa virtudes, mas, também, revela medos e vícios do ser humano na relação com o outro, seu semelhante, seu parceiro de jornada existencial. É com essa perspectiva que se pretende acolher trabalhos acadêmicos para discutir identidade e diversidade, fé e ciência, religião e política, e pesquisas que considerem o fenômeno religioso como um fazer humano coletivo em sociedade.

b - Linguagens da Religião – Acolhe TCC's que discutam as diferentes linguagens em que se estrutura a religião: seus símbolos, mitos e ritualidades. Além disso, discute os limites e possibilidades epistêmicas da própria religião e suas ciências como linguagem e discursos produtores de sentidos e significações. Assim, a perspectiva fenomenológica e hermenêutica é privilegiada em diálogo com a filosofia da linguagem, a estética, a semiótica e as ciências da comunicação. Pesquisas que analisam e interpretam a religião nas mais diferentes linguagens artísticas, tais como a literatura, as artes e culturas visuais, plásticas e cênicas, fílmicas, bem como as diferentes linguagens midiáticas são recepcionadas nessa linha.

c - Educação e Práxis Pedagógica do Ensino Religioso – Analisa as relações entre sociedade-educação-escola-Ensino Religioso, tendo como objeto o fenômeno religioso. Discute a formação investigativa e ética do professor-educador com fundamentação teórico-prática, intercultural e interdisciplinar na área do Ensino Religioso. Enfoca a prática pedagógica escolar como prática social específica. Aborda as relações fundamentais do processo de trabalho dos docentes do Ensino Religioso: sujeito-objeto-construção de conhecimento; teoria-prática; conteúdo-forma; ensino-aprendizagem; professor-aluno; aluno-aluno. Estuda a organização da dinâmica da prática pedagógica: o processo do planejamento. Discute questões relacionadas ao Currículo e Avaliação no Ensino Religioso.

d - Religião na Amazônia – Acolhe pesquisas sobre a diversidade religiosa no contexto amazônico, suas mitologias, práticas rituais, visões de mundo, bem como as relações políticas estabelecidas entre as mesmas, com a sociedade abrangente ou com as estruturas de poder do Estado. Analisa as suas práticas sincréticas e as construções simbólicas realizadas a partir do meio ambiente amazônico.

e - Religião e Inclusão: Pesquisa as relações entre religião, educação e diversidade; aborda a religião e sua proximidade aos direitos humanos e à cidadania; dialoga com a educação ambiental, com a educação especial, com as relações étnicas e raciais, bem como de gênero, de geração e de classes sociais.

3.12.2 Quanto à forma

O Trabalho de Conclusão de Curso, ressalvadas algumas especificidades, deverá ter no mínimo 50 laudas e no máximo 100 laudas, de modo que o discente possa expressar com objetividade e coerência em relação à análise do objeto de pesquisa.

A ABNT em vigor e as normas da UEPA regerão a apresentação final do TCC.

Os trabalhos que obtiverem a nota 10,0 serão incorporados ao acervo da biblioteca, conforme regulamento da UEPA, podendo concorrer ao prêmio de melhor TCC.

É recomendado ainda que os TCCs sejam utilizados como recurso de pesquisa, estudo e consulta pelas diversas disciplinas do Curso.

3.12.3 Formalização da orientação

O acadêmico poderá iniciar a orientação após a confirmação do Coordenador de TCC. Para tanto, o Orientador consultado deverá informar ao Coordenador de TCC a solicitação do Acadêmico e este deverá confirmar a orientação. O Coordenador de TCC deverá observar as solicitações e respeitar a carga horária dos professores, estabelecendo um número máximo de orientações para cada Orientador. A medida visa não sobrecarregar os professores bem como oportunizar a orientação de TCC, dentro das possibilidades, a todos os professores do curso.

A confirmação da orientação deverá dar-se, no prazo máximo, até o final do mês de março.

O aluno poderá trocar de orientador, mediante solicitação formal em formulário próprio, encaminhada ao Coordenador de TCC, devidamente justificada, que será encaminhada ao orientador, para que este emita um parecer acerca do pleito. O prazo máximo para solicitar a troca de Orientador é o prazo limite da qualificação, isto é, final do I Semestre.

O orientador também poderá dispensar o orientando, devendo encaminhar à mesma coordenação uma justificativa formal. Na ausência injustificada do orientando, por mais de 30 dias, o professor ficará isento da responsabilidade pela orientação do TCC, podendo, até mesmo, não permitir que seu nome seja incluído no trabalho. As faltas serão abonadas ou aceitas diante de justificativa plausível e relevante.

A orientação será confirmada a partir do preenchimento da ficha de aceite.

Apenas sendo verificadas questões excepcionais as normas acima poderão ser alteradas. Somente nestes casos, mediante avaliação do Coordenador de TCC,

Orientador e Coordenação de Curso, trabalhos que não se enquadram totalmente nas normas estabelecidas, serão aceitos.

A construção do TCC é de responsabilidade do aluno e do professor, cabendo ao primeiro desenvolvê-lo e, ao segundo, acompanhar e orientar o desenvolvimento do trabalho, corrigindo possíveis distorções. O acompanhamento e orientação ocorrerão em dias previstos no calendário acadêmico.

3.12.4 Bancas de qualificação e defesa

A Banca de Qualificação será constituída pelo Orientador e mais um professor convidado, dando preferência aos professores lotados no Curso. A qualificação dar-se-á na medida do possível até o final do I Semestre. A qualificação exigirá do Acadêmico apresentação do Projeto e primeiro Capítulo, bem como exposição sucinta dos objetivos dos demais capítulos. O acadêmico deverá depositar o texto no protocolo, endereçado à Coordenação do Curso, em três vias, mediante requerimento com a assinatura do orientador 15 dias antes da banca, a fim de possibilitar a leitura de sua produção. O Orientador verificará uma possível suplência caso o professor convidado tenha algum imprevisto.

A Banca de Defesa será constituída pelo Orientador e mais dois professores convidados, tendo obrigatoriamente entre eles um professor do Curso. Sempre que possível, será garantida a presença do professor que integrou a banca do exame de qualificação.

Cabe ao professor orientador a responsabilidade de formalizar o convite para a formação da banca de defesa. Caso o orientador considere pertinente, acatará sugestões dadas pelo orientando.

Tanto na qualificação como na defesa, o acadêmico disporá de até 20 minutos para fazer sua apresentação oral, podendo fazer uso de slides ou outras formas que achar oportunas, desde que esteja em concordância com seu orientador.

O prazo mínimo de entrega do texto impresso para a defesa final do TCC será de 30 dias antes da realização da respectiva banca.

A coordenação do Curso definirá, no início de cada ano letivo, os prazos para depósito e defesa do TCC.

3.12.5 Versão final do TCC

Após a defesa final do TCC, o acadêmico terá um prazo de 30 dias para entrega da versão final do texto. Na versão final, fará as alterações sugeridas pela Banca e aprovadas pelo Orientador. Antes de encaminhar o TCC em sua versão final, o acadêmico encaminhará o texto ao Orientador, que dará o aval para a entrega do mesmo. Essa será feita em duas cópias em meio digital e serão encaminhadas, via protocolo, à Coordenação do Curso, e seguir os padrões definidos pela biblioteca. Junto às cópias, deverá apresentar formulário de autorização de publicação.

Os TCCs, com a devida revisão final, sob a responsabilidade do acadêmico e avaliação de uma comissão constituída pelos professores que integram o colegiado do Curso, poderão ser publicados em página virtual do Curso, dos grupos de pesquisa, podendo vir a ser publicados na forma de e-books.

3.12.6 Coordenador de TCC

O Curso indicará um Professor como Coordenador de TCC, e a ele compete:

- informar à Coordenação do Curso no início do ano letivo o nome dos discentes com os devidos orientadores, como também ajustar possíveis trocas de orientados e orientadores que possam ocorrer no percurso;
- elaborar e divulgar em murais e junto à Coordenadoria do curso o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma das qualificações e defesas;
- convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e discentes matriculados na disciplina a fim de resolver possíveis problemas decorrentes ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- manter atualizado o arquivo com os projetos de monografia em desenvolvimento e o livro de atas das qualificações e defesas;
- organizar as bancas examinadoras de qualificação e defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

3.13 DEPARTAMENTALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

O CLCR deverá articular-se com vários Departamentos, os quais deverão participar efetivamente na operacionalização das atividades programadas, visando a concretização do currículo ora proposto. O quadro seguinte demonstra essa articulação.

Quadro 18: Departamentalização das Disciplinas

| | |
|--|---|
| DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - DPSI | Psicologia da Educação Psicologia e Religiosidade |
| DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - DFCS | Antropologia Cultural Antropologia da Religião Epistemologia das Ciências da Religião Ética, Multiculturalismo e Interculturalidade Filosofia da Educação Filosofia da Religião Hermenêutica e Textos Sagrados I Hermenêutica e Textos Sagrados II História da Educação História das religiões monoteístas I – Antiguidade e Medioevo História das religiões monoteístas II – Era Moderna e Era Contemporânea História das Religiões Orientais História, Cultura e Religiosidade Amazônica Introdução à Filosofia Introdução à História das Religiões e Religiões da Antiguidade Introdução à Sociologia Introdução às Ciências da Religião Metodologia Científica Pluriversidade Religiosa e Decolonialidade na Amazônia Projeto de Pesquisa Religião e linguagem Religiões Contemporâneas Religiões de Matriz Africana e Afro-Brasileiras Religiosidades Ameríndias Seminário de Pesquisa |

| | |
|--|---|
| | Sociologia da Religião |
| DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO GERAL - DEDG | Didática Geral e Especial Didática Aplicada ao Ensino Religioso Diversidade Religiosa e Práticas Educativas em Espaços Não Escolares Educação Infantil, Religiosidade e Práticas Educativas Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II Fundamentos da Educação e Ensino Religioso Tecnologia educacional |
| DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA - DLLT | Libras Produção de Gêneros Acadêmicos |
| DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA - DEES | Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas Gestão Educacional Políticas Públicas e Educação |
| Sem departamento definido | Atividades de Integração Curricular I Atividades de Integração Curricular II TCC |

4 DISCIPLINAS, EMENTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Para alcançar os objetivos aos quais o PPC se propõe, o Curso distribui as disciplinas de maneira que a concatenação entre elas favoreça o desenvolvimento sistemático do conhecimento do fenômeno religioso.

As disciplinas, como abaixo apresentadas, estão distribuídas ao longo de 4 anos, e constam de carga horária, ementa, bibliografia básica e bibliografia complementar.

I ANO DO CURSO

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|----------------------|--------------|---------------|
| HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO | DFCS | 80h |

EMENTA: Introdução à História da Educação. Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e História da Educação no Brasil. Fundamentos da História da Educação e da pedagogia: na antiguidade, na modernidade e na contemporaneidade. O Ensino Religioso na história da Educação Brasileira.

Bibliografia básica

FILHO, Francisco, **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**, Campinas, Alínea, 2001.

FREITAS, **História Social da Educação no Brasil (1926 – 1996)**. Col. Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2009.

HILSDORF, Maria Lúcia S, **História da Educação Brasileira: Leituras**, São Paulo, Pioneira Thomson, 2003.

MANACORDA, Mario A. **Educação da Educação**. 12 Ed. São Paulo: Cortes, 2006.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005

Bibliografia complementar

BAKHTEM, Milhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. São Paulo: Da Universidade de Brasília, 1987.

BOWMAN, Alan K. e WOOLF, Greg. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo: Ática, 1998.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERROT, Michelle (org). **História da Vida Privada: da Revolução a 1ª guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PONCE, Aníbal, **Educação de Luta de Classe**. 18 ed. São Paulo: Ática, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|-------------------------------|--------------|---------------|
| POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO | DEES | 80h |

EMENTA: Análise da legislação educacional em vigo. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais. Discussão das políticas públicas educacionais. Formação de professores. Financiamento da educação. Currículo e inclusão.

Bibliografia básica

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, N.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

SILVA Antonia Almeida e SCAFF Elisângela Alves da Silva. **Ensino Fundamental de Nove Anos Como política de Integração Social**: Análises a Partir de Dois Estados Brasileiros ANPED, Gt-5 outubro, 2009. Captura em WWW.anped.org.br, dia 26 de junho de 2011.

Bibliografia complementar

MARTINS, Paulo de Sena. **O Financiamento da Educação Básica como Política Pública**. Revista Brasileira de política e Administração da Educação. Porto Alegre, V.26, 2010.

SAVIANE, Demerval. **Sistema Nacional de Educação: Conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil**. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em www.anped.org.br dia 26 de junho de 2021

Referências bibliográficas digitais

BANCO MUNDIAL. **Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo: estratégia de assistência ao país, 2004-2007**. Disponível em: http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_folder/92.html. Acesso jan 2021

BRASIL - https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-aco-es-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf.

_____. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)**, Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Disponível In: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.113-2020?OpenDocument

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. **Financiamento da educação pública: o “pano de fundo” da política de fundos no Brasil**. In: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/35.pdf>. Acessado em 13/06/2021.

FNDE - <https://www.fnde.gov.br/programas>

HYPOLITO, Álvaro Luiz M. **Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho**. Cadernos CEDES, Volume: 35, número: 97, Publicado: 2015. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/MBxtWzyDKPwx8N3LL9f74pM/?lang=pt&format=pdf>

OLIVEIRA, João Ferreira de (org.). Políticas e práticas de formação dos docentes, dirigentes escolares, Planejamento, financiamento e avaliação da educação - Série Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. [Livro Eletrônico]. - Recife: ANPAE, 2018. Disponível in: <https://www.anpae.org.br/IBERO2018/publicacao/Volume2.pdf>

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|------------------------|--------------|---------------|
| METODOLOGIA CIENTÍFICA | DFCS | 80h |

Ementa: A ciência e sua historicidade; abordagens metodológicas e os diferentes paradigmas científicos; ética e ciência; ciência, sociedade e política; o processo de construção da pesquisa científica; organização, fundamentação e normalização de trabalhos acadêmicos no âmbito da ABNT/UEPA; uso de softwares para organização de dados de estudos e pesquisas.

Bibliografia inicial

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALVES, Rubem. **Filosofia das ciências: introdução ao jogo e suas regras**. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2017

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019

_____. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo, EDUC, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa, et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**./Maria Cecília de Souza Minayo. 14 ed. revista e aprimorada – São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. 11 ed. Porto: Edições, 2015.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

| | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| Disciplina INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO | Departamento DFCS | Carga Horária 80h |
|--|------------------------------------|------------------------------------|

EMENTA: As Ciências da Religião e os seus fundamentos no panorama das ciências modernas, em perspectiva histórica. As Ciências da Religião no Brasil e o seu estatuto científico na atualidade.

Bibliografia básica:

MÜLLER, Friedrich Max. **Introdução à Ciência da Religião**. Belo Horizonte: Senso, 2020.

RIES, Julien. **A ciência das religiões: história, historiografia, problemas e método**. Petrópolis: Vozes, 2019.

Bibliografia complementar:

ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1988.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: A essência da religião**. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

GIOVANNI, Filoramo; PRANDI, Carlo. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é Ciência da Religião?** São Paulo: Paulinas, 2005.

OTTO, Rudolf. **O Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 2005.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Sobre a religião**. São Paulo: Novo Século, 2000.

TEIXEIRA, F. (org.). **A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil**. São Paulo: Paulinas. 2001.

USARSKI, Frank. **Constituintes da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2009.

| | | |
|---|------------------------------------|------------------------------------|
| Disciplina ANTROPOLOGIA CULTURAL | Departamento DFCS | Carga Horária 80h |
|---|------------------------------------|------------------------------------|

EMENTA: Introdução à história da antropologia. Conceitos de cultura e etnocentrismo. Métodos e técnicas de pesquisa antropológica – o trabalho de campo. Relativismo cultural. Principais correntes teóricas da antropologia. A perspectiva antropológica e alguns trabalhos em Antropologia Cultural. Antropologia na Amazônia.

Bibliografia básica

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MORGAN, Lewis. **A sociedade antiga**. In: C. Castro (org.) Evolucionismo cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso Sobre A Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

Bibliografia complementar

ARANTES, Antônio A. **O que é Cultura Popular**. Coleção Primeiros Passos. Vol. 36. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1983

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In LÉVI-STRAUSS, Claude **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976

MAGNANI, José Guilherme. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia nas Cidades. In: **Na Metrópole: Estudos de Antropologia Urbana**. São Paulo: Fapesp, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1976.

MORGAN, Lewis Henry. **A Sociedade Primitiva**. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1980.

ROCHA, Everardo P. G. **O que é Etnocentrismo**. Col. Primeiros Passos, n. 124. São Paulo: Brasiliense, 1984.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--|--------------|---------------|
| FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E ENSINO RELIGIOSO | DEDG | 80h |

EMENTA: Sociedade, Educação e humanização. Desafios da Educação para o Século XXI. Religiosidade e fenômeno religioso. Fundamentos do Ensino Religioso como componente curricular. Crise dos paradigmas e o perfil do professor de Ensino Religioso na contemporaneidade.

Bibliografia básica

- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da Educação**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- CORTELLA, MS. **A escola e o Conhecimento: Fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- CERCCHETTI, Elcio e POZZER, Adecir (Orgs). **Educação e Diversidade Cultural: Tensões, desafios e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, 2014.
- OLIVEIRA, Lílian Blank de; JUNQUEIRA, Sérgio; ALVES, Luis Alberto Souza, KEIM, Ernesto Jacob. **Ensino Religioso no Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia complementar

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989
- AQUINO, Thiago Avellar de. **Sentido da Vida e Valores no Contexto da Educação: Uma proposta de intervenção à luz do pensamento de Viktor Frankl**. São Paulo: Paulinas, 2015
- CORTELLA, MS. **A escola e o Conhecimento: Fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- FAVERO, Altair A.; DALBOSCO, Claudio Almir; MUHL, Eldon H. (org.). **Filosofia, educação e sociedade**. Passo Fundo: UPF, 2003.
- FONAPER. **Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.
- GUSMÃO, Neusa M. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- PASSOS, João Décio. **Ensino Religioso: Construção de uma Proposta**. Coleção Temas do Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas, 2007.
- VIESSER, L. **Um paradigma didático para o Ensino religioso**. Petrópolis: Vozes, 1994.

| | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| Disciplina PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS | Departamento DLLT | Carga Horária 80h |
|--|------------------------------------|------------------------------------|

EMENTA: Compreensão, produção, leitura e revisão/reescrita de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia acadêmico-gêneros orais e escritos. Aplicação das Normas da ABNT.

Bibliografia básica

CONDURU, Marise e MOREIRA, Maria da Conceição. **Produção científica na universidade**. Belém: EDUEPA.

MACHADO, Anna Rachel (coord). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Bibliografia Complementar

MACHADO, Anna Rache. **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOTTA-ROTH, Désirée e HENDGES, Graciela. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial.

SILVA, José Maria da e SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos científicos: normas e técnicas**. 8 ed. São Paulo: Vozes, 2013.

THEREZO, Graciema Pires. **Redação e leitura para universitários**. Campinas: Alínea, 2008.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|-------------------------|--------------|---------------|
| INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA | DFCS | 80h |

EMENTA: O pensamento social na História. A formação das Ciências Sociais. A Sociologia como Ciência. As principais abordagens sociológicas e suas categorias. Modelos sócio-políticos. A sociologia na sociedade atual.

Bibliografia básica

BICUDO, Vêras, MAURA Pardini. **Introdução à Sociologia: Marx, Durkheim e Weber: Referências fundamentais**. Coleção introduções. São Paulo: Paulus, 2014

DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LAZARESCHI, Noêmia. **Sociologia Geral**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito** [orig. al. 1903]. Trad. L. Waizbort. Mana, v. 11, n. 2, 2005.

Bibliografia complementar

DEMARTIS, Lúcia. **Compêndio de Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004,
 JAVEAU, Claude. **Lições de Sociologia**. Oeiras: Celta, 1998,
 NORBERT, Elias. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 2008.
 RIUTORT, Philippe. **Primeiras Lições de Sociologia**. Lisboa: Gradiva, 1999.
 TURNER, Jonathan. **Sociologia: conceitos e aplicações**. São Paulo: Makron Books, 1999.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|------------------------|--------------|---------------|
| INTRODUÇÃO À FILOSOFIA | DFCS | 80h |

EMENTA: O pensar filosófico e a formulação de conceitos; Construção e desconstrução do conceito de Razão; A felicidade como situação filosófica; As grandes áreas de investigação filosófica; A epistemologia de Johannes Hessen, o dogmatismo, o empirismo, o idealismo, Kant e seu pensamento epistemológico; A ética de Platão a Nietzsche a perspectiva dos valores e sua relação com as tradições religiosas; A estética e as religiões.

Bibliografia básica

ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2009.
 BUZZI, A. R. **Introdução ao pensar**. Petrópolis: Vozes, 2004.
 CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
 GAARDNER, J. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
 JASPERS, K. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Cultrix
 MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. – 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
 REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2009.
 SCRUTON, Roger. **Uma Breve História da Filosofia Moderna: De Descartes a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

Bibliografia complementar

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
 ANDREETA, José Pedro. **Quem se atreve a ter certeza? A realidade quântica e a filosofia**. São Paulo: Mercuryo, 2004.

ARISTÓTELES. **Física I e II**. Prefácio, tradução, introdução e comentários de Lucas Angioni. Campinas: Unicamp, 2009.

AUBENQUE, Pierre. **Aristóteles, Dicionário dos Filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BROCKELMAN, Paul. **Cosmologia e criação: a importância espiritual da cosmologia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2001.

CASTRO, Suzana de. **Três formulações do objeto da Metafísica de Aristóteles**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

CHERMAN, Alexandre. **Cosmo-o-quê?: uma introdução à cosmologia**. Rio de Janeiro: Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Alexandre. Heráclito: **Fragmentos contextualizados**. Tradução, apresentação e comentários por Alexandre Costa. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L& PM Pocket, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Ditos e escritos II**. Manuel Barros da Motta (Org.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

| | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| Disciplina INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIÕES DA ANTIGUIDADE | Departamento DFCS | Carga Horária 80h |
|--|------------------------------------|------------------------------------|

EMENTA: Teoria da História. História e oralidade. História e religião. História da História das religiões. A questão das fontes. A origem das religiões e os fatores sociais, históricos, geográficos, políticos e culturais. Religiões da Antiguidade.

Bibliografia básica

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas**. Vol I, II, III Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FUNARIO, Pedro Paulo (org.). **As religiões que o mundo esqueceu**. São Paulo: Contexto, 2012

HUME, David. **História natural da Religião**. São Paulo: Unesp. 2005

LIMA, Lana Lage da Gama et al. **História e religião**. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ: Faperj, Mauad, 2002.

TERRIN, Aldo Natale. **Introdução ao estudo comparado das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2003.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. **Historiografia e religião**. In: Revista eletrônica Nures. Nº. 05, Janeiro/abril, 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em 06/04/2007.

ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989

ARMSTRONG, Karen. **Uma História de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BLOCH, March. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOWKER, John. **Para entender as religiões**. São Paulo: Ática, s/d.

BRUNNER-TAUT, Emma. **Os fundadores das grandes religiões**. Petrópolis, Vozes, 2000.

BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História - novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

MALERBA, Lurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2000

PIAZZA, Waldomiro. **Religiões da Humanidade**. São Paulo: Loyola, 1989.

VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da história: ensaios e de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

II ANO DO CURSO

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|----------------------------------|--------------|---------------|
| HERMENÊUTICA E TEXTOS SAGRADOS I | DFCS | 120h |

EMENTA: Estudo dos problemas e métodos relacionados à interpretação e à crítica de textos. A teoria hermenêutica vista desde o século XIX: de exegese à hermenêutica geral. Abordagem da experiência religiosa presente nos textos sagrados visando a compreensão dos significados dentro da especificidade requerida pelo sagrado

Bibliografia básica

CROATTO, José Severiano. **As linguagens da experiência religiosa**. Uma introdução à fenomenologia da religião. São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. **O problema da consciência histórica**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. **Linguagens da religião: desafios, métodos e conceitos centrais**. São Paulo: Paulinas, 2012.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Hermenêutica**. Arte e técnica da interpretação. 6. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia complementar

CAMINHANDO: Revista da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, v. 6, n. 8, jul. 2001. São Bernardo do Campo: Umesp, 1982.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das idéias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia: (hermenêutica da faticidade)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARASCHIN, Jaci. **Teologia sob limite**. São Paulo: ASTE, 1992.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

TEIXEIRA, Faustino. **No limiar do mistério: mística e religião**. São Paulo: Paulinas, 2004.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|----------------------------------|--------------|---------------|
| HISTÓRIA DAS RELIGIÕES ORIENTAIS | DFCS | 80h |

EMENTA: Grandes sistemas religiosos da Ásia Oriental e Índia: Origem, desenvolvimento e expansão. Hinduísmo, Budismo, Jainismo, Confucionismo, Taoísmo, Xintoísmo e suas derivantes Hare Krishna, Seicho-no-ie, Igreja Messiânica Mundial, BSGI, entre outras.

Bibliografia básica

ELIADE, Mircea. **História das ideias e das crenças religiosas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

POCESKI, Mario. **Introdução às religiões chinesas**. São Paulo: Unesp, 2012

SMITH, Huston. **As religiões do mundo: nossas grandes tradições de sabedoria**. São Paulo: Cultrix, 1997

RAVERI, Massimo. **Índia e extremo Oriente: via da libertação e da imortalidade**. São Paulo: Hedra, 2005

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. De Bolso, 2013.

Bibliografia complementar

CHATTERJI, Jagadish Chandra. **A sabedoria dos vedas**. São Paulo: Pensamento, 1993.

CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações O Oriente e a Grécia Antiga**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

FISHER, Louis. **Gandhi**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987

KÜNG, Hans. **Religiões do mundo: em busca de pontos comuns**. Campinas: Verus, 2004

MAÇANEIRO, Marcial. **O labirinto sagrado: ensaios sobre religião, psique e cultura**. São Paulo: Paulus, 2011

PERCHERON, Maurice. **Buda e o budismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1994

PIAZZA, Waldomiro. **Religiões da Humanidade**. São Paulo: Loyola, 1998.

RAMALHO. **O que é Budismo**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1978

ROCHEDIEU, Edmond. **Xintoísmo**. Lisboa/S. Paulo: Verbo, 1982.

SCHWANFELDER, Werner. **Confúcio: a milenar arte chinesa da gestão**. São Paulo: Vozes, 2008

ZIMMER, Heinrich. **Filosofias da Índia**. São Paulo: Palas Athena, 1986.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---------------------------|--------------|---------------|
| DIDÁTICA GERAL E ESPECIAL | DEDG | 80h |

EMENTA: Didática na formação do educador nas perspectivas acadêmicas, técnicas, práticas e de reconstrução social. O Currículo e a didática vivida no cotidiano escolar. Os componentes didáticos da prática docente: Escola e sociedade: ensino e aprendizagem; ensino e pesquisa; conteúdo e forma; professor e aluno. Planejamento de ensino: conceito e características, no contexto educacional. O Plano de Ensino como ferramenta norteadora da práxis docente: planos e projetos; competências e habilidades; objetivos de ensino e de aprendizagem; objetos de conhecimento; metodologias de ensino; processo de Avaliação da aprendizagem.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Celso. **Professores e Professores - reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias Ativas Para Uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico prática**. Porto Alegre: Penso, 2017.

CANAU, Vera Maria et al (orgs). **Didática e fazeres- saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas**. Petrópolis: Vozes, 2020.

_____. **Rumo a uma Nova Didática**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Formação continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo**. [S.l: s.n.], 2017.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. **Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa**. [S.l: s.n.], 2015.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. São Paulo: Cortez, 1994.

ENRICONE, Délcia (org.). **Ser professor**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FAZENDA, Ivani. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 2015.

FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas**. São Paulo: UNESP, 2009.

FREIRE, Paulo e FAUNDEZ, Antônio. **Por Uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1985.

FREITAS, L.C. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 11 Ed. Campinas: Papyrus, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 9 ed. Campinas: Papyrus, 1995.

GODOY, Anterita Cristina de S. **Fundamentos do trabalho pedagógico**. Campinas: Alínea, 2009.

HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2006.

HOFFMAN, J. **Avaliação: mito e desafio.** Porto Alegre: Educação e Trabalho, 1992.

_____. **Avaliação Mediadora.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois.** Porto Alegre: Mediação, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **A formação de professores no curso de Pedagogia e o lugar destinado ao conteúdo do Ensino Fundamental: que falta faz o conhecimento do conteúdo a ser ensinado às crianças?** São Paulo: Cortez [sa]

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINEZ, Albertina. Criatividade no Trabalho Pedagógico e Criatividade na Aprendizagem - Uma relação necessária? In: TACCA, Maria Carmen V. R. (Org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico.** 3 ed. Campinas: Alínea, 2014.

SILVESTRE, Magali Aparecida; PINTO, Umberto de Andrade (orgs.). **Curso de Pedagogia: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais.** São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia complementar

EDUCAÇÃO E PESQUISA. **Educação em Revista.** Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista>>

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. Paradigma e Trabalho Pedagógico. In: TACCA, Maria Carmen V. R. (Org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico.** 3 ed. Campinas: Alínea, 2014.

REVISTA BASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVESTRE, Magali Aparecida; PINTO, Umberto de Andrade (org.). **Curso de Pedagogia: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais.** São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Marcio Vieira; GIGLIO, Kamil. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária.** São Paulo: Blucher, 2015.

TACCA, Maria Carmen V. R. (Org.). 3 ed. **Aprendizagem e trabalho pedagógico.** Campinas: Alínea, 2014.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: Novos paradigmas na educação.** São Paulo: Integrare, 2006.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). **Didática: o ensino e suas relações.** Campinas: Papirus, 2012.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1995

WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros; VALLE NETO, Jaspe; NASCIMENTO, Aldenize Pinto de Melo do. **Didática no século XXI** - volume I. EVEN3 PUBLICAÇÕES. Manaus, Amazonas, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.even3.com.br/book/didatica-no-seculo-xxi--volume-i-187195>

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--------------------|--------------|---------------|
| GESTÃO EDUCACIONAL | DEES | 80h |

EMENTA: Processo educacional no contexto histórico social; Os principais paradigmas da gestão educacional; O sistema de organização e gestão da escola. As funções da gestão educacional: Pedagógica, política, financeira, administrativa, pessoal e relacional; A estrutura e funcionamento da gestão educacional; Gestão democrática da escola pública: concepções e implicações legais e operacionais; Projeto Pedagógico e o Papel da comunidade escolar.

Bibliografia básica

ALVES, José Matias. **Organização, gestão e projeto educativo**. Lisboa: ASAM, 1995.

ANDRADE, Dalila & ROSAR, Maria de Fátima. **Política e Gestão da Educação**. São Paulo: Autêntica, 2000.

BASTOS, João Batista (Org.) **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar UNB**. Centro de Educação à Distância. MEC- Brasil. 2006.

COSTA, Vera Lúcia C. **Descentralização da Educação: novas formas de coordenação e financiamento**. São Paulo: CORTEZ, 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação**. São Paulo: CORTEZ, 1998

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**. Campinas: PAPIRUS, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: ALTERNATIVA, 2001.

_____; OLIVEIRA, João Ferreira de & TOSHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: CORTEZ, 2003.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a governança democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜCK, Heloisa. (Org.). **Gestão escolar e formação de gestores**. Em Aberto, v. 17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

_____ et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

_____. **Liderança em gestão escolar**. Série cadernos de Gestão. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da Escola Pública**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2004.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|-----------------------|--------------|---------------|
| FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO | DFCS | 80h |

EMENTA: Filosofia e Educação. Filosofia da Educação: conceito, especificidade e objetivos na educação. Principais correntes filosóficas que fundamentam a educação. Concepções fundamentais da filosofia da educação na sociedade brasileira, educação e valores. Paradigmas de racionalidade científica e a pesquisa em educação; as ciências da educação e o saber filosófico; a pesquisa em filosofia da educação.

Bibliografia básica

ALVES, Rubens. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo; Loyola, 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo. Moderna, 2006.

LIPMAN, M. **Filosofia na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

MANACORDA, M. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.

MENDES, D. T. **Filosofia da educação brasileira: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 1998.

NIETZSCHE, F. **Schopenhauer como educador**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

Bibliografia complementar

ALVES, Rubens. **Conversa com quem gosta de ensinar**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ANDERY, Maria Amália (Org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

APPLE, Michael (Org.). **Conhecimento oficial: A educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1986.

ATHAYDE, Belchior Maia de. **Fundamentação filosófica da educação**. São Paulo, Pioneira, 1975.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAIRON, Sérgio. **Interdisciplinaridade: educação, história da cultura e hipermídia**. São Paulo: Futura, 2002.

BAKUNIN, Kropotkin, Mella, Robin Faure Pelloutieus. **Educação libertária**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1980

CANDIDO, Celso & CARBONARA, Vanderley (Org.). **Filosofia e ensino: um diálogo transdisciplinar**. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|------------------------|--------------|---------------|
| SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO | DFCS | 80h |

EMENTA: Religião e sociedade: o lugar da religião na sociedade, diferentes concepções. Estudos de Religião na formação da Sociologia. Sociologia da Religião como disciplina científica: objeto e método. Os clássicos da Sociologia da Religião. A Sociologia da Religião no pensamento contemporâneo.

Bibliografia básica

BINGEMER, Maria C. L. (Org). **O impacto da modernidade sobre a religião**. São Paulo. São Paulo: Loyola, 1992.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e religião, abordagens clássicas**. Aparecida: Idéias e Letras, 2009.

MARTELLI, Stefano (Org). **A Religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995

TERRIN, Aldo N. **Nova Era: A religiosidade do pós-moderno**. São Paulo: Loyola, 1996.

Bibliografia complementar

HOUTART, François. **Sociologia da Religião**. São Paulo: Ática, 1994.

ORO, Ari Pedro & STEW, Carlos Alberto (Orgs). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da religião, enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

_____. **“As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”, “A psicologia social das religiões mundiais”**, in: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

| | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| Disciplina DIVERSIDADE RELIGIOSA E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES | Departamento DEDG | Carga Horária 80h |
|--|------------------------------------|------------------------------------|

EMENTA: Intolerância religiosa e direitos humanos. Interculturalidade e cidadania. Desafio da diversidade religiosa no contexto do Estado laico. Políticas públicas para a diversidade religiosa. Práticas educativas no contexto da diversidade religiosa em espaços não escolares. Projetos educativos na perspectiva da interculturalidade religiosa.

Bibliografia básica

ARAUJO, Cristiane Ribeiro de Mello. Arquitetura e Mudança Social. In: **Religare: Identidade, Sociedade e Espiritualidade**. [orgs. Gloecir Bianco e Marcos Nicoline], São Paulo: All Print, 2005.

BURITY, Joanildo. **Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Assangana, 2006.

MAFRA, Clara. **Na Posse da Palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, 2006.

POZZER, Adecir; PALHETA, Francisco; PIOVEZANA, Leonel e HOLMES, Maria José Torres (Orgs). **Ensino Religioso na Educação Básica: Fundamentos Epistemológicos e Curriculares**. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015.

Bibliografia complementar

BIRMAN, Patrícia (org.). **Religião e Espaço Público**. São Paulo: Attar, 2003.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovô nagô e papai branco - usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOREA, R.A. (org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

ORO, Ari Pedro. J. P. Dozon (orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus - os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **O sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras: análise de uma polêmica recente no Rio Grande do Sul**. Religião e Sociedade, 2005.

SILVA, V. G. (org.). **Intolerância religiosa - impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da Metrópole**. Petrópolis: Vozes, 1995.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--|--------------|---------------|
| EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO | DFCS | 80h |

EMENTA: A epistemologia das Ciências da Religião. A constituição da religião como objeto das Ciências da Religião. Desafios epistemológicos das Ciências da Religião no Brasil.

Bibliografia básica:

PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (Org.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

SENRA, Flávio (Org.). **A epistemologia das Ciências da Religião: pressupostos, questões e desafios**. Curitiba: CRV, 2020.

Bibliografia complementar:

FERRY, L.; GAUCHET, M. **Depois da religião**. Rio de Janeiro, 2008.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2000.

TEIXEIRA, F. (org.). **A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|------------------------|--------------|---------------|
| PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO | DPSI | 80h |

EMENTA: A Psicologia como ciência: origem, evolução, constituição. As principais escolas psicológicas. Psicologia aplicada à educação. Psicologia do desenvolvimento: concepções, correntes teóricas e suas implicações na escola. A psicologia da aprendizagem: teorias e aplicabilidade e educação.

Bibliografia básica

- BOCK, Ana; Furtado, Odair; Teixeira, Maria de Lourdes. **Psicologias: Uma introdução aos estudos da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARRARA, Kester. **Introdução à Psicologia da Educação**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- FREITAS, Maria Tereza de A. Vygotsky e Bakhtin. **Psicologia e Educação: Um intertexto**. São Paulo: Ática, 2009
- PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, Universitária, 2009.
- ROGERS, Carl; BUBER, Martin. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bibliografia complementar

- FONTANA, Roseli & Cruz, Maria de Nazaré – **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 2009.
- FREUD, Sigmund. **O Ego e o Id e outros trabalhos**. Volume XIX (1923 – 1925). Rio de Janeiro: Cia da Letras, 2010.
- JORGE, M. A. Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise: De Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LIPP, Marilda. **O Stress do Professor**. Campinas: Papyrus, 2002.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---|--------------|---------------|
| RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRAS | DFCS | 120h |

EMENTA: Religião na África pré-colonial. Introdução do cristianismo na África. O Atlântico Negro: tráfico de escravos e penetração de matrizes religiosas africanas no Novo Mundo. Religiões de Matriz Africana nas Américas: Santeira, Vodun. Religiões de Matriz Africana no Brasil: Candomblé, Umbanda, Xangô, Catimbó. Religiões de Matriz Africana na Amazônia: Tambor de Mina, pajelança, encantaria.

Bibliografia básica

- BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A Cidade dos Encantados. Pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950**. Belém: EDUFPA, 2009.
- LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- ORTIZ, Renato. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**. Umbanda e Sociedade Brasileira. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- VERGOLINO - HENRY, Anaíza. **Religiões africanas no Pará: uma tentativa de reconstrução histórica**. Amazônia, IPAR, ano 2(2), jul. 2000

Bibliografia complementar

- BIRMAN, Patrícia. **Fazer Estilo Criando Gêneros**. Possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1995.
- MAGGIE, Yvonne. **Medo de Feitiço. Relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- ORO, Ari Pedro. **O sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras: análise de uma polêmica recente no Rio Grande do Sul**. Religião e Sociedade, 2005.
- VERGOLINO, Anaíza. **O Tambor das Flores. Uma análise da Federação Espírita e Umbandista do Estado do Pará (FEUCABEP)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, Campinas, 1976.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--|--------------|---------------|
| PLURIVERSIDADE RELIGIOSA E DECOLONIALIDADE NA AMAZÔNIA | DFCS | 80h |

EMENTA: Esta disciplina visa estudar a história das religiões na Amazônia com ênfase dada ao impacto da religião cristã trazida pelos colonizadores, propondo a problematização crítica da modernidade enquanto construção histórica nascida da violência do projetor colonizador; pensamento decolonial e religiões contra-hegemônicas, em um diálogo acerca da colonialidade cosmogônica e suas superações.

Bibliografia básica

- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo**: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. Tabula Rasa, Bogotá, n. 01, p. 51-86, enero/diciembre de 2003.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, A; BARROS, D; BARSALINI, G. **Religião e decolonialidade**. Reflexão, Campinas, 45: e205012, 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. **Pedagogia da Ayahuasca: por uma decolonização epistêmica do saber**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 26, n. 85, jul. 2018.

BARROS, Daniela; PEQUENO, Saulo; PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. **Educação pela tradição oral de matriz africana no Brasil**: ancestralidade, resistência e constituição humana. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 26, n. 85, jul. 2018.

MOTA NETO, João Colares da. **Educação intercultural em religião de matriz africana na Amazônia: contribuições para uma Pedagogia Decolonial**. Horizontes, v. 34, n. 1, p. 101-112, jan./jul. 2016.

NOGUEIRA, T; ALBUQUERQUE, M. **Educação na Pajelança: saberes ancestrais e pedagogia decolonial na Amazônia**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, V17, n48, 2020.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educação em Revista, v. 26, n. 1, abr 2010. p. 15-40.

III ANO DO CURSO

| | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| Disciplina HISTÓRIA DAS RELIGIÕES MONOTEÍSTAS (I) - ANTIGUIDADE E MEDIEVO | Departamento DFCS | Carga Horária 80h |
|--|------------------------------------|------------------------------------|

EMENTA: O processo de elaboração e construção da historiografia religiosa. Uma perspectiva crítica da história do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, com destaque para a contribuição dessas tradições em uma concepção monoteísta da divindade. O recorte temporal da disciplina será desde a Antiguidade até o final da Era Medieval. Os temas abordados abrangem as origens, momentos fundantes, expansão, presença e influência dessas tradições religiosas na cultura e história da humanidade.

Bibliografia básica

- ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus:** quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- BRENNER, Michael. **Breve história dos judeus.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- DREHER, Martin N. **História do povo de Jesus:** uma leitura latino-americana. 2 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2017.
- GONZÁLEZ, Justo L. **História ilustrada do cristianismo.** (2 vol) 2 ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- JOMIER, Jaques. **Islamismo:** história e doutrina. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Bibliografia complementar

- ARMSTRONG, Karen. **Maomé: uma biografia do profeta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ASSAIED, A.; FADLULLAH, M.H. **Islã, religião e diálogo.** São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2007.
- HOORNAERT, Eduardo. **Origens do cristianismo.** São Paulo: Paulus, 2016.
- PIRENNE, Henri. **Mahoma y Carlomagno.** Madrid: Alianza Editorial, 2019.

SCHAMA, Simon. **A história dos judeus: à procura das palavras**: 1.000 a.C – 1.492 d.C. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

| | | |
|---|------------------------------------|-------------------------------------|
| Disciplina HERMENÊUTICA E TEXTOS SAGRADOS II | Departamento DFCS | Carga Horária 120h |
|---|------------------------------------|-------------------------------------|

EMENTA: A partir de uma fenomenologia compreensiva do Sagrado, estudo interpretativo de textos da tradição escrita de diferentes tradições religiosas. O enfoque é na formação histórica, social e literária dos textos sagrados, bem como na recepção das representações do sagrado efetuadas por diversas comunidades de leitores e leitoras na atualidade.

Bibliografia básica

ARENS, Eduardo. **A Bíblia sem Mitos**. Uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes: 1992.

FERREIRA, Rodrigo G. Deus como personagem: indícios da (des)preocupação com aspectos literários em traduções do texto sagrado Bhagavad Gita. In: **Scientia Traductionis**. Florianópolis: UFSC, 2006.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. **Linguagens da religião**: desafios, métodos e conceitos centrais. São Paulo: Paulinas, 2012.

SANT`ANNA, Elcio. **Literatura e Religião Bíblica**. Um acesso a partir das Ciências da Religião. São Paulo: Reflexão, 2010.

Bibliografia complementar

ARKOUN, Mohamed. **El Pensamiento Árabe**. Barcelona: Paidós, 1992.

ASSMANN, Jan. **Religión y memoria cultural**. Buenos Aires: Lilmod, 2008.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas**. Vol I: Da Idade da Pedra aos Mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **História das crenças e das ideias religiosas**. Vol II: De Gautama Buda ao triunfo do Cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **História das crenças e das ideias religiosas**. Vol III: De Maomé à Idade das Reformas. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GONÇALVES, Ricardo M. A “Oficina de Tradução Kumarajiva” do Instituto Budista de Estudos Missionários (Missão Sul-Americana de Budismo Shin, Ramo Otani). In: **Saberes em Ação**. São Paulo: Faculdade Messiânica [s.d].

GOTTWALD, Norman K. **Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica**. São Paulo: Rio de Janeiro, 1988.

GUIMARÃES, José R. **A polifonia contemplada como construtora de interminável saber por meio do ato tradutório na tradução comentada e anotada do Sri Ramanuja Gita Bhasya**. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: UFSC, 2009.

PORATH, Renatus. A história da recepção da Bíblia Hebraica no Corão: possibilidade do diálogo interreligioso a partir das fontes. In: **Estudos de Religião**. São Paulo: Universidade Metodista, v. 22, n. 35, 2008.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---|--------------|---------------|
| HISTÓRIA, CULTURA E RELIGIOSIDADE AMAZÔNICA | DFCS | 80h |

EMENTA: História da Amazônia. Manifestações religiosas na interface entre religião e cultura popular. Religião em rituais, mitos, simbolismo, cura e identidades amazônicas. Pajelança cabocla, as irmandades religiosas e o catolicismo popular. Religiões enteógenas amazônicas: Santo Daime, União do Vegetal e Barquinha. Religiões neopagãs. Gêneros religiosos em trânsito: pajelanças cabocla, afro-amazônica, caribenha e as múltiplas formas de saberes populares.

Bibliografia básica

ALVES, Isidoro. “A Festa, o Ritual” e “O Círio”. In: **O Carnaval Devoto**. São Paulo: Vozes, 1980.

CANEVACCI, Massimo. “Conceito de Sincretismo”, In: **Sincretismo: Uma Exploração das Híbridões Culturais**. São Paulo: Prêmio Nobel, 1995.

COSTA, Éden Moraes da. “De Médico a Santo Popular: A Devoção ao Dr. Camilo Salgado em Belém do Pará” In: **Revista de Estudos Amazônicos**. Belém, UFPA, 2010. V. 5, Nº2.

DA MATTA, Roberto. “A Morte nas Sociedades Relacionais: Reflexões a Partir do Caso Brasileiro” **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

FAGUNDES, Antônio. **Santas Prostitutas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

Bibliografia complementar

FERNANDES, Ruben César. “Polônia a Pé”, “O Peso da Cruz” e “Romarias da Paixão” **Romarias da Paixão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. “Romarias e a Distância entre o Sagrado e Profano”. In: **Os Cavaleiros do Bom Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERRETTI, Sérgio F. “Usos e Sentidos do Conceito de Sincretismo Religioso”. In: **Repensando o Sincretismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo; São Luís: FAPEMA, 1995.

FERRETTI, Mundicarmo. **Mineiro-Curador e Curador-Mineiro: Integração de Tradições Culturais Diversas em Terreiros de Religiões Afro-Brasileiras no Maranhão**. In: <http://www.unicap.br/revistas/teologia/arquivo>, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Os reis de Mina: a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos no Pará do século XVII ao XIX”. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v.9, n.1, 1994.

LUCA, Taissa Tavernard de. “Uma Mina de Diferentes Vertentes”, “A Nobreza Portuguesa Montou corte na Encantaria”, “As Dinastias Estrangeiras: Uma Ameaça Eminente à Soberania Nacional Portuguesa” e “Do Mito ao Símbolo: A Construção de Uma Imagem de Branquidade”. In: **Tem Branco na Guma**. Belém: UFPA, 2010 (Tese de Doutorado). Belém: UFPA, 2010.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. “A Comunidade”, “Doenças Naturais e Não Naturais: Causas”, “Os Agentes Causais das Doenças Não Naturais”, “Diagnóstico das Doenças não Naturais” e “Tratamento das Doenças não Naturais” In: **A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores**. Belém, UFPA, 1990.

_____. “História do Catolicismo na Amazônia: Controle, Conflito e Complementariedade”. In: **Uma Outra Invenção da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1999.

_____. “A Origem do Culto dos Santos: A Promessa e o Milagre”. In: **Padres, Pajés, Santos e Festas: Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico**. Belém: CEJUP, 1995.

PANTOJA, Vanda. “Os Agentes Promotores da Celebração Mariana em Belém” e “Reciprocidade e Mercado no Círio de Nazaré”. In: **Negócios Sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA. Belém, 2006.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

| | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| Disciplina EDUCAÇÃO INFANTIL, RELIGIOSIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS | Departamento DEDG | Carga Horária 80h |
|--|------------------------------------|------------------------------------|

EMENTA: Concepções de infância. Cultura, infância e religiosidade. Imaginário Infantil e Religiosidade Desenvolvimento e aprendizagem na infância. Educar e Cuidar na Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Práticas Pedagógicas na Educação na Educação Infantil.

Bibliografia básica

ANTUNES, Celso. **Projetos e Práticas Pedagógicas na Educação Infantil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AZEVEDO, Heloisa Helena de Oliveira. **Educação Infantil e Formação de Professores: para além da separação entre educar e cuidar**. São Paulo: Unesp, 2013.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Tradução: lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org). **Encontros e desencontros na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Infância: um dos nomes da não razão**. Brasília. Universidade de Brasília, 2014.

Bibliografia complementar

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

GARCIA, Regina Leite.; FILHO, Aristeo Leite (Orgs). **Em defesa da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Vera Barroso de. **O Brincar e a Criança do Nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

POZZER, Adecir et al (Orgs). **Ensino Religioso na Educação Básica. Fundamentos epistemológicos e curriculares**. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015.

PIRES, Flávia F. **O que as Crianças pequenas pensam sobre religião?** UFPB. Disponível em http://www.ce.ufpb/ppgr/arquivos/produções/produção_6.pdf.

SEGURA, Manoel. **Como Ensinar crianças a Conviver**. Petrópolis. Vozes, 2009.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---------------------------|--------------|---------------|
| RELIGIOSIDADES AMERÍNDIAS | DFCS | 80h |

EMENTA: Estudos bibliográficos sobre a diversidade dos povos pré-colombianos e seus desdobramentos ao nosso tempo. Investigação de escritos teóricos sobre as expressões religiosas ameríndias sul-americanas. Conhecer as expressões ameríndias na extensa Amazônia e suas especificidades naquilo que se delimitou como Terras Baixas. Observar e estudar em campo sociocultural as expressões religiosas de comunidades de tronco Tupi, Karib e Jê, além conhecer as dinâmicas contemporâneas de etnogêneses indígenas.

Bibliografia Básica

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil. História, Direitos e Cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FAUSTO, Carlos. **Os índios Antes do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GALVÃO, Eduardo. **Índios e brancos no Brasil.** Encontros de Sociedades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAREDES, P. (coordenação). **O Mundo Indígena na América Latina: Olhares e Perspectivas.** (Organização Gerson Damiani, Wagner Pinheiro Pereira e María Antonieta Gallart Nocetti.). São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <http://www.livrosabertos.edusp.usp.br/edusp/catalog/view/15/14/65-1>. Acesso em 30 de novembro de 2021

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Global, 2017.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **História dos índios na América:** abordagens interdisciplinares e comparativas. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23 [cited 2020-02-16], pp.196-198. Available from: . ISSN 1413-7704. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200011>.

BUENO, Lucas. **Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América:** quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'?. Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. [online]. 2019, vol.14, n.2 [cited 2020-02-13], pp.477-496.

BUENO, Lucas. **A Amazônia brasileira no holoceno inicial:** tecnologia lítica, cronologia e processos de ocupação. https://leia.paginas.ufsc.br/files/2012/04/Bueno_2010.pdf

FIGUEIREDO, Napoleão. **Amazônia. Tempo e Gente.** Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1977.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco and CARVALHO, Priscila D. **Amazônia indígena: conquistas e desafios.** Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.53, pp.237-255.

MAGALHÃES, Marco Pereira. **Amazônia Antropogênica**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. Disponível em:
http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Documents/2017/abril/amazonia_antropogenica.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2011

MESQUITA, U. O.; LUCAS, F. C. A.; SARMENTO, P. S. de M.; MORAES JÚNIOR, M. R. **Plantas de poder: o uso da ayahuasca no Centro de Unificação Rosa Azul** (CURA), Pará-Brasil. REVER: REVISTA DE ESTUDOS DA RELIGIÃO, v. 20, p. 254-274, 2020.

MORAES JR, Manoel Ribeiro. Narrativa indígena e aspectos do perspectivismo de integração entre humanos e natureza. A guarda das tradições indígenas como bases para um *ethos* da preservação amazônica, In: Emerson Sena da Silveira; Dilaine Soares Sampaio. (Org.). **Narrativas míticas: análise das histórias que as religiões contam**. Petrópolis: Vozes, 2018, v. 1, p. 291-308.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---------------------|--------------|---------------|
| PROJETO DE PESQUISA | DFCS | 80h |

EMENTA: Ciência e Pesquisa. Níveis de produção Científica: Monografia, Dissertação e Tese. O processo de Produção do Conhecimento Científico no Campo Religioso. A Pesquisa em Educação. Pesquisas produzidas no CLCR.

Bibliografia básica

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 40ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Bibliografia complementar

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. rev. e amp. Lisboa: Edições 70, 2011.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Coord. Uwe Flick. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LAVILLE, C; DIONE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LUDKE, M; ANDRÉ, MARLI, E. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (orgs.) **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico - prática**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

SZYMANKI, H. (org.). **A entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. 2ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--------------------------|--------------|---------------|
| ANTROPOLOGIA DA RELIGIÃO | DFCS | 80h |

EMENTA: Conceito de religião. Magia Religião e Ciência e o debate sobre o pensamento humano. Religião, crença e eficácia simbólica. Religião e sistema de dádiva. Linguagens do fenômeno religioso: mito, ritual e símbolo. Análise e compreensão do sincretismo. Êxtase religioso e tabu.

Bibliografia básica

CANEVACCI, Máximo. **Sincretismo: Uma Exploração das Híbridações Culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966.

LEVI-STRAUSS, Claude. "A Estrutura dos Mitos". In: **Antropologia Estrutural**, São Paulo, Tempo Brasileiro, 1991.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. **Floresta de Símbolos**. Niterói: Eduff, 2009.

Bibliografia complementar

LEVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

LEWIS, IOAN. **O Êxtase Religioso**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. Vol. 2. São Paulo: EPU, 1974.

_____. **Sobre o Sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. "A Prece". In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso (Org.). **Mauss**. São Paulo: Ática, 1979.

| Disciplina LIBRAS | Departamento DEES | Carga Horária 80h |
|----------------------|----------------------|----------------------|
|----------------------|----------------------|----------------------|

EMENTA:

- Parte teórica 30 horas: contexto histórico da educação dos surdos e da língua de sinais; Representações sobre os surdos; Identidade e processos culturais da pessoa surda; Abordagens educacionais; matrizes legais da educação de surdos; Libras: histórico, universais linguísticos, políticas linguísticas; A educação de surdos no estado do Pará.

- Parte prática 50 horas: Estudos e complexidades inerentes a Língua Brasileira de Sinais: características básicas, Noções de gramática das línguas de sinais; alfabeto manual e repertório linguístico da LIBRAS. Práticas comunicacionais e diálogos em libras no contexto da educação

Bibliografia básica

FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

FERNANDES, Sueli. **Práticas de letramentos na Educação Bilíngue para surdos**, SEED, 2006

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, C. B. F; QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. (org.). **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (org.). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.

THOMA, Adriana; LOPES, Maura (Org.) **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferenças no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: DEDUNISC, 2004.

Bibliografia complementar

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**.

MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>>

GOES, Maria Cecília. **Linguagem Surdez e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. **Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na Educação Básica**. Coleção UAB-UFSCar, Pedagogia, Língua brasileira de sinais Libras – uma introdução. São Carlos: UFSCar, 2011.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2001

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--------------------------|--------------|---------------|
| ESTÁGIO SUPERVISIONADO I | DEDG | 200h |

EMENTA: O Estágio na formação do educador. A realidade dos professores da Educação Básica. Análise de livros didáticos de Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração-execução de projetos didáticos e planos de ensino para a Educação Infantil, aos anos finais do Ensino Fundamental e EJA. Produção de artigos relacionados aos desafios do cotidiano escolar.

Bibliografia básica

ANTUNES, Celso; SALES, J.C.B. **Aprendiz da Prática Docente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

_____. **A Hora da Prática**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

CUNHA, Maria Izabel. **O Bom Professor e sua Prática**. Campinas: Papyrus, 2006

MENDONÇA, Elizabete Médica Coeli; SOUZA, Doaracy Moraes de, FERREIRA, Leda Leal. **O Trabalho de professores na Educação Básica em Belém**. São Paulo: Fundacentro, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria do Socorro Lima Lucena. **Estágio e Docência**. Coleção docência em Formação. Série saberes pedagógicos. São Paulo: Cortez, 2008

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de. et al (Orgs). **O Estágio na Formação do Pedagogo**. Belém: EDUEPA, 2015.

ANTUNES, Celso. **A prática de Novos Saberes**. Fortaleza: Livro Técnico, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido e Lima, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

POZZER, Adecir et al (Orgs). **Ensino Religioso na Educação Básica**. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015

ZABALZA, Miguel A. **Diários de Aula: Instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|----------------------|--------------|---------------|
| RELIGIÃO E LINGUAGEM | DFCS | 80h |

EMENTA: A religião como linguagem. Os sistemas das linguagens da religião. As teorias da linguagem e o estudo da religião. As relações entre a religião e outros sistemas de linguagem (verbais, gestuais, imagéticos etc.).

Bibliografia básica:

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa.** São Paulo: Paulinas, 2009.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (Org.). **Linguagens da religião:** desafios, métodos e conceitos centrais. São Paulo: Paulinas, 2012.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (Org.). **Religião e linguagem:** abordagens teóricas e interdisciplinares. São Paulo: Paulus, 2015.

Bibliografia complementar:

BAKATHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 6 ed. Martins Fontes, 2011.

FLUSSER, Vilém. **Gestos.** São Paulo: AnnaBlume, 2014.

MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica.** Cotia: Ateliê Editorial, 2001.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite; RENDERS, Helmut; HIGUET, Etienne (Org.). **Religião e cultura visual no Brasil:** desafios e métodos. Belém: EDUEPA, 2020.

NÖRTH, Winfried; SANTAELLA, Lúcia. **Introdução à semiótica.** São Paulo: Paulus, 2017.

SAUSSURE. **Curso de linguística geral.** 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

IV ANO DO CURSO

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--------------------------|--------------|---------------|
| RELIGIÕES CONTEMPORÂNEAS | DFCS | 80h |

EMENTA: O sagrado no mundo contemporâneo, modernidade e pós-modernidade religiosa. Religiões alternativas e de Nova Era. Wicca, New Age, espiritualidades difusas. Religião, juventude e contracultura. Movimentos religiosos contemporâneos: origem, desenvolvimento e características. Desdobramentos das religiões na contemporaneidade: releituras de religiões tradicionais, messianismos, pentecostalismos, sincretismos. Conflitos e possibilidades de diálogos inter-religiosos no espaço público

Bibliografia básica

AMARAL, Leila. **Carnaval da alma:** comunidade, essência e sincretismo na Nova Era. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUARTE, Joelma do Patrocínio. **A Contracultura e seus desdobramentos:** novas experimentações e religiosidade New Age. Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Tese de Doutorado. Juiz de Fora, 2010.

GUERRIERO, Silas. **Novos movimentos religiosos:** o quadro brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **O Brasil da Nova Era.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ORO, Ari Pedro. **Considerações sobre a Modernidade Religiosa.** Sociedad y Religión, N. 14/15, 1996.

Bibliografia complementar

GUERRIERO, Silas; LOPES, Marina Silveira. "Druidismo à brasileira: um exemplo de ecorreligiosidade na sociedade atual". **Caminhos**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 11-11 24, jul./dez. 2010.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 2006.

LABATE, Beatriz Caiuby; ARAÚJO, Wladmyr Sena (orgs.) **O Uso Ritual da Ayahuasca.** Campinas: Mercado das Letras. São Paulo: Fapesp, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Mystca Urbe**: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MALUF, Sonia. “Mitos Coletivos, narrativas pessoais: cura ritual, trabalho terapêutico e emergência do sujeito nas culturas Nova Era”. In: **Mana**,11(2):499-528, 2005.

MARIANO, Ricardo. “Laicidade à Brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública”. In: **Civitas**, Porto Alegre, v.11, n.2, pp. 238-258, maio-agosto, 2011.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. “Religião e Intolerância à Homossexualidade”. In: SILVA, Vagner Gonçalves (org.). **Intolerância Religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2007.

OLIVEIRA, Amurabi. Performance, corpo e identidade: a imersão religiosa no Vale do Amanhecer. In: **Estudos de Religião**, v. 25, n. 41, 113-131, jul./dez. 2011.

ORO, Ari Pedro. A desterritorialização das Religiões Afro-brasileiras. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, vol. 1, n. 3, 1995.

OSÓRIO, Andrea. **Bruxas Modernas**: um estudo sobre identidade feminina entre praticantes de Wicca. In: **Campos** 5(2):157-172, 2004

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|--|--------------|---------------|
| EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS | DEES | 80h |

EMENTA: O papel social da educação inclusiva. Aspectos históricos da Educação Especial. Concepções, diretrizes e políticas de educação inclusiva e suas implicações para as práticas educativas. Acessibilidade e currículo na escola inclusiva. Características e desenvolvimento da pessoa com necessidades educacionais especiais; Tecnologias Assistivas para a inclusão escolar. Práticas pedagógicas na educação especial.

Bibliografia básica

CUNHA, Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a Inclusão e Diversidade**. São Paulo: Wak, 2010

DIAZ, Felix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma, MIRANDA, Therezinha (Orgs). **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: Questões Contemporâneas**. Salvador: Edufba, 2009.

FAVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Tomothy e BARREIROS, Débora (Orgs). **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bertolini; OMOTE, Sadão (Orgs). **As Tecnologias nas Práticas Pedagógicas Inclusivas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

Bibliografia complementar

FRANCO, Silvia Cintra. **Cultura: Inclusão e Diversidade**. São Paulo: Moderna, 2009.

HAZARD, Darmien; FILHO, Teófilo Alves Galvão; REZENDE, André Luíz Andrade. **Inclusão Digital e Social de Pessoas com eficiência: Textos de Referência para monitores de telecentros**. Brasília: UNESCO, 2007.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---------------------------|--------------|---------------|
| ESTÁGIO SUPERVISIONADO II | DEDG | 200h |

4.4.3 Estágio Supervisionado II – 200h

EMENTA: Análise do livro didático de Ensino Religioso e de planos de Ensino Religioso nos anos finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio. Elaboração de planos de ensino e de artigos sobre as experiências no estágio. Realização de palestras e oficinas pedagógicas junto às unidades educacionais e/ou Secretaria de Educação. Observação, participação e regência de classe nos anos finais do Ensino Fundamental, EJA e no Ensino Médio.

Bibliografia básica

ANDRÉ, Marly. E. E. A. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papirus. 2005.

CASTRO, Raimundo Márcio de. **Ensino Religioso na Escola Pública: Histórias e Memórias**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

CUNHA, Maria Izabel. **O Bom Professor e sua Prática**. Campinas: Papirus, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1994

POZZER, Adecir et al (Orgs). **Ensino Religioso na Educação Básica: fundamentos Epistemológicos e Curriculares**. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015.

Bibliografia complementar

CATÃO, Francisco. **O Fenômeno Religioso**. São Paulo: Letras & Letras, 1995.

FONAPER. **Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido e Lima, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

VIESSER, Lizete C. **Um Paradigma didático para o Ensino Religioso**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---|--------------|---------------|
| ÉTICA, MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE | DFCS | 80h |

EMENTA: O viver em sociedade. A condição humana em compreensão solidária consigo mesma, com o outro, com os seres sensíveis, os minerais e todo o meio-ambiente. As escolas da ética na antiguidade, na era moderna e na era contemporânea. A relação entre moral e ética. Éticas do ser, da consciência e da linguagem. Religião e filosofia como fontes da ética. Globalização e Multiculturalismo, Interculturalidade, intolerância religiosa e interculturalidade, Cultura de paz Dilemas morais. Sexualidade. Bioética. “Pensar globalmente, agir localmente”: globalização e multiculturalismo. Exercícios comparativos das concepções éticas nas diferentes tradições religiosas.

Bibliografia básica

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. Internet e Sociedade em Rede. In Moraes, D. (org.), **Por uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003b.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia complementar

BOSI, E. **Cultura de Massa e Cultura Popular, Leituras de Operárias**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Prefácio de Jacques Chanchol. Rio de Janeiro: e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia da esperança: um encontro com a Pedagogia do oprimido**. Notas de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **À sombra desta mangueira**. Prefácio de Ladislau Dowbor. Notas de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

MORAES, D. (org.). **Por uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAVATER, Fernando. **As verdades da razão. Em: As perguntas da vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SIPÁN COMPAÑE, Antonio (Coord.). **Educar para la diversidad en el siglo XXI**. Zaragoza: Mira, 2001.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Petrópolis: Vozes, 2001.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|-----------------------|--------------|---------------|
| FILOSOFIA DA RELIGIÃO | DFCS | 80h |

EMENTA: Deus e a religião como temas filosóficos. O problema de Deus na Filosofia Grega e na Filosofia Cristã. Apogeu e queda da Escolástica. A afirmação e a contestação de Deus na filosofia moderna. A crítica à religião na ontologia Marxista. A função política da ideologia religiosa em Gramsci. O conceito de Alienação religiosa em Feuerbach. A teologia de fronteira em Paul Tillich. A hermenêutica da linguagem nas Ciências da religião.

Bibliografia básica

NASH, **Questões últimas da vida: uma introdução à filosofia**. São Paulo. Cultura Cristã. 2008.

WEESE, Garret & MORELAND, J. P. **Filosofia concisa: uma introdução aos principais temas filosóficos**. São Paulo: Vida Nova. 2011.

ROCHA, Alessandro. **Uma introdução à filosofia da religião**. São Paulo. Vida Acadêmica. 2010.

TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. São Paulo. ASTE. 2004.

ZILLES, Urbano. **Filosofia da religião**. São Paulo. Paulus. 2007

Bibliografia complementar

- BROWN, Colin. **Filosofia e fé cristã**. São Paulo: Vida Nova. 1990
- CHAVES, Irenio Silveira. **O que é religião?** Rio de Janeiro: MK, 2005.
- MADUREIRA, Jonas. **Filosofia**. São Paulo: Vida Nova. 2008.
- MORELAND, J. P. **Filosofia e cosmovisão cristã**. São Paulo: Vida Nova. 2005
- NAÑEZ, Rick. **Pentecostal de coração e mente: um chamado ao dom divino do intelecto**. São Paulo: Vida Nova. 2007.
- PANNENBERG, Wolfhart. **Filosofia e teologia: Tensões e convergências de uma busca comum**. São Paulo: Paulinas. 2008.
- PASCAL, Blaise. **Mente em Chamas: fé para o cético e indiferente**. Brasília: Palavra, 2018.
- SPROUL, R. C. **Filosofia para iniciantes**. São Paulo: Vida Nova, 2002.
- STACCONE, G. **Filosofia da religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus**. Rio de Janeiro: Vozes. 1987.
- THOMAS, J. D. Razão, **Ciência e fé: compreendendo a relação entre os fatos da ciência e os argumentos da fé**. São Paulo: Vida Cristã, 2001.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---------------------------------------|--------------|---------------|
| DIDÁTICA APLICADA AO ENSINO RELIGIOSO | DEDG | 120h |

EMENTA: Inteligências Múltiplas na prática pedagógica. Construção de material didático e utilização de novas tecnologias educacionais. Planejamento de ensino e seus níveis de abrangência. Projeto didático. Avaliação da aprendizagem e sua importância. Formas e Instrumentos de avaliação no Ensino Religioso. Métodos e técnicas de ensino. O Ensino Religioso e o livro Didático.

Bibliografia básica

- ALMEIDA, M.B; LIMA, M.S.L; SILVA, S.P (Orgs.) **Dialogando com a escola**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.
- ANTUNES, Celso. **Um método para o Ensino Fundamental: O Projeto**. Petrópolis: Vozes, 2001
- AQUINO, J.G. **Confrontos na Sala de Aula**. Uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996.

FIGUEIREDO, A. **O Tema Gerador no Currículo da Educação Religiosa: o senso do simbólico.** Petrópolis: Vozes,1996.

GRUEN, W. **O Ensino Religioso na Escola.** Petrópolis: Vozes, 1995.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática da construção da pré-escola à Universidade.** Porto Alegre: Mediação, 1993.

Bibliografia complementar

LEITE. L.H. **A Pedagogia de projetos: Intervenção no presente. Presença Pedagógica.** V.2, n.8, mar/abr.1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1996.

MORAES, Sílvia. **Currículo e formação docente.** São Paulo: Mercado das letras, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez,2002.

SENA, Luiza. **Ensino Religioso e formação docente: Ciências da religião e Ensino Religioso em diálogo.** São Paulo: Paulinas. 2007.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. **Religião & Educação: Da Ciência da Religião ao Ensino Religioso.** São Paulo: Paulinas, 2010.

VALLS, E. **Os procedimentos educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto Ensino-aprendizagem e projeto Político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I.P.A. (org.) **Didática: o ensino e suas relações.** Campinas: Papyrus, 1996

ZABALA, Antonio. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|----------------------------|--------------|---------------|
| PSICOLOGIA E RELIGIOSIDADE | DPSI | 80h |

EMENTA: Dimensões psicológicas do Ensino Religioso. Experiência do ser religioso na cultura. A sacralidade do tempo e do espaço. Diferenças entre psicoterapia e psicanálise e espiritualidade. Características psicológicas e tratamento pedagógico do religioso.

Bibliografia básica

ALVES, Rubem. **O que é Religião.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

AMARO, J. W. F. **Psicoterapia e Religião.** São Paulo: Lemos, 2001.

DALGALARRONDO, Paulo. **Religião, Psicopatologia e Saúde mental**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRASS, Hans. **A Religiosidade Humana**. São Paulo: Sinodal, 2002.

JOAS, Hans. **A Sacralidade da Pessoa: Nova Genealogia dos Direitos Humanos**. São Paulo: Unesp, 2012.

Bibliografia complementar

FOUCALT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva 1997

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. São Bernardo do Campo. São Paulo: Imprensa Metodista 1995.

PADEN, Willian E. **Interpretando o Sagrado**. São Paulo: Paulinas, 2001.

WYLIAH. **A Descoberta da Vida Interior**. Piracicaba: Mystic Space, 1998.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|-----------------------|--------------|---------------|
| SEMINÁRIO DE PESQUISA | DFCS | 80h |

EMENTA: Estudos, pesquisas e discussões atuais sobre temáticas que apresentam interfaces com a religião, tais como: a) Religião e política; b) Religião e gênero; c) Arte e religião; d) Religiões enteógenas; e) Religião e economia; f) Religião e Mídia; g) Sincretismo Religioso; h) Ecumenismo e Diálogo interreligioso; i) Religião e ecologia; j) Religião e mística; h) Religião e Saúde; i) Religião e Ufologia; j) Religião e Teologia; etc. Acompanhamento à construção do TCC.

Bibiografia temática:

ANGELIN, Rosangela, SHAPER, Valério Guilherme e GROOS, Eduardo (orgs.). **Religião, política e democracia na América Latina**. São Leopoldo: EST, 2016.

ASSMAN, Hugo e HINKELAMMERT, Franz. **A idolatria do mercado: ensaio sobre teologia e economia**. São Paulo: Vozes, 1989.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. **Mística e secularidade: impossível afinidade?** Horizonte, Belo Horizonte, v. 12, n. 35, p. 851-885, jul./set. 2014

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1996.

CAMPANHA, Vitor de Lima. **A ufologia “científica” nos limites da religião**. Sacrilegens, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 1048-1125, jul-dez/2018. III CONACIR

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Entre sincretismos e guerras santas: dinâmicas e linhas de força do campo religioso brasileiro**. Revista USP, São Paulo, n. 81, p. 173-185, março/maio 2009.

CARMO, Paulo Sérgio. **Prazeres e pecados do sexo na história do Brasil**. São Paulo: Sesc, 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2005.

ENDJSO, Dag Oistein. **Sexo e religião: do baile das virgens ao sexo sagrado homossexual**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

GONÇALVES, Leonardo de Oliveira. **Igreja Eletrônica: A imagem como construção simbólica do sagrado virtual**. Escola Superior de Teologia. Instituto Ecumênicos de Pós-Graduação. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. São Leopoldo, 2007.

LIRA, Wagner Lins. **Xamanismo e enteogenia ameríndia: a ayahuasca e outras “plantas de poder” em contextos indigenistas e vegetalistas amazônicos**. Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 5(10): 59-78, agosto-dezembro 2018

MIKLOS, Jorge. **A construção de vínculos religiosos na cibercultura: a ciberreligião**. Pontifícia Universidade de São Paulo. Programa de estudos pós-graduados em comunicação e semiótica. Doutorado em Comunicação e Semiótica. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Manfredo de. **A religião na sociedade urbana e pluralista**. São Paulo: Paulus, 2013.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na idade média**. Bauru: Edusc, 2007.

UNICAP. **Religiosidade e saúde**. Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap Ano IX, 2010 n. 2 - jul./dez.

VIGIL, José Maria. **Teologia do pluralismo religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1992.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|---|--------------|---------------|
| HISTÓRIA DAS RELIGIÕES MONOTEÍSTAS (II) – ERA MODERNA E ERA CONTEMPORÂNEA | DFCS | 80h |

EMENTA: As transformações que deram origem à modernidade: renascimento, iluminismo, reformas religiosas e revoluções sociais e científicas. As crises da modernidade e seus desdobramentos como alta modernidade, modernidade líquida e pós-modernidade. Uma perspectiva crítica da história do cristianismo e suas derivações e metamorfoses. Origem, momentos fundantes, expansão, presença e influência dessas tradições religiosas na cultura e história da humanidade, desde o século XVI até a atualidade, com destaques para os espiritismos, as denominações cristãs e suas variações, a “nova era”, a cientologia, os pentecostalismos e os neopentecostalismos.

Bibliografia básica

ARMSTRONG, Karen. **Em defesa de Deus: o que a religião realmente significa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORBIN, Alain (org). **História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DEIROS, Pablo Alberto. **História global do cristianismo: o processo de globalização da fé cristã desde sua origem até o século XXI.** São Paulo: Vida, 2020.

KARDEC, Allan. O livro dos espíritos. 76 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1995.

SLOTERDIJK, P. **A loucura de Deus: do combate dos três monoteísmos.** Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

Bibliografia complementar

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEIROS, Pablo Alberto. **Historia del cristianismo em América Latina.** Buenos Aires: Fraternidad Teológica Latinoamericana, 1992.

FO, Jacopo; TOMAT, Sergio; MALUCELLI, Laura. **O livro negro do cristianismo: dois mil anos de crimes em nome de Deus.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

KARDEC, Allan. O céu e o inferno. 10 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2008.

_____. O Evangelho segundo o espiritismo. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2002.

_____. A gênese. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2008.

_____. O livro dos Médiuns. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2003.

OLSON, Roger E. **Cristianismo falsificado: a persistência de erros históricos na igreja.** Rio de Janeiro: CPAD, 2021.

PETERS, F. F. **Os monoteístas: Vol. I: Os povos de Deus.** São Paulo: Contexto, 2007.

PETERS, F. F. **Os monoteístas: Vol II: As palavras e a vontade de Deus.** São Paulo: Contexto, 2007.

| Disciplina | Departamento | Carga Horária |
|------------------------|--------------|---------------|
| TECNOLOGIA EDUCACIONAL | DEDG | 80h |

EMENTA: Tecnologia educacional: Abordagens críticas sobre o uso de diferentes recursos tecnológicos na educação; Multimídia e Ferramentas colaborativas no

contexto educacional; TDIC na Escola: práticas e processos; Contexto histórico da Educação à Distância (EAD); Legislação da EAD no Brasil; Tecnologias e Mídias para EAD; Tecnologias Assistivas aplicadas à Educação; Ambientes e Comunidades Virtuais de aprendizagem; Autoria e Produção em Tecnologias Educacionais.

Bibliografia Básica

CASTRO, J. T.; GALVÃO FILHO, T.; LUNA, A. V. A.; GALVÃO, N. C. S. S. (orgs). **Educação científica, inclusão e diversidade**. Cruz das Almas - BA: EDUFRB, 2020

COSTA, F. A. et al. (org.). **Repensar as TDIC na educação: o professor como agente transformador**. Santillana: Carnaxide, 2012.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos. **Educação e Tecnologia: abordagens críticas**. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC, 2016.

RIBEIRO, Renata Aquino. **Introdução à EaD**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson De Lucca. **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas**. Salvador: Edufba; São Paulo: Casada Cultura Digital, 2012

SANTOS, Ranieri Alves dos. **Ambientes e comunidades virtuais de aprendizagem**. Indaial: UNIASSELVI, 2019.

SILVA, M. **Educação online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2001

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; BERTAGNOLLI, S. C.; NERVIS, L.; CORADINI, L. **Conexões assistivas: Tecnologia Assistiva e materiais didáticos acessíveis**. Bento Gonçalves: IFRS, 2020.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, D. F. **Educação no Século XXI - Volume 31 – Tecnologias**. Organização: Poisson Belo HorizontE: Poisson, 2019.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. Coleção Papirus Educação. Campinas: Papirus, 2000.

REVISTA COCAR. **Educação e tecnologias no contexto da pandemia pelo coronavírus e isolamento social: cenários, impactos e perspectivas**. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/issue/view/170>

REVISTA TECNOLOGIA EDUCACIONAL. Disponível em: <http://www.abt-br.org.br/>

REVISTA TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://tededu.pro.br/>

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (orgs.). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011

SOUZA, Marcio Vieira; GIGLIO, Kamil. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede**: experiências na pesquisa e extensão universitária. São Paulo: Blucher, 2015.

VELOSO, Maristela Midlej Silva de Araujo; BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. A cultura da liberdade de criação e o cerceamento tecnológico e normativo: potencialidades para a autoria na educação. **Educação Temática Digital**, v. 18. Campinas: Papirus, 2016

| | | |
|-------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Atividade TCC | Departamento DIVERSOS | Carga Horária 80h |
|-------------------------|---------------------------------|-----------------------------|

EMENTA: Revisão do Projeto de Pesquisa. Sob a orientação docente, elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão de Curso, obedecendo às normas da ABNT, e utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos. Qualificação e Defesa de TCC perante Banca.

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Conjunto de normas para produção e apresentação de trabalhos em ciências humanas**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

CONDURÚ, Marise Teles; MOREIRA, Maria da Conceição Ruffeil. **Produção científica na universidade**: normas para apresentação. 2 ed. Belém: EDUEPA, 2007.

SALOMON, Délcio V. **Como fazer uma monografia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Gerson; ROSSI, Gisele; JARDILINO, José Rubens. **Orientações metodológicas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Gion, 2000.

TEIXEIRA, Elisabeth; RANIERI, Maria Santana S. **Diretrizes para elaboração do trabalho de conclusão de curso - TCC** Belém: Eduepa, 2001.

Bibliografia complementar

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 13 ed. Barcarena: Presença, 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) et al. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

PIAGETT, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Neto (RGS). **Bússola do Escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

POINCARÉ, Henri. **A ciência e a hipótese**. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SALVADOR, Angelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 11. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

5 TRANSIÇÃO CURRICULAR

5.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso será realizado de forma contínua e participativa, envolvendo todos os sujeitos vinculados ao curso, por meio do Colegiado do Curso, tendo como referência os seus objetivos, competências e habilidades, estrutura curricular, dentre outros aspectos de seu desenvolvimento. As ações de acompanhamento e avaliação envolverão reuniões periódicas com os diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

5.2 PLANO DE ADAPTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO

A partir da aprovação da reformulação do PPC do Curso, serão adotadas as seguintes estratégias para a transição do Currículo vigente para o Novo Currículo:

- os atuais acadêmicos manterão o desenho curricular atual até o final do curso;
- o novo Currículo só entrará em vigor a partir da aprovação do Projeto e no primeiro concurso vestibular após a aprovação;
- acadêmicos do desenho curricular antigo, que ficaram em alguma dependência, poderão cursar a disciplina, caso essa houver, no novo desenho curricular; caso a disciplina não estiver no novo desenho, o curso organizará a reoferta da disciplina.
- Os acadêmicos que quiserem migrar para o novo Desenho Curricular respeitarão a seguinte Tabela de Convalidação das Disciplinas:

5.3 CONVALIDAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Quadro 19 – Convalidação

| TABELA DE CONVALIDAÇÃO DOS PPC'S | | | | | |
|--|-----|--|-----|--|-----|
| DESENHO CURRICULAR 2004 | | DESENHO CURRICULAR 2016 | | DESENHO CURRICULAR 2022 | |
| Disciplina | CH | Disciplina | CH | Disciplina | CH |
| Hermenêutica dos Livros Sagrados do Judaísmo e do Cristianismo: Torá e Antigo Testamento | 80 | | | | |
| História das Crenças Religiosas Antigas: África, Europa e América | 80 | Introdução à História das Religiões e Religiões da Antiguidade | 120 | Introdução à História das Religiões e Religiões da Antiguidade | 100 |
| Introdução à Filosofia | 80 | Introdução à Filosofia | 80 | Introdução à Filosofia | 67 |
| Metodologia Científica | 80 | Introdução ao Conhecimento Científico | 80 | Metodologia Científica | 67 |
| Antropologia Cultural | 80 | Antropologia Cultural | 80 | Antropologia Cultural | 67 |
| Produção e Recepção de Texto | 80 | Linguagem e Produção de Texto Acadêmico | 80 | Produção de Gêneros Acadêmicos | 67 |
| Psicologia da Educação | 120 | Psicologia da Educação | 80 | Psicologia da Educação | 67 |
| Estrutura e Funcionamento da Educação Básica | 80 | Política e Legislação da Educação Básica | 120 | Políticas Públicas e Educação | 67 |
| Prática Pedagógica I | 80 | Fundamentos da Educação e Ensino Religioso | 80 | Fundamentos da Educação e Ensino Religioso | 67 |
| Atividade Complementar I | 80 | Atividades Integradoras do Currículo I | 80 | Atividades Integradoras do Currículo I | 67 |
| | | Introdução às Ciências da Religião | 120 | Introdução às Ciências da Religião | 67 |
| | | História da Educação | 80 | História da Educação | 67 |
| Hermenêutica dos Livros Sagrados do Cristianismo: Novo Testamento | 80 | | | | |
| História das Religiões Orientais | 80 | História das Religiões Orientais | 120 | História das Religiões Orientais | 67 |
| Pesquisa Educacional | 120 | | | | |
| Didática | 80 | Didática Geral | 80 | Didática Geral e Especial | 67 |
| Introdução à Sociologia | 80 | Introdução à Sociologia | 80 | Introdução à Sociologia | 67 |
| Filosofia da Educação | 80 | Filosofia da Educação | 80 | Filosofia da Educação | 67 |
| Prática Pedagógica II | 120 | | | | |
| | | Hermenêutica e Textos Sagrados I | 120 | Hermenêutica e Textos Sagrados I | 100 |
| | | Currículo e Gestão da Educação Básica | 120 | Gestão Educacional | 67 |
| | | Diversidade Religiosa e Práticas Educativas em Espaços Não Escolares | 80 | Diversidade Religiosa e Práticas Educativas em Espaços Não Escolares | 67 |
| | | Religiões de Matriz Africana e Afro-Brasileira | 120 | Religiões de Matriz Africana e Afro-Brasileira | 100 |
| Hermenêutica dos Livros Sagrados do Islamismo (Corão) e do Hinduísmo (Vedas) | 80 | | | | |
| Epistemologia das Ciências do Fenômeno Religioso | 80 | Epistemologia das Ciências do Fenômeno Religioso | 80 | Epistemologia das Ciências da Religião | 67 |
| Antropologia da Religião | 80 | Antropologia da Religião | 80 | Antropologia da Religião | 67 |

| | | | | | |
|---|-----|---|-----|---|-----|
| Psicologia e Religiosidade | 80 | Psicologia e Religiosidade | 80 | Psicologia e Religiosidade | 67 |
| | | | | Religião e Linguagem | 67 |
| | | | | Pluriversidade Religiosa e Decolonialidade na Amazônia | 67 |
| | | | | Tecnologia Educacional | 67 |
| História do Judaísmo e do Cristianismo | 80 | História do Judaísmo, Cristianismo, Islamismo e Espiritismo | 120 | História das Religiões Monoteístas I – Antiguidade e Medioevo | 67 |
| | | | | História das Religiões Monoteístas II – Era Moderna e Era Contemporânea | 67 |
| Tópicos de Religiosidade Brasileira e da Cultura Amazônica | 120 | História, cultura e religiosidade Amazônica | 80 | História, cultura e religiosidade Amazônica | 67 |
| Sociologia da Religião | 80 | Sociologia da Religião | 80 | Sociologia da Religião | 67 |
| Metodologia da Educação Religiosa | 80 | Didática aplicada ao Ensino Religioso | 120 | Didática aplicada ao Ensino Religioso | 100 |
| Prática de Ensino I (Estágio Supervisionado) | 200 | Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA | 200 | Estágio Supervisionado I | 200 |
| Prática Pedagógica III | 80 | Projeto de Pesquisa | 120 | Projeto de Pesquisa | 67 |
| | | Hermenêutica e Textos Sagrados II | 120 | Hermenêutica e Textos Sagrados II | 100 |
| | | Educação Infantil, Religiosidade e Práticas Educativas | 80 | Educação Infantil, Religiosidade e Práticas Educativas | 67 |
| | | Religiões de Matriz Indígena | 80 | Religiosidades Ameríndias | 67 |
| | | Libras | 80 | Libras | 67 |
| Hermenêutica dos Livros Sagrados das Religiões Orientais e Contemporâneas | 80 | | | | |
| História das Crenças Religiosas Contemporâneas | 80 | Religiões Contemporâneas | 80 | Religiões Contemporâneas | 67 |
| Filosofia da Religião | 80 | Filosofia da Religião | 80 | Filosofia da Religião | 67 |
| Ética e Tradições Religiosas | 80 | Ética, Multiculturalismo e Interculturalidade | 80 | Ética, Multiculturalismo e Interculturalidade | 67 |
| Prática de Ensino II (Estágio Supervisionado) | 200 | Estágio Supervisionado nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio | 200 | Estágio Supervisionado II | 200 |
| Prática Pedagógica IV | 120 | Seminário de Pesquisa/TCC | 80 | Seminário de Pesquisa/TCC | 67 |
| | | | | TCC | 67 |
| Atividade Complementar II | 40 | Atividades integradoras do Currículo II | 120 | Atividades de Integração Curricular II | 100 |
| | | Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas | 80 | Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas | 67 |

Obs.: No desenho curricular de 2004 e de 2016 a carga horária está definida a partir da hora/aula de 50 min. O desenho curricular de 2022 está definido com a carga horária/relógio de 60min.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CLCR, em seus 21 anos de existência, está no seu 5º PPC. Desde sua origem até seus dias atuais, os Projetos Políticos Pedagógicos sempre foram construídos de forma coletiva, ouvindo todos os interessados: docentes, discentes, técnicos, comunidade acadêmica. A participação da comunidade acadêmica passou a constituir-se em uma marca na gestão democrática do curso.

O primeiro PPC remonta a 1998, quando da proposta de implantação do Curso. O mesmo não chegou a entrar em vigor.

O Curso teve sua aprovação em 1999, e elaborou seu segundo PPC, que vigorou até 2004, quando ocorreram as primeiras colações de grau, e a UEPA teve seus primeiros acadêmicos Licenciados em Ciências da Religião.

Em 2003, o PPC passou por reformulação e, depois de aprovado, entrou em vigor em 2004. Era o terceiro PPC.

Em 2016, foi aprovado o quarto PPC, que passou a vigorar em 2017. Essa reformulação tinha como base a Resolução 2, do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015.

Em 2019, uma nova Resolução faria com que fosse necessário reformular novamente o PPC. A Resolução 2, do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019, estabeleceu que os currículos fossem reformulados, tendo por base a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, o atual PPC de 2022 tem sua 5ª versão.

A presente reformulação deixou claro o quanto o PPC de 2016 era atual e com grande relevância para o momento presente da história nacional, permeada pela intolerância religiosa, pela afronta à laicidade e com propósitos escusos de privilegiar determinadas denominações religiosas cristãs; soma-se a isso o descaso à ciência e ao conhecimento acadêmico que circula pelas redes sociais, assumidas

inclusive por lideranças religiosas e políticas. Isso merece o repúdio de todos, pois são um desserviço à formação dos cidadãos.

O presente PPC reafirma seu compromisso com a laicidade, com o diálogo interreligioso, com o respeito à diversidade religiosa e com a cultura de paz, bem como com o estudo do fenômeno religioso com base nas ciências e não no proselitismo e nem na mera opinião recheada, muitas vezes, de preconceitos e ideologias preconceituosas.

É desejo de todos os que dão vida ao CLCR (docentes, discentes, corpo administrativo, servidores, denominações religiosas - que tão bem acolhem os estudantes em seus espaços sagrados -, e população em geral) que o Curso se mantenha firme, coeso e comprometido com a educação libertadora, solidária e formadora de cidadãos conscientes e zelosos pelos direitos constitucionais de todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.** 9394/1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.** 9475/1997.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2001.

_____. Portaria MEC n. 20.051, de 9 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.** Brasília: MEC, 2004.

CANAU, Vera Maria. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. In: CANAU, Vera Maria (Org.). **Magistério: construção cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1997.

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. **Projeto Político Pedagógico.** Belém, 2004

_____. **Projeto Político Pedagógico.** Belém, 2016

FONAPER. **Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso.** São Paulo, Mundo Mirim, 2009.

GATTI, Bernardete A. **Perspectivas da formação de professores para o magistério na educação básica: a relação teoria e prática e o lugar das práticas.** Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 29, n. 57, p. 15-28, jan./mar. 2020

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015.

MOREIRA, A. F. B., MACEDO, E. F., (2001). Em defesa de uma orientação cultural na formação de professores. In: CANEN, A., MOREIRA, A. F. B. (orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. São Paulo: Papirus.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A religião na sociedade urbana e pluralista**. São Paulo: Paulus, 2013.

ORO, Ari Pedro e STEIL, Carlos Alberto (orgs.). **Globalização e religião**. São Paulo: Vozes: 1997

PARÁ. **Plano Estadual de Educação**. Lei 8.186, de 23 de junho de 2015.

PIMENTA, Selma G. & LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência**. São Paulo. Cortez. 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às Teorias de Currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Estatuto e Regimento Geral**: de acordo com as Resoluções 2910/15 e 2911/15 – CONSUN 18 de novembro de 2015. Belém: CONSUN/UEPA, 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2014**. Belém: UEPA, 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2027**. Belém: UEPA, 2017.

_____. **Política de Atividades Complementares**. Resolução Nº 2781/14 - CONSUN, 26 de novembro de 2014.

_____. **Projeto pedagógico Institucional (PPI)**. Belém: UEPA, 2008.

_____. **Programa de Mobilidade Acadêmica**. Resolução nº 2763/14 - CONSUN, de 29 de outubro de 2014.

ANEXO 1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

PROPOSTA DA TABELA PARA CONCESSÃO DE CRÉDITOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CCSE

Quadro 20: Concessão de créditos das Atividades complementares do CCSE

| ENSINO | | | |
|--------|--|---|--|
| Nº | DESCRIÇÃO | CARGA HORÁRIA | DOCUMENTAÇÃO |
| 01 | Monitoria | 15 horas por período inferior a 2 anos 30 horas, 2 anos completos de atuação | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo programa, contendo a carga horária, período, disciplina monitorada e local da realização. |
| 02 | Projetos de Ensino | 20h | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo a carga horária, período e local da realização. |
| 03 | Estágio extracurricular (não obrigatório) | 20h, desde que o estágio seja na área do curso | Declaração, atestado ou certificado fornecido pela instituição responsável, que apresente a carga horária, a denominação da atividade, data e local da realização. |
| 04 | Experiência docente | 15 horas por período inferior a 2 anos 30 horas, 2 anos completos de atuação | Declaração fornecida pela instituição responsável, que apresente o período de atuação e a denominação da atividade. |
| 05 | Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID | 20h | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo a carga horária, período e local da realização. |
| 06 | Disciplina(s) de | 10h | Histórico escolar constando a disciplina cursada |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | outros cursos da UEPA (que não integram o currículo do próprio curso de graduação) ou disciplina(s) cursada(s) em outra IES. | | ou declaração da Secretaria da IES, com carga horária. Em ambas as situações, a disciplina deve ter sido cursada no mesmo período do curso. |
|--|--|--|---|

| PESQUISA | | | |
|----------|--|---------------|--|
| Nº | DESCRIÇÃO | CARGA HORÁRIA | DOCUMENTAÇÃO |
| 01 | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBIC | 20 horas | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo programa, contendo período e local da realização. |
| 02 | Projeto de Pesquisa | 20 horas | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo período e local da realização. |
| 03 | Grupo de estudos científicos (registrado na IES) | 10 horas | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo período e local da realização. |

| EXTENSÃO | | | |
|----------|--------------------------|---------------|--|
| Nº | DESCRIÇÃO | CARGA HORÁRIA | DOCUMENTAÇÃO |
| 01 | Programa Campus Avançado | 15h | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo programa, contendo período e local da realização. |
| 02 | Projeto de Extensão | 20 horas | Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo período e local da realização. |

| EVENTOS | | | |
|---------|---|---|--|
| Nº | DESCRIÇÃO | CARGA HORÁRIA | DOCUMENTAÇÃO |
| 01 | Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de participante ou ouvinte. | Até 10h independente da quantidade de eventos | Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização. |
| 02 | Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de expositor / apresentação de trabalho. | Até 20h independente da quantidade de eventos | Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização. |
| 03 | Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de organizador (direção geral ou presidência). | Até 20h independente da quantidade de eventos | Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização. |
| 04 | Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de organizador: demais funções | Até 10h independente da quantidade de eventos | Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização. |
| 05 | Atuação em eventos artísticos culturais | 15h | Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização. |

| PUBLICAÇÕES | | | |
|-------------|------------------------------|--|---|
| Nº | DESCRIÇÃO | CARGA HORÁRIA | DOCUMENTAÇÃO |
| 01 | Artigo em revistas indexadas | 1- A1 e A2: 50 horas por artigo. 2- B1 e B2: 35 horas por artigo. 3- B3, B4 e B5: 25 | Apresentação do documento de aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria. |

| | | | |
|----|---|---|---|
| | | horas por artigo. 4- C: 15 horas por artigo. | |
| 02 | Artigo em revistas não indexadas | 10 horas por artigo | Apresentação do documento de aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria. |
| 03 | Capítulos | 15 horas por capítulo | Cópia de parte da publicação que comprove a autoria ou documento comprobatório de que está no prelo. |
| 04 | Livros: autoria e coautoria | 50 horas por livro | Cópia da contra-capa do livro ou documento comprobatório de que está no prelo. |
| 05 | Patente | 30h | Declaração, atestado ou certificado fornecido pelo setor responsável, com a denominação da atividade, data e local da realização. |
| 06 | Publicações em periódicos | 10 horas | Apresentação do documento de aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria. |
| 07 | Texto científico em jornal ou revista com circulação regular. | 10 horas | Cópia de parte da publicação que comprove a autoria ou documento comprobatório de que está no prelo. |
| 08 | Resumo: nacional e internacional | 15 horas resumo internacional e 10 horas por resumo nacional. | Apresentação de documento do aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria. |
| 09 | Resumo expandido: nacional e internacional | 20 horas por resumo internacional e 15 horas por resumo nacional. | Apresentação de documento do aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria. |

| OUTROS | | | |
|--------|--|---|--|
| Nº | DESCRIÇÃO | CARGA HORÁRIA | DOCUMENTAÇÃO |
| 01 | Premiação Excelência Acadêmica do CCSE | 15 horas por certificado, até 2 certificados | Cópia do certificado com registro digital no Sistema de validação eletrônica da UEPA |
| 02 | Empresa Junior | Participante: 10 horas por ano completo de atividade Coordenação: 20 horas por ano completo de atividade | Declaração ou Certificado de participação na atividade emitido pela coordenação da referida empresa. |
| 03 | Intercâmbio de trabalho ou estudo no | Serão consideradas | Declaração da instituição onde realizou-se o intercâmbio e período. |

| | | | |
|----|--|---|---|
| | exterior | 10h por mês no intercâmbio, considerando até 5 meses | |
| 04 | Curso de Idiomas | 20 horas/ano, considerando até 2 anos ou 4 semestres | Certificado de escola credenciada, desde que o aluno tenha sido aprovado a cada semestre ou declaração do curso com matrícula, frequência, carga horária e aprovação no nível/semestre. |
| 05 | Trabalho voluntário em ONGs ou em outras instituições (oficialmente reconhecidas) que tenha relação com o curso. | 10 horas por semestre de atividade, considerando até 2 anos | Declaração ou certificado da Instituição contendo período e/ou CH do trabalho realizado. |
| 06 | Representação estudantil em órgão colegiado da UEPA | 10h | Declaração fornecida pelo setor da IES responsável pelo programa, contendo a carga horária, período, disciplina monitorada e local da realização. |
| 07 | Mesário do TRE | 10h | Declaração ou documento comprobatório fornecido pelo TER com a denominação da atividade, data da realização. |
| 08 | Outras atividades desde que tenham relação com o curso. | Computar 20% da CH total do evento desde que atinja, no máximo, 40h | Declaração ou Certificado de participação na atividade, desde que haja relação com o curso de formação do aluno. |